

O nome Semântica começou a ser usado como nome para uma corrente científica nos estudos da linguagem no final do século XIX. Ela é uma ciência da Linguística. Os primeiros livros publicados com o nome de Semântica, nas diversas línguas modernas, descreviam como as estruturas sintáticas e morfológicas produzem significação. O nível máximo de análise nesses livros sempre foi o frasal. Em meados do século XX, surgiram as primeiras propostas de se estudar a significação no nível textual. Isso não anulou os estudos semânticos da frase, sobretudo, como cada língua realiza a significação por meio de orações e estruturas cristalizadas. A frase continua a ser o objeto de estudo nas Gramáticas.

A semântica moderna, século XX, se subdividiu em várias metodologias para o estudo da significação no texto. A proposta inovadora foi a Glossemática, em que se propôs uma divisão exaustiva e não contraditória para o texto. Depois dessa proposta, surgiram outras, chamadas de Pragmática, de Semântica estrutural, de Semiótica, de Linguística Textual, de Nova retórica, de Análise do discurso etc. O trabalho que se desenvolveu nesse livro foi o de minimamente demonstrar como isso aconteceu. No quinto capítulo, sintetizaram-se os conceitos que estão em uso nas análises textuais no século XXI.

O texto desse livro debate como os autores dos estudos da linguagem, desde os gregos antigos até os pós-modernos do século XX, entenderam a relação entre o social e o individual. Durante esses mais de 2000 anos, os conceitos relacionados à linguagem foram sendo atualizados de acordo com a metodologia empregada para descrever o objeto em estudo. De maneira pressuposta, sempre estiveram e estarão envolvidas as perspectivas individuais e sociais da cultura em um sujeito. Toda manifestação discursiva acontece em um texto, logo o texto é o objeto de estudo para qualquer estudioso da linguagem no século XXI. Esse livro demonstra os conceitos que se desenvolveram e que devem ser aplicados nos estudos da significação textual.



SEMÂNTICA TEXTUAL

Sebastião Elias Milani



Sebastião Elias Milani

SEMÂNTICA TEXTUAL

EDITORA
KELPS



Sebastião Elias Milani é formado em Letras pela UNESP: licenciatura em Francês e Português. Curso Mestrado e Doutorado em Linguística Geral na USP. Professor de língua e linguística, ensinou na Faculdade de Letras de Ribeirão Pires, na Universidade Tiradentes, na Faculdade de Letras da Universidade do Tocantins, na Faculdade de Letras da Fundação Universidade Federal do Tocantins e na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. É o líder fundador do Grupo Imago de Pesquisa em Historiografia Linguística da UFG. Faz pesquisa em Historiografia Linguística e em Semiótica.

Semântica textual

Sebastião Elias Milani



CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Antonio Almeida (in memoriam)

Coordenação da Editora Kelps

Waldeci Barros

Leandro Almeida

Conselho Editorial

Prof. Dr. Angel Marcos Dios (Universidad Salamanca - Espanha)

Prof. Dr. Antonio Donizeti Cruz (UNIOESTE, PR)

Profa. Dra. Bertha Roja Lopez (Universidade Nacional do Peru)

Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso (UNEB)

Escritor Brasigóis Felício (AGL)

Prof. Dr. Divino José Pinto (PUC Goiás)

Profa. Dra. Catherine Dumas (Sorbonne Paris 3)

Prof. Dr. Francisco Itami Campos (UniEVANGÉLICA e AGL)

Prof. Dr. Iêdo Oliveira (UFPE)

Profa. Dra. Ivonete Coutinho (Universidade Federal do Pará)

Profa. Dra. Lacy Guaraciaba Machado (PUC Goiás)

Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Lima (PUC Goiás e AGL)

Profa. Dra. Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão

(Universidade Fernando Pessoa. PT)

Escritora Sandra Rosa (AGNL)

Profa. Dra. Simone Gorete Machado (USP)

Escritor Ubirajara Galli (AGL)

Escritor e Revisor Prof. Drº Antônio C. M. Lopes

Semântica textual

Goiânia | 2025



Editora Kelps
Rua 19 nº 100 - St. Marechal Rondon
CEP 74.560-460 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3211-1616
E-mail: kelps@kelps.com.br
homepage: www.kelps.com.br

Diagramação
Victor Marques

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte
Dartony Diocen T. Santos CRB-1 (1ª Região) 3294

Milani, Sebastião Elias.	
Semântica textual. / Sebastião Elias Milani. -	
Goiânia : Kelps, 2025.	
174 p.	
ISBN:	
1. Semântica textual. I. Título.	
	CDU:

Índice para catálogo sistemático
CDU:

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2025

Sumário

Introdução	7
01 - Propostas teóricas sobre a significação	12
1.1 Teorias da sensação: Platão, Aristóteles, Locke, Condillac	13
1.2 Teorias do fonema: Saussure e Bloomfield	25
1.2.1 O fonema segundo Ferdinand de Saussure	27
1.2.2 O fonema segundo Leonard Bloomfield	35
1.3 Algumas descrições arquetípicas para a manifestação linguística	40
Conclusão	46
02 - Teorias do signo: Humboldt, Schleicher, Whitney, Pierce, Saussure	48
2.1 Wilhelm von Humboldt	49
2.2 August Schleicher	55
2.3 William Dwight Whitney	57
2.4 Charles Sanders Pierce	60
2.5 Glottob Frege	66
2.6 Valentin Volochinóv	70
2.7 Ferdinand de Saussure	76
03 - Teorias do texto: Saussure, Benveniste, Hjelmslev, Greimas	82
3.1 Saussure e o texto	83
3.2 Hjelmslev, a análise de texto	89
3.3 Benveniste, do fonema ao texto	96
3.4 Greimas: por uma gramática fundamental	98

04 - Da matéria ao texto	106
Introdução	107
4.1 A função semiótica para a memória	110
4.2 Sobre a memória e o pensamento.....	114
4.2.1 Memória geral comum	116
4.2.2 Memória geral própria	117
4.2.3 Memórias gerais particulares	119
4.2.4 Memórias específicas.....	120
Conclusão.....	121
05 - A individualidade e a coletividade misturadas no texto	124
5.1. Língua e fala.....	125
5.2 Para a textualística.....	135
5.3 Fonema, léxico, frase e texto.....	139
5.4 Formação de determinado e determinantes	143
5.5 Metáfora e metonímia	147
5.6 Paralelismo.....	152
5.7 Polissemia, repetição, reiteração E elipse	155
5.8 As teorias de sintaxe: tipologia flexional analítica.....	157
5.9 Dêixis, anáfora e catáfora	160
5.10 Pressuposição e subentendido.....	165
5.11 Modalização lexical e oracional e verbos modais.....	167
5.12 Funções da linguagem na história da linguística	169
Considerações finais.....	170
Referências bibliográficas.....	171

Introdução

Trabalha-se neste texto com o conceito de texto, e a língua como uma estrutura individual. Desse modo, qualquer interpretação ou relação que qualquer ser humano tiver com qualquer texto, será sempre de modo especificamente seu. É preciso dizer que não se ignoram todas as definições de que a língua seja uma instituição social, mas, do ponto de vista da interpretação dos textos, cada um dos indivíduos e sujeitos falantes está sozinho, com suas experiências memorizadas e suas dúvidas. A língua somente existe no formato de texto, e o texto somente existe quando um leitor, sujeito falante, dá preenchimento semântico para a estrutura material que pode ser lida. Essa leitura, portanto, é sempre individual-subjetiva, porque os recursos linguísticos e estruturais dependem da memória do sujeito e a memória é sempre individual. Não se pretende criar uma ciência independente, a pesquisa pretende lembrar que no século XX se propuseram muitas teorias para estudar o texto.

Semântica foi o nome dado na teoria linguística aos estudos teóricos que visavam a demonstrar como a imaginação é formada pelo pensamento valendo-se das formas disponíveis na realidade material que se apresenta aos sentidos. Mas, quero falar de outra coisa, apesar de ser continuidade conceitual, espero conseguir

demonstrar outro método, que por comodidade vou chamar de textualística. A textualística será uma metodologia que estuda a repetição das formas. Conceitua-se a repetição das formas como a criadora de todas as estruturas. Repete-se uma imagem acústica em um texto e, por inferência de outras repetições memorizadas, um significado é atribuído àquela imagem acústica. O que cria a estrutura é a repetição da fórmula já repetida muitas vezes. A fórmula social surge da reprodução individual da forma significante em textos que sujeito pode ler com conceitos também já repetidos.

A repetição mantém o significante em uso com uma significação que pode ser dita social, porque ela organiza as repetições as quais manifestam significados individuais. Já se falou na história dos estudos linguísticos das situações em que um significante deixa de ser repetido, ou das situações em que as significações deixam de ser repetidas. A explicação lá foi outra. Aqui se explica que a não repetição de uma forma material significante elimina essa forma da memória, e com ela qualquer fórmula de significação que possa ter existido. Pode-se dar como exemplo o não uso de pronomes oblíquos na língua portuguesa brasileira, sobretudo os átonos. A não repetição deles fez com que as novas gerações não os aprendessem, e a exceção de textos escritos muito corrigidos como este em que às vezes aparecem, no texto falado eles desapareceram por completo.

As crianças adquirem a fala repetindo o já repetido. Adquirem a cultura por meio de textos que representam em formas materiais as significações que estão na memória dos adultos. As repetições que os adultos fazem, criam as memórias nas crianças as quais desenvolvem, assim, estruturas semelhantes, que não podem ser ditas iguais, as quais lhes permitirão ler significados metafóricos

subjetivos por meio dos quais poderão participar do aglomerado social. Nunca serão iguais as memórias de todos os indivíduos subjetivados pela estrutura. A memória, a estrutura, o pensamento, a língua ou a cultura, qualquer um desses nomes representa algo que está na mente de cada um, impossível de ser controlado ou mensurado, a compreensão do texto está sempre entre o nada e o tudo, e ninguém poderia dizer o quanto foi compreendido. O que pode ser atestado é a materialidade do texto, que pode ser repetida, mas que sempre gerará novas leituras, supostamente organizada por uma significação memorizada, que sempre resultará em um significado subjetivo.

Desde o início do registro escrito existem reflexões sobre como esse processo de manifestação do pensamento acontece. Sempre esteve claro para todos os pensadores, de todos os tempos, que a língua verbal é o método criado pelo pensamento do ser humano para si representar. A língua na forma de texto é o único método, porque todos os outros são secundários e dependentes dela para serem adquiridos e para continuarem a se desenvolver. O texto é a forma de todas as possibilidades de entendimento, como disse Saussure, é a forma como a linguagem entende os fatos cognitivos.

Para além da semântica, outras ciências se desenvolveram durante o século XX com papel semelhante ou de ampliação do método de leitura da semântica: a pragmática e a semiótica são os exemplos, as duas com múltiplos estudiosos. Quando se trata de falar especificamente de cada uma delas, o método fica especificado, cabe à semântica um método restrito ao texto verbal, enquanto à pragmática e à semiótica cabem outros tipos de texto também.

Assim, a diferenciação está muito mais para o objeto específico das três que para o método de leitura dos textos. Nos três métodos, a

leitura do objeto texto segue a estrutura básica de verificar a sintaxe dos elementos, produzindo divisões na superfície concreta significante, para demonstrar as possibilidades para a imaginação.

No século XXI, qualquer leitura que se faça de um texto verbal, extremamente comum a quase todos os sujeitos do planeta, as sociedades deste século são profundamente preenchidas de textos escritos e de sujeitos capacitados para leitura, são baseadas nos desenvolvimentos que começaram nos séculos anteriores, sobretudo, no século XIX. As teorias da linguística se desenvolveram a partir do século XIX, a semântica também. Todas as teorias linguísticas começaram a partir dos estudos anteriores, inevitavelmente sempre são encontrados estudos teóricos nos diálogos de Platão e nos escritos de Aristóteles, como os primeiros, junto com outros autores da Grécia Antiga, a produzirem uma herança teórica.

As teorias de sintaxe, as que estão em aplicação no século XXI, são aquelas desenvolvidas no século XX. São a estrutural-funcional, praticada como descrição normativa no Brasil, a funcional e a gerativa que são praticadas no âmbito dos cursos universitários de graduação e pós-graduação por pesquisadores e estudantes de língua. Assim, as práticas teóricas, métodos de análise semântica de texto, foram todas desenvolvidas a partir do século XX, quando, depois de um século de desenvolvimento teórico, o século XIX, a linguística alcançou um modelo completo, aplicável a todos os níveis de análise do texto.

Nos séculos anteriores as diferentes concepções conceituais para língua promoveram diferentes conceitos para a existência da significação para as partes da língua. A semântica, como todas as teorias da linguística, estuda o texto formado pela matéria sonora da fala ou visual da escrita, mas a língua como construída dos

elementos verbalizados. Ao longo dos muitos séculos de estudos sobre a língua, múltiplas propostas teóricas produziram divisões dos elementos que formam o texto verbal. Partes que têm aparência ontológica, como o fonema, o signo e o próprio texto, e partes com aparência produzida por um método de análise, as quais não têm uma forma independente como o morfema e a oração. Louis T. Hjelmslev (1899-1965) juntou em três níveis: das divisões mínimas, carente de significado, fonemático e sub-fonemático, dos signos, plenos de significados, morfemático e sigmático, e do texto, quando a significação está completa, oracional e frasal.

01

Propostas teóricas sobre a significação

1.1 TEORIAS DA SENSÇÃO: PLATÃO, ARISTÓTELES, LOCKE, CONDILLAC

Na teoria de Platão, apresentada nos diálogos *Crátilo* e *Teeteto*, existem matérias a serem nomeadas. Os nomes são convenções nas línguas, e todos os nomes são certos para quem os usa. Por outro lado, Platão demonstrou no *Crátilo* a função do fazedor de nomes, aquele que estudando a função do instrumento e do que é feito ou outras características da matéria, seria capaz de dar ao objeto o nome certo. Nesse caso os nomes são formas sugestionadas pelas circunstâncias do objeto. É importante salientar que Platão não está estudando os sentidos ou a significação, mas revela em sua teoria que o significado das palavras está diretamente vinculado ao objeto referente. Platão cria um nomeador semelhante a Adão, mandado por seu Criador nomear todos os seres do mundo. Platão somente discutiu o que são os nomes e como um nome é o instrumento para referir-se à determinada coisa.

Na conversa que Hermógenes e Sócrates têm no *Crátilo*, além de afirmar que o nome é sempre convenção, e que o nome que todos usam é o nome certo, afirma que o nome é a menor parte. Que os nomes são dados por todos e que para quem usar esses nomes eles serão verdadeiros. Os nomes variam entre os helenos para um mesmo objeto, como variam entre os bárbaros. Os nomes são instrumentos para informar a respeito das coisas e separá-las. Fazer nomes é um trabalho de legislador, considerado um artista raro. Assim, o fazedor de nomes deverá ser capaz de usar os sons e as sílabas para formar o nome adequado para cada objeto, compondo

todos os nomes sempre com a preocupação do que é o nome em si. Pela comparação ao trabalho do ferreiro, se o instrumento for feito de material diferente, não significa que não seria útil, assim, os bár- baros fazem os nomes com material diferente dos helenos, mas eles são perfeitamente úteis.

“uma vez que ele reproduz a ideia do nome, a propriedade para cada coisa, pouco importando as sílabas de que se valha, em nada deverá ser considerado inferior, quer seja daqui, quer de qualquer outra região”(Platão, 1973, p. 120).

“Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua ideia fundamental” (Platão, 1973, p. 121).

Platão faz entender que os nomes dos objetos são dados por quem usa esses objetos, ou muitas vezes quem cria esses objetos, então os nomes são constituídos por sugestão, entretanto, o nome que foi dado para um objeto é o nome verdadeiro e justo para se referir a ele. Assim sendo, no nascimento do objeto ou ser, o nome que é dado por alguém sempre se compõe de uma sugestão, mas o uso que se faz desse nome é sempre convenção.

Na metodologia que se emprega neste texto, considerando a repetição das formas como o que estabelece e mantém essa forma em uso, relacionando significante e significação, não pode existir convenção, ninguém que seja participante de uma cultura, participa de uma convenção de nomes, não nada proposital na relação entre sujeitos e nomes, mas somente repetição de nomes dentro de textos que mantém um valor relativo em um significado individual relacionado à significação que todos usam para ler o significante e produzir seus significados.

Nas línguas de povos que vivem em sociedades mais próximas à vida selvagem, os nomes das pessoas mudam conforme elas vão crescendo e o nome definitivo somente é dado a ela quando já forem adulta. Ainda em Platão, no *Crátilo*, somente o que tem nome existe, logo todas as palavras são nomes para algo material, desse modo conclui-se que as línguas são representações das coisas materiais: físicas ou psíquicas. O que é interessante observar é que os nomes são sempre coisas, porque são formados de matéria antes de serem representações psíquicas: *logos* (conceito) e *eidôlon* (imagem), nos termos de Platão.

Pode-se pensar num exemplo em língua portuguesa brasileira. Em princípio, na gramática normativa brasileira somente são considerados nomes os substantivos, os adjetivos e os advérbios, mas na gramática do grego antigo só existiam nomes e verbos, sendo os verbos um tipo de nome que recebeu a ação do tempo. Desse modo, preposição, conjunção, interjeições também eram nomes adverbiais e artigo e pronomes eram nomes adjetivos, sendo que os pronomes também podem ser substantivos. Então, todas as classes da gramática normativa brasileira, que segue a tradição gramatical grega, são nomes para algo, e essa referenciação pode ser sempre recuperada. Exemplos na língua portuguesa brasileira: *para*, a preposição, indica finalidade; *de* indica posse; *com* indica proximidade; *mas*, a conjunção, indica contrariedade; *porém* indica dúvida contraditória etc.

No diálogo *Teeteto*, encontra-se a descrição de como o nome, a menor parte, se relaciona com a coisa, a maior parte. São duas formas materiais para recuperar uma significação. Para testar essa ideia basta pensar nos sentidos usados para recuperar a significação, no caso do nome, sendo ele vocalizado, serão sensações para a audição, por sua vez, a coisa poderia ser sentida preferencialmente pela visão e pelo tato. Deve ser lembrado que o *Teeteto* é anterior ao *Crátilo* na produção de Platão. Considerando que o nome

representa a língua e a cultura e a coisa representa a matéria, deve-se colocar no meio o ser humano, o ser incumbido de dar nome as coisas. Nas palavras de Platão, no *Teeteto*, o *ser humano é a medida de todas as coisas*. De todo modo, no *Teeteto*, o nome existe para coisa quando um ser humano reconhece ou conhece a coisa por aquele nome. Isso está afirmado de modo semelhante no *Crátilo*. Então, nomes são dados as coisas pelos seres humanos pelo exercício da consciência, da inteligência e do pensamento e, desse modo, a cultura é o modo como o ser humano entende a matéria do planeta e a matéria psíquica dos textos.

No *Teeteto* a discussão é sobre o que é o conhecimento. Trata-se então de entender o significado, produzir uma definição e uma explicação. Não se trata de uma discussão sobre o signo *conhecimento*, mas daquilo que eles, as personagens de Platão, pensam ser o conhecimento. A ideia mais importante discutida por eles são as sensações, que foi assunto para muitos outros filósofos até o século XIX. O *Teeteto* faz compreender que a sensação é conhecimento no indivíduo, por isso ela não pode ser o conhecimento. É somente no *Crátilo*, que fica explicado que conhecer é saber os nomes e reconhecer é ser capaz de associar algo ou alguém a um nome ou a uma ideia que possa gerar um nome.

Com a leitura do *Teeteto* e do *Crátilo*, geralmente publicados juntos, é possível perceber e entender a teoria de Platão sobre a individualidade das sensações e a sociabilidade dos nomes. Completando a ideia discutida no *Teeteto*, as sensações são individuais, como a criatividade e o discurso-língua-cultura, e o conhecimento é social, como a metodologia estruturada e o texto-fala-memórias, respectivamente. Chega-se assim ao entendimento de que o conhecimento e o reconhecimento das coisas acontecem por meio dos nomes, apontando para o privilégio das formas linguísticas como recurso para dar forma às ideias. Esses conceitos somente

seriam explicados extensivamente no século XIX. As sensações são externas e captadas da matéria pelos sentidos, são transformadas numa imagem mental, que resulta no reconhecimento da coisa por meio de um nome, que é matéria produzida pelo corpo humano e que é a forma social nos textos. Nessa discussão encontra-se a essência dos conceitos de signo produzidos no século XIX e reproduzidos no século XX.

Aristóteles, o sucessor de Platão, escreveu muitos textos, muitos deles falam sobre linguagem. Ele compreendia profundamente o processo de produção de textos. Discutiu desde os termos essenciais da oração, como sujeito e predicado, até a composição do discurso e a participação do enunciador como parte do texto discursado. Os textos em que esses conceitos são estudados são *A retórica*, *A retórica das paixões*, *Sobre as substâncias*, *Sobre as categorias* e *Da interpretação*. Esse último trata diretamente sobre a significação e, do modo correto, propõe já no nome que o processo relativo ao texto é sempre de leitura, ou seja, o sujeito sempre está para o texto como enunciação e interpretação e o indivíduo que se propõe a ler, é leitor e enunciador.

Os temas em *Da Interpretação* são a definição de nome e verbo e a explicação da negação, afirmação, sentença e proposição. “Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma” (*Da interpretação*, linha 4). Tem-se o importante conceito de alma nessa frase de Aristóteles. No livro *Da alma*, demonstrou que, para além do conceito de imortalidade proposto por seu antecessor, Platão, no *Diálogo: Fedro*, a alma é a responsável pela vida como matéria. A vida está distribuída entre os reinos mineral, vegetal e animal. Os vegetais não são indivíduos porque não se movimentam, mas têm vida porque se alimentam, não possuem alma, porque não são distinguíveis entre os membros da espécie. Os animais têm alma porque se alimentam e se movimentam, logo têm individualidade.

Nos seres humanos, a alma assume a condição da reflexão e da cognição. Por meio da memória, esses fatos se tornam inteligência e sabedoria, como estava explicado no *Teeteto* de Platão. O ser humano possui espírito, ou seja, potencial para atuar na realidade e a modificar, a partir das experiências acumuladas na memória. A alma é plena de paixões, nos animais as paixões são muito simples, vinculadas ao egoísmo absoluto. Nos seres humanos, as paixões são relacionadas à reflexão, por isso são plenas de desdobramentos, dominam o modo de realizar as ações e são responsáveis por quase todas as ações e reações, por isso Aristóteles afirmou que os sons da fala são símbolos das paixões da alma. Como o ser humano é pleno de reflexões, não é completamente egoísta, por isso, entre suas paixões já existem aquelas que são envoltas em altruísmo.

Fica evidente que na concepção clássica os conceitos ou significações pertencem a alma. Deve ser evidenciado que o conceito de alma e espírito na Grécia clássica difere do conceito que as religiões apregoam no Brasil. Na Grécia o físico e o metafísico eram partes de uma mesma realidade. Também pertencem à alma a inteligência e o pensamento, assim, a alma é responsável pela vida e por tudo o que a vida produz, também a língua. Na modernidade do século XX, a língua assumiu o papel de construtora da inteligência e da sabedoria, tendo como suporte estrutural o pensamento e a cognição. No século XX, as paixões são suportadas na língua e existente nos textos, são relativas às culturas locais. Aristóteles escreveu: (linha 8, *Da Interpretação*) “as paixões da alma são as mesmas em toda parte, são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens”.

Nomes e verbos são sons que possuem significados estabelecidos pela repetição do uso da forma significante, na terminologia platônica são convenções. Os nomes, sem qualquer referência ao tempo, só têm significado quando todas as partes estão juntas.

Trata-se evidentemente de Aristóteles estar observando a forma da língua grega clássica, do tipo flexional sintético, e as partes de que fala são os morfemas lexicais e gramaticais, pertencentes às declinações e aos casos, bem como os fonemas. Importante observar que Aristóteles diz claramente que *o nome, composto de partes, é um som que tem significado*. Sendo uma convenção, reitera Aristóteles, nenhum som é naturalmente um nome, para se tornar um nome um som deve converter-se a símbolo para o pensamento, assim passa a ter significado.

Na teoria gramatical grega o que não era nome só podia ser verbo. O verbo transmite um significado e possui uma referência temporal, ou seja, todo verbo é um nome transformado pelo traço significativo do tempo, evidentemente, da memória. Como está explicado em *As categorias*, o verbo é algo predicado de um sujeito. Em *Da interpretação*, Aristóteles discute as diferentes constituições das expressões verbais, como em todas as línguas, o grego clássico tinha diferentes tipos de verbos, os quais não estavam concretamente definidos e valorados. Mesmo nas línguas modernas, como o português brasileiro, muitas constituições verbais ainda provocam questionamentos os quais nunca foram respondidos.

No conceito de sentença, Aristóteles propõe que a significação é construída pelo conjunto de elementos da língua, ou seja, vai além do significado das palavras. Dentro das sentenças, algumas palavras têm um significado particular, mas os significados de afirmação ou negação só acontecem pelo conjunto da sentença. Uma sentença que afirma ou nega algo sobre um sujeito num tempo é uma proposição simples. Todas as proposições são constituídas pela presença de um verbo flexionado pelo tempo. A distinção entre proposições simples e compostas está em que as compostas são construídas pelas simples. Toda afirmação está constituída de sua contradição negativa. Assim, quem afirma algo, automaticamente nega seu contraditório.

As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias (ARISTÓTELES, *Retórica*, p. 160).

Aristóteles no livro *A retórica*, livro II, discutiu as partes do discurso, porém, sempre como texto falado. Trata-se obviamente das condições de publicação na Grécia Clássica, século IV aC, época em que a escrita era completamente restrita. Entretanto, ele disse que a escrita é a representação simbólica dos sons da fala. O texto falado evidentemente é bem mais afetado pelas emoções que o texto escrito, entretanto, Aristóteles está discutindo as emoções que transformam o caráter do sujeito, como a ira, a calma, a raiva, a compaixão e o medo etc. De todo modo, textos são sempre conduzidos pelas emoções, de tal forma que a língua foi classificada no século XIX como sendo somente sentimento, ou seja, não se pode produzir língua sem querer ou sem ter vontade.

A questão da significação nos textos de Aristóteles perpassa todo o sistema linguístico e extralinguístico, porque o texto/discurso começa nos nomes e verbos, nos seus componentes mínimos, sons (fonemas), declinações e casos, atinge os componentes da sentença, sujeito e predicado, e vai até proposição feita pela junção de sentenças. Para além dessa estrutura gramatical, entram em jogo os elementos teoricamente extralinguísticos individuais, como a credibilidade do discurso, do enunciador e das condições gerais de inserção do texto na vida social. Compondo-se de parte do texto e de parte do enunciador estão as emoções, que fincam registradas nos elementos do texto, mas que surgem do estado de espírito do enunciador. A significação em Aristóteles, na chamada Retórica aristotélica, somente pode ser percebida no discurso/texto, falado em público e julgado pelo juiz adequado, que é portanto de caráter individual, porque é um juiz.

Muitos séculos se passaram até o Iluminismo. Nos ensaios de John Locke (1632-1704), no século XVII, pode-se encontrar uma proposta de como a significação ocorre na língua. Porém, é preciso entender que existia somente estudo não-gramatical de ordem filosófica sobre a língua até o século XIX. No período que concerne até o final do século XVIII, estudou-se a linguagem como parte de pesquisas filosóficas que tinham temas muito semelhantes aos temas da filosofia clássica greco-romana. Assim, nos seus ensaios Locke discutiu o entendimento humano filosoficamente. Em princípio, o entendimento somente poderia ser semântico, mas Locke está interessado em saber como a inteligência produz as ideias.

Na parte I do “Ensaio acerca do entendimento”, Locke fez uma importante distinção entre o que é inato e o que é adquirido. “A capacidade é inata, mas o conhecimento é adquirido” (§5, p. 146). É preciso decidir o que é inato, então, considerando que Locke era racionalista inglês. O que o ser humano já tem desde o nascimento é o corpo, logo, o corpo nasce com a capacidade, mas sem nenhum conhecimento. O conhecimento somente poderia ser adquirido por meio de ferramentas externas ao corpo, isso é válido para qualquer aquisição, sempre deve haver um instrumento que permite, algo intermediário entre a fonte e o adquirente. Para o conhecimento, a estrutura intermediária é o conjunto formado pela inteligência, pensamento, linguagem e língua, antes de tudo uma matéria causadora de sensações.

A expressão que Locke usou para demonstrar isso está no §15 (op. cit.) “a mente vai se enriquecendo com ideias e linguagem, materiais com que exercita sua faculdade discursiva”. De acordo com essa expressão, o material instrumental para a aquisição do conhecimento é ideias e linguagem. Quanto mais o indivíduo exercita o emprego desses materiais, mais se amplia nele o uso da razão. A questão nesse ensaio é do inatismo de certas ideias ou de faculdades humanas.

Locke aponta que as ideias gerais, o uso de palavras gerais e a razão crescem juntas, mas nada disso é inato, segundo ele, logo, pressupõe-se que essas faculdades sejam adquiridas.

Evidentemente, as palavras das línguas, ao serem adquiridas, fazem seus usuários adquirirem as ideias. Os nomes das coisas, a partir da discussão de Platão e Aristóteles, são expressão das propriedades dos objetos, assim, o nome, o objeto, o uso que se faz dele e sua significação são concomitantes, por isso que, aprender os nomes, pressupõe-se em Locke, é aprender as ideias relacionadas a eles. Para Locke, as ideias são formadas de sensação e de reflexão. Elas chegam ao entendimento pelos sentidos e uma vez que lá estejam não podem ser destruídas. O entendimento pode juntar essas ideias simples e formar com elas ideias complexas. Locke discutiu no Livro III a relação das ideias com a língua e também demonstrou como a língua contribui para isso.

Os seres humanos nasceram com a capacidade de formar sons articulados e aprenderam a usar esses sons como sinais de suas concepções internas e fazer significar as marcas de suas ideias. Assim, as ideias no pensamento de um podem ser conhecidas por todos e podem ser trocadas entre si. A língua teria passado por um aperfeiçoamento, os sons são sempre representação de ideias gerais, as quais ao serem usadas assumem uma representação particular. Caberia um aperfeiçoamento terminológico na teoria de Locke para aproximá-la das ideias presentes no estudo do texto do século XXI. Assim, as ideias gerais seriam chamadas de significação, os sons chamados de expressão e as ideias particulares de conteúdo. Evidentemente, para Locke o que existe são as ideias gerais, presentes nas línguas.

No capítulo II, chamado de “o significado das palavras”, está escrito que as palavras são sinais sensíveis para a comunicação (§

1). A sociedade não seria possível sem a comunicação de pensamentos e nada se mostrou mais efetivo que os sons articulados, segundo Locke, pela abundância como pela rapidez. Assim, escreveu Locke, que as palavras, tão adaptadas ao propósito da comunicação, passaram a ser usadas como sinal das ideias. Não existe conexão natural entre sons e ideias, mas sempre uma designação arbitrária que faz com que certa palavra represente certa ideia. “O uso, pois, de palavras consiste nas marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas enunciam são seus significados adequados e imediatos” (loc.cit.).

As palavras são as significações imediatas das ideias de quem as usa, ou seja, são sinais materializados, quer se dizer que podem ser percebidos pelos sentidos, em específico a audição, para quem está usando. “Quando um homem fala com outro, o faz para que possa ser entendido” (Locke, §2), ou seja, as palavras que estiver usando são para dar a conhecer suas ideias a outros sujeitos, logo, as palavras têm como significado as ideias de quem usou. As palavras nunca podem ser sinais de algo que não se conhece. São sempre fórmulas que se adéquam ao propósito do pensamento de quem está usando, por isso somente significam aquilo que o sujeito que as usa tem conhecimento. De modo contrário, se um sujeito usar as palavras para significar ideias que não sejam suas, certamente vai criar confusão.

Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) atribuiu a língua o lugar primordial de desenvolvimento do pensamento. Isso está escrito no livro “Lógica”, de 1780. Ele escreveu que a alma sente as sensações pela visão, olfato, audição, paladar e tato. Das sensações, os seres humanos veem nascer todas as ideias e todas as operações do entendimento. Condillac afirmou que “as palavras são absolutamente necessárias para formar ideias” (*Lógica*, capítulo II, § 1º). Assim, do

ponto de vista da significação, as palavras são as formas da expressão e as ideias o conteúdo. Ele disse que sem signos seria impossível analisar os pensamentos, porque os signos são os sinais sensíveis para o entendimento.

Os seres humanos, segundo Condillac, abusaram tanto das palavras que elas se tornaram a única forma de raciocinar, se tornou, portanto, arbitrária, frívola, absurda e um vício para a imaginação. A sensibilidade dos sentidos ficou neutralizada e o pensamento passou a ser conduzido pela metodologia da língua. O pensamento e a língua ficaram unidos e não é mais possível saber se um existe sem o outro. Caberia então, se se quiser testar a competência humana, o exercício de estudar o mundo social e objetivo despregado da língua para perceber a ação do pensamento independentemente da língua. É preciso deixar claro que Condillac, apesar de acusar os seres humanos de serem viciados nas palavras, disse que as palavras são absolutamente necessárias para formar as ideias.

Condillac atribuiu à analogia um papel primordial na formação do conjunto de signos que um indivíduo conhece. Dados os primeiros signos, a analogia fornecerá os elementos para a formação dos outros. Os signos são arbitrários, mas nunca são arbitrários absolutos, porque nesse caso não seriam entendidos, sempre se faz necessária a atuação da analogia, porque é ela que cria todo artifício das línguas. As línguas são, portanto, métodos de análise, a esses métodos se deve todo o conhecimento humano. Condillac não tem um texto dedicado à análise de como a significação acontece nas línguas, mas é perfeitamente clara sua concepção de que as línguas são feitas de signos que representam o pensamento e também que as línguas são métodos analíticos que permitem a existência do pensamento e das ideias.

1.2 TEORIAS DO FONEMA: SAUSSURE E BLOOMFIELD

Ferdinand de Saussure (1854-1913), no *Curso de Linguística Geral*, explicou muitas coisas importantes para todos os pensadores da linguagem. De suas explicações nasceram grandes desenvolvimentos para as teorias sobre a linguagem do século XX. Nesse texto, pretende-se uma demonstração do acontecimento da semiose no pensamento dos indivíduos, partindo das explicações semânticas para o signo e demonstrando como é possível entender o acontecimento da significação, na medida em que ela aconteça de fato, qual seja, no encontro de uma forma material com uma significação, nos termos de Louis T. Hjelmslev (1899-1965), um plano de expressão com um plano de conteúdo, e nos termos de Saussure imagem acústica/significante com conceito/significado.

A explicação básica para o acontecimento da semiose é o encontro da imagem acústica significativa com o conceito significado no pensamento. É preciso adiantar que, como fato primário, somente em um texto verbal isso está previsto, em textos manifestados por meio de matéria que não seja a verbal, a semiose não existe, somente no texto verbal ela acontece. Logo, para que uma forma material seja texto, ela precisa da ação de um pensamento, carregado pelo conhecimento de uma cultura-língua. Assim, chega-se ao que Saussure disse: “a língua é que faz a unidade da linguagem” (1995, p. 18).

Na explicação dada por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*, o texto é a forma como o pensamento expressa significados. A definição é que o texto é a forma completa de significado, por isso sempre são textos, como forma material, que acionam os sentidos. Ao aprofundar e desenvolver a temática a partir da terminologia de Saussure, chega-se que o texto é a constituição de uma significação social, que sempre é fixa, porque representa o conhecimento atrelado ao significante, aquela significação que as formas

padronizadas significantes da língua manifestam. Significante e significação são o texto e a cultura, são fixos, e valem para todos na comunidade. O valor depende do texto em que o significante aparece. A relação que ele assume com outros significantes no texto atualiza a significação na mente do sujeito falante em um significado. Assim, o significado é subjetivo e mutável, conforme a memória do sujeito falante no ato de interpretação do texto.

Quadro 1: arquétipo da significação desenvolvido a partir da terminologia de Saussure

Significação	Fixa e social
Valor	Dinâmico entre todos
Significado	Mutável e individual
Significante	Fixo e social

Está dito que qualquer manifestação da linguagem humana é matéria da Linguística, mudando a ordem do termo composto, pode-se dizer que qualquer manifestação da linguagem é *matéria linguística*, ou seja, texto. Simplificando que, se a língua é o objeto de estudo da Linguística, só será matéria linguística o que for língua. Isso deve ser entendido em sentido unilateral, porque só pode ser língua o que for semiose, não acontecendo semiose não é língua, porque não alcançou *status* linguístico. Logo, não pode ser matéria da linguagem nem para a Linguística ou para qualquer ciência que estude linguagem, também é fato que se é texto tem uma forma material e segue a ordem do pensamento.

Na discussão que está nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1952) de Louis T. Hjelmslev, a partir dos conceitos de Wilhelm von Humboldt (1767-1835) de forma e substância e dos conceitos de significante e significado de Saussure, o texto se constitui

de um plano de expressão que manifesta um plano de conteúdo. O texto é a forma material do plano de expressão, que está composto por fonemas e signos. Segue a forma cognitiva do plano de conteúdo, que são as regras da língua, mais bem dizendo a língua e a cultura. O pensamento processa a articulação cognitiva. A articulação motora fica responsável por transformar o conteúdo em matéria: fonemas, signos e texto. Essa definição para a articulação cognitiva e motora se assemelha à definição que André Martinet (1908-1999) deu respectivamente para a primeira articulação, associada aos signos e aos morfemas, unidades mínimas da significação, e para a segunda articulação, associada aos fonemas e aos traços distintivos, unidades mínimas do significante.

Quadro 2: arquétipo da significação baseado em Hjelmslev

	PE	PC
Forma	Fonema Signo Texto	Língua / Cultura
Substância	Merismas / Articulação Motora	Processo / Articulação Cognitiva

1.2.1 O fonema segundo Ferdinand de Saussure

Saussure tinha uma questão inicial importante que era demonstrar que a língua não tinha na escrita sua melhor forma, na verdade, que a forma falada era, em essência, a língua em uso e sua verdadeira forma. Saussure disse no curso: a escrita é uma forma artificial enquanto a fala e a forma natural: (p. 42) “quando se substitui a escrita pelo pensamento (...) os primeiros linguistas caíam nessas ciladas, trocavam o natural pelo artificial (...) o artificial pelo natural

é impossível enquanto não tenham sido estudados os sons da língua”. Em outro momento, disse que era a estabilidade física da escrita que fazia com que ela fosse tomada como a forma ideal da língua. Para ele isso era devido à fonologia ainda ser muito insipiente como metodologia, aponta que os sons da língua ainda não tinham sido estudados, que seria somente assim que se chegaria a encontrar a natureza da fala.

Saussure propôs o estudo dos sons articulados por si mesmos e chamou esse estudo de fonologia. Explicou que a fonética era o estudo da fisiologia dos sons, ou seja, o processo articulatório. A fonética teria designado o estudo da evolução dos sons. Seria necessário lembrar nesse ponto os estudos da Gramática Comparada no século XIX: lei de Jacob Grimm (1785-1863) de 1822, a linguística românica de Friedrich Diez (1794-1876) de 1836, a linguística germânica de August Schleicher (1821-1868) de 1857. Os chamados metaplasmos, as regularidades das transformações fonéticas nos sistemas das línguas, permitem, pela comparação entre línguas da mesma origem, recuperar estágios anteriores e desaparecidos das línguas.

é o estudo dos sons através dos próprios sons que nos proporciona o apoio que buscamos (...) Os linguistas atuais (...) dotaram a Linguística de uma ciência auxiliar que a libertou da palavra escrita (...) A fisiologia dos sons é frequentemente chamada de Fonética (...) substituímo-la por Fonologia (...) a Fonética designou a princípio o estudo das evoluções dos sons (SAUSSURE, 1995 p. 42).

Saussure disse (1995, p. 43) “a Fonética é uma ciência histórica e a Fonologia se coloca fora do tempo, já que o mecanismo da articulação permanece sempre igual a si mesmo”. A diferença pode ser observada pelos trabalhos de Friedrich Diez de 1836 e de 1838 e de August Schleicher de 1861. Diez desenvolveu uma comparação

fonética entre as línguas românicas com o objetivo de reconstruir estágios anteriores dessas línguas e atingir uma demonstração do latim vulgar. A mesma metodologia descrita por Franz Bopp com vistas ao indo-europeu, chamada Gramática Comparada. Schleicher praticou também essa metodologia, aplicada às línguas germânicas, com vistas a reconstruir o indo-europeu, suas técnicas de reconstituição das línguas europeias o teriam feito escrever textos supostamente em indo-europeu. A metodologia da fonética como ciência histórica, na Gramática Comparada, reconstruiria essas transformações nas formas dos fonemas das línguas, metodologia que evoluíra desde a Lei de Grimm de 1822, para a lei de Karl Verner (1846-1896) de 1875, até a teoria da analogia de Victor Henri (1850-1907) de 1883, na Neogramática.

Se a fonética, por essa perspectiva, na terminologia saussuriana, revelaria aspectos diacrônicos das línguas, a fonologia seria uma técnica, cujos aspectos da língua revelados seriam os sincrônicos. Saussure disse que (1995, p. 43) “a fonologia só se refere à fala” e, disse também, que “os movimentos fonatórios de nada serviriam se a língua não existisse”. A fonologia mostra os movimentos fonatórios de uma língua como oposição psíquica. As oposições psíquicas caracterizam as formas da língua e mostram o valor que assumem determinados e variados movimentos articulatórios. Desse modo Saussure aplica à língua um conceito de sistema com um único princípio, logo, *um sistema perfeito*, como dissera E. B. de Condillac (1714-1780) em 1754: (SAUSSURE, 1995, p.43) “a língua constitui um sistema baseado na oposição psíquica dessas impressões acústicas”.

A escrita sempre foi tida como uma representação dos sons da fala, essa é sempre uma questão a ser resolvida por alfabetizadores com seus alfabetizados. Na verdade, um alfabeto de natureza totalmente fonológica não existe, mas todas as línguas apresentam nas letras que usam para escrever fundamentação numa tradição de

representação dos sons da fala. Esse fato é mais profundo em algumas línguas e mais brando em outras. De modo geral, dificilmente um alfabeto seria afinado ao som da fala, a não ser que a língua possuísse somente uma pronúncia para todos os falantes, coisa que somente em línguas de grupo nacional muito pequeno poderia ocorrer. Logo, uma escrita que representasse os sons articulados pelos falantes da língua seria muito difícil de ocorrer. Segundo Saussure, essa precisão não seria desejada. Quando ele disse isso se referia a uma escrita fonológica, que é possível para qualquer língua. A descrição fonológica dos sons está vinculada à distinção psíquica dos sons articulados: os sons fonológicos da fala são de natureza psíquica e se deve acrescentar que na descrição fonológica dos sons articulados não há variação entre os falantes, porque se baseia no valor distintivo do som enquanto formador de signos. Ele será sempre um feixe de traços que constitui uma unidade. Segundo Saussure, (1995, p. 43) “a escrita fonológica é um meio de representar os sons articulados que suprime qualquer equívoco (...) a escrita fonológica deve visar a representar por um signo cada elemento da cadeia falada”.

Então, malgrado o desejo dos falantes, (1995, p. 44) “a escrita fonológica deve servir apenas aos linguistas”. Não é incomum se ouvir a defesa de que a escrita devesse representar mais aproximadamente a fala. Obviamente, cada falante estaria pensando em sua fala, quando diz isso. Uma escrita fonológica ajuda na produção do modelo ortográfico, por isso a defesa que Saussure faz de sua existência. Assim ele disse que (1995, p. 44) “fora da Ciência, a exatidão fonológica não é muito desejável (...) no ensino de línguas um alfabeto fonológico pode ser útil, não se deveria generalizar lhe o emprego”. Esse modelo é necessário para se chegar ao sistema da língua. Devem-se descrever as formas dos sons articulados e por meio dessas formas (fonemas), sempre num número fechado, chegar ao padrão geral de fala para a língua.

A Fonologia permite que tomemos certas precauções no tocante a essa forma escrita, pela qual devemos passar para chegar à língua (...) cumpre traçar o sistema fonológico do idioma estudado (...) cada língua opera com um número determinado de fonemas bem diferenciados (1995, p. 44, *catando*).

Para estudar o passado e as línguas do passado, que é uma das tarefas do linguista, segundo Saussure, seria preciso fazer uso de textos escritos ou textos estabilizados, no tempo de Saussure não existiam possibilidades simples de gravação da voz. Textos escritos ou gravados são a materialidade constituída da linguagem em uso. A língua é a concretização da linguagem, é a parte social, aquela que pode ser estudada. Então, o texto fixado é a materialização da língua e a representação da sociedade. Toda vez que se estabiliza a língua, seja em qualquer formato, escrito ou gravado, tem-se um texto e a representação da sociedade. Não se pode esquecer que Saussure explicou que a fala, por ser individual, não poderia ser estudada. Somente o que é matéria concreta, portanto, a forma material pode ser estudada, e esse é o formato do texto: forma do conhecimento subjetivo de um ser humano em uma sociedade.

A materialidade da linguagem, em uma sociedade, não acontece somente por meio da fala. O som articulado, organizado em sílabas, tem função privilegiada na textualização da cultura, porém, não é a única forma, é na verdade a que todos estão capacitados para usar. As outras formas de textualização são dependentes de um treino extra, para além da primeira capacitação, que são os sons articulados, ocorrida na primeira idade do ser humano, mas são formas da mesma cultura, vinculadas ao conhecimento disponível. A textualização verbal tem o privilégio de conter em si o objetivo da significação do conhecimento repetido e memorizado simbolicamente, enquanto as outras formas, a exemplo da pintura, da música, da escultura, da arquitetura, da perfumaria, do vestuário etc., dependem da aplicação

da significação verbal para ter valor e significado, enfim, nos termos da semiótica de Jean-Marie Floch (1947-2001) são semissimbólicas.

Quando se trata de descrição fonológica, Saussure deixa claro que o uso do testemunho dos antigos, no caso de descrever línguas do passado, é fundamental, mas dificilmente no passado fez-se análise dos sons das línguas com o rigor científico necessário para tornar as descrições seguras. Entretanto, essas observações dão pistas importantes para que se possam saber, através dos nomes que deram aos sons, quais eram as características deles. Esses dados, Saussure classificou de indícios externos, informações indiretas, que podem ser combinadas com os indícios internos, retirados da evolução fonética, que é a regularidade das transformações dos fonemas, chamados de os metaplasmos, e retirados da forma contemporânea dos fonemas, como são apresentados na forma escrita nas diversas línguas: a força da analogia.

A regularidade da evolução fonética permite destacar hipóteses: “quando se trata de determinar o valor duma letra, é muito importante saber qual foi, numa época anterior, o som que ela representava. Seu valor atual é o resultado de uma evolução que permite descartar desde logo certas hipóteses” (Saussure, 1995, p. 45). Essa evolução permite suposições seguras sobre as mudanças. Se, além disso, se puder contar com a analogia, quando se conhece sons análogos na língua na mesma época. Saussure aponta que fica mais fácil se descobrir os estágios intermediários da evolução dos sons, quando se conhece o ponto de partida e de chegada. Esse é o modo como se costuma estudar a evolução das línguas neolatinas, sempre se sabe a forma de partida no latim e a forma de chegada na língua neolatina, o que facilita reconhecer sons intermediários.

No *Curso Linguística Geral*, Saussure apontou que a verdadeira linguística teria surgido da Gramática Comparada das línguas neolatinas e germânicas, especificamente dos estudos de Friedrich Diez e

August Schleicher. De fato, tanto uma quanto a outra tinham fontes de partida e chegada conhecidas, diferentemente dos estudos do indo-europeu, em que só se tinha as fontes de chegada. Como exemplificação daquilo que Saussure expusera é o fato de mesmo se tendo fontes precárias do latim vulgar, que se pode dizer são as fases intermediárias entre o latim e as línguas neolatinas, é possível se saber em todas as línguas neolatinas as fases intermediárias de um termo, desde o latim até a língua moderna. Num curto período, menos de 100 anos, entre o início do trabalho de Diez em 1836 e até 1925 com o português, a última a ter suas fases de latim vulgar reveladas, todo o trabalho ficou concluído.

Quando às fases do indo-europeu, todas as formas são meras hipóteses. Mesmo no caso do *Mémoire* (1879), texto escrito por Saussure, em que se consegue ter segurança quanto aos resultados, todas as propostas são meras hipóteses, baseadas na comparação dos exemplares retirados das línguas vivas da modernidade e das línguas clássicas, que só existem no formato escrito. Nesse texto, Saussure fez um levantamento de todas as hipóteses antes formuladas sobre as vogais do indo-europeu, algumas ele descartou outras ele aproveitou certos resultados, a partir dessa metodologia de cotejamento dos dados obtidos por outros, anteriores a ele ou seus contemporâneos, criou uma hipótese para as vogais do indo-europeu tida como plausível. Na verdade, não se estudou mais o assunto, também nunca se contestou os resultados dele.

No *Mémoire*, Saussure deixou claro que nenhum dos estudiosos do assunto havia chegado a uma conclusão sobre a verdadeira condição do “a” no indo-europeu. Relatou que Franz Bopp, em 1816, em sua obra *Über das Conjugations- System der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*, afirmara que o ariano - seção do grupo indo-europeu que

se espalhou para a Mesopotâmia e para a Índia - apresentava uma uniformidade no “a”, enquanto, paralelamente, as línguas da Europa - latim, grego e alemão - mostravam três formas vocálicas: “a”, “e” e “o”. Para Bopp, as vogais “e” e “o” eram formas desenvolvidas nas línguas europeias a partir do “a” do indo-europeu. Esse fenômeno era relativamente recente, pois se caracterizava como um fenômeno das línguas ocidentais derivadas do indo-europeu (Milani, 2015, p. 34).

Saussure concluiu, a respeito dessa série de teorias sobre as vogais, que todas afirmam, em relação às línguas ocidentais, a existência de três vogais para o europeu: “e”, “a” e “ā”. A hipótese de Saussure e de que existiriam quatro vogais diferentes, e não três. A dificuldade de compreensão do fenômeno estaria no fato de os dialetos do norte terem confundido duas dessas vogais originárias, enquanto no Sul elas permaneceram distintas: “a” em oposição ao “e”, uma vogal reforçada, e um “o”, que era, na verdade, outra forma de “e” (Milani, 2015, p. 37).

Quais seriam então os recursos para se fazer a recuperação das fases anteriores da evolução fonética dos sons de uma língua? Saussure apontou como exemplo as diversas grafias registradas na história da língua. Dá como exemplo o alemão da palavra moderna *waser/Yasser*. Ele disse que mais tarde, depois de ter encontrado essas duas formas, foi encontrada a forma *wacer* também, “isso provava que esses dois fonemas /z/ e /s/, outrora nitidamente distintos, chegaram mais ou menos a confundir-se” (Saussure, 1995, p. 46). Ele também disse que “os textos poéticos são documentos preciosos para o conhecimento da pronúncia” (loc. cit.), deste modo, baseados nos processos rítmicos dos poemas, como rima, versificação, aliteração etc. é possível ver como os fonemas se combinavam e oferecem informações valiosas para isso.

Ele menciona também a grafia dos termos emprestados de línguas estrangeiras. Em tudo isso, deve-se ressaltar a preocupação

metodológica de Saussure. Ele não está descrevendo os processos simplesmente, mas ensinando os passos e os recursos a serem utilizados na feitura dessas pesquisas: “todos esses processos de informação nos ajudam a conhecer, em certa medida, o sistema fonológico duma época e a retificar o testemunho da escrita, tornando-o proveitoso” (Saussure, 1995, p. 47). Quando se trata de uma língua viva, Saussure orientou a “estabelecer o sistema de sons tal como é reconhecido pela observação direta; e, observar o sistema de signos que servem para representar os sons” (loc. cit.). Ele criticou a tentativa em sua época dos gramáticos de estabelecer a pronúncia de cada letra da língua que queriam descrever: “os fonologistas muito contribuíram para reformar nossas ideias acerca da escrita e da ortografia” (loc. cit.).

1.2.2 O fonema segundo Leonard Bloomfield

Esse texto trata do conceito de fonema na obra *Language* de Leonard Bloomfield, publicado em 1933. Em um ato de fala se distinguem três eventos, de acordo com Bloomfield, A- a situação do falante, B - os sons falados no enunciado e o impacto desses sons no ouvinte, C- a resposta do ouvinte. Assim, os fonemas só podem ser percebidos no contexto de um texto.

Os sons da fala são meramente um meio que leva o ouvinte a responder a situações que, de outra maneira, não afetariam o ouvinte. Os fonemas são a matéria que causam os estímulos que levam o ouvinte a responder mais acuradamente às situações que, de outra maneira, ficariam sem respostas.

Bloomfield aponta as vertentes da fonética.

Fonética, de um lado, seria o estudo dos sons da fala nos quais o evento enunciado fica sem referência ao significado, investigando, assim, somente os movimentos dos sons produzidos pelo falante, as ondas sonoras, e a ação no tímpano do ouvinte. Por outro lado,

semântica, em que se estuda a relação desses recursos falado com os índices de significação, mostrando que, um certo tipo de som falado, foi pronunciado em certos tipos de situações e leva o ouvinte a dar certos tipos de resposta.

Não se pode prever quando em uma determinada situação uma pessoa que vai falar ou, em caso afirmativo, que palavras ela usará e não podemos prever como ela responderá a um determinado discurso. Embora, tão rápido quanto tentamos lidar acuradamente com este assunto, achamos que a concordância da comunidade está longe de perfeição, e que toda pessoa usa formas faladas em uma única direção.

O estudo da linguagem pode ser conduzido sem especial atenção ao significado do que é falado. Este estudo é conhecido como fonética (experimental e laboratório). O estudo também pode ser pelo movimento dos sons produzidos (fisiológica / articulatória) ou resultantes das ondas sonoras (física ou acústica). Fonética fisiológica começa com inspeções/exame do aparelho fonador. O ser humano não tem um órgão da fala, mas adaptou um conjunto de órgãos para falar. Os Foneticistas não têm ainda sucesso em analisar muitos dos recursos de tais gravações. É preciso lembrar que Bloomfield escreveu esse texto nos anos vinte do século vinte, num tempo em que não se tinha aparelhos de gravação potentes à disposição de todos nem tão pouco recursos para ouvir e dividir gravações.

Bloomfield entendia que sons falados eram infinitamente complexos e infinitamente variados. Atualmente se sabe isso. Tal resposta foi encontrada com a análise digital dos sons gravados nos anos noventa do século XX, muito tempo depois dessas propostas empíricas de Bloomfield. Da mesma forma que existe variação infinita nos sons falados, também os enunciados são infinitamente variados. Considerando as divisões e os usos que cada falante faz, como disse

Bloomfield, pessoas diferentes falam diferentemente, na superfície falada da língua nenhum texto enunciado é igual a outro. Bloomfield disse: “um foneticista sabe que nunca dois enunciados são exatamente iguais”.

Para Bloomfield não existe dado linguístico sem a significação. Ele disse que o foneticista não pode ter certeza deste recurso constante, falando dos sons falados, quando ignora o significado do que está falando. Desse forma, quando não se presta atenção no significado, não se pode decidir se duas formas são iguais ou diferentes. Não somente Bloomfield, mas todos os linguistas do século XIX afirmaram que o significado é que dá status linguístico ao som falado.

Tratando dos dados fonéticos, ou seja, fonemas, Bloomfield faz duas afirmações importantes para sua teoria: “um enunciado que é significado em alguma língua ou dialeto, talvez seja indiferente em outros” e “um significado que é distintivo em uma língua, talvez não seja em outra língua”. Desse modo, está posta uma lição importante do legado de Bloomfield, muito repetida no século XX, que as línguas são sempre irrepitíveis e que os enunciados produzidos nelas também são irrepitíveis, sob todos os aspectos.

Quando o falante usa uma forma, ele confia em seu conhecimento diário para lhe dizer se as formas faladas por ele são as mesmas ou outras diferentes. Então, Bloomfield afirmou que “a palavra *man*/homem, falada em várias expressões, é em inglês ainda a mesma palavra, com um e o mesmo significado, mas que *man*/homem e *men*/homens são palavras diferentes, com significados diferentes”. Nada parece mais óbvio, porém um estrangeiro teria de ouvir esses sons e associá-los a seus respectivos significados, de maneira independente.

Como mostrou Bloomfield o estudo do significado dos sons falados é a fonologia ou fonética prática. Os sons falados do ponto de vista da Fonologia envolvem a consideração do significado.

O estudo fonético, como foi mostrado acima, não leva em consideração a significação. Essa é a diferença absoluta entre as duas áreas de estudo do som falado. Num caso ordinário, tem um limite para variação do enunciado não distintivo: o fonema é mantido distinto de todos os outros fonema da língua. Nunca um falante confundiria as vogais de pen, pan e pin. Um falante reconhece os fonemas da língua um a um, se a pronúncia for errada, também conseguirá saber.

Tais confusões ocorrem quando se tenta falar uma língua estrangeira ou dialeto, no geral o que acontece é que o falante substitui os fonemas pelo mais similar da própria língua ou dialeto. Esse arranjo vai acontecer por aproximação, nunca um falante estrangeiro conseguirá reproduzir os fonemas da língua totalmente distinto, sempre haverá uma aproximação com os fonemas da língua nativa. As discrepâncias perturba o indivíduo fante nativo, e se diz que o estrangeiro fala ininteligível ou com um sotaque estranho, mas não conseguimos saber onde está a diferença. A confusão é mais séria quando dois ou três dos fonemas estrangeiros parecem algum fonema da língua falada.

Quando se tenta falar uma língua estrangeira, reproduzem-se (substitui-se), em alguns casos, vários fonemas estrangeiros por um único fonema da língua nativa. O falante nativo responde ao fonema como se fosse um dos seus. Em outros casos, o fonema, que é substituído por vários da língua estrangeira, é acusticamente intermediário, e no falante nativo vê-se ser intercâmbio de sons. Nenhuma objeção para o linguista descrever todos os enunciados acústicos que ele pode ouvir, ele não faria confusão destes com enunciados fonêmicos. Deve-se ter claro que o enunciado fonêmico leva em consideração o significado reproduzido pelos fonemas. Estudiosos fizeram muitos alfabetos fonéticos. Alguns destes esquemas alfabéticos partem inteiramente do tradicional hábito de escrever nas línguas em uso. Os

símbolos destes alfabetos são simplificados e são diagramas convencionalizados dos órgãos vocais em posição para execução dos vários fonemas.

Muitos outros alfabetos fonéticos são modificações do alfabeto tradicional. No livro “Language”, Bloomfield disse ter usado o alfabeto fonético internacional da associação, que fora desenvolvido por Ellis, Sweet, Passy e Daniel Jones. Salienta-se que o livro de Bloomfield foi escrito em 1933, a associação internacional desenvolveu um alfabeto que serve para todos no planeta, chamado IPA. No russo e no sérvio, os alfabetos fonéticos complementam o alfabeto grego com um número de letras extras. A fórmula de escrita regular na maioria das línguas do leste europeu, incluindo o russo e o sérvio, tem símbolos diferentes das línguas que usam os símbolos latinos.

Usa-se neste livro, colocando entre colchetes, como é costumeiro, tudo que é escrito nos símbolos fonéticos. Esse se tornou o hábito internacional, entre colchetes escrevem-se os fonemas, símbolos fonológicos ou fonêmicos, em que se leva em consideração a contribuição do fonema para formação de um sentido. Quando se considera apenas a fórmula estética dos sons articulado, coloca-se o símbolo fonético entre chaves.

O princípio em que o alfabeto fonêmico internacional é baseado, é empregar letras comuns em valores aproximados daqueles que têm em algumas línguas padrões europeias, e completando essas letras com signos artificiais ou pelo uso de diacríticos cujo número de fonemas não exceda o número de letras. Logo, o que se espera de um alfabeto fonológico/fonêmico é que ele tenha para cada fonema uma letra. Bloomfield apresentou uma descrição dos fonemas usados para falar em inglês. Trinta e dois símbolos para fonemas primários simples:

1.3 ALGUMAS DESCRIÇÕES ARQUETÍPICAS PARA A MANIFESTAÇÃO LINGUÍSTICA

Desde Platão a palavra, de forma geral, foi o objeto mais importante da pesquisa sobre a linguagem. Ela é o objeto concreto e segmentável de toda constituição linguística. Durante o século XIX, sua fórmula foi nomeada de signo, chamado de *os objetos da língua*. Os signos são os correlatos na língua dos objetos da natureza. Na linguística geral fala-se em signos, mas na gramática geral ou histórica fala-se em palavra, independentemente de ser ela igual ou não ao signo. Também existe o termo *léxico*, o qual aponta para algumas características daquilo tudo que é chamado de palavra.

Em Platão, nos diálogos *Teeteto* e *Crátilo*, o nome é a parte mais fraca do arquétipo que organiza a linguagem, a língua e a fala, isto é, os nomes são como substitutos das coisas. Entre as coisas do mundo e os nomes atuam a cultura, com seus conceitos, a inteligência, a ciência e a sabedoria. O nome é a parte mais fraca porque pode ser substituído e é feito de matéria que se dispersa. Todo nome remete a um *logos* (conceito), a sua matéria psíquica eventual e também subjetiva, produzida a partir de um ideal cultural, mais estável, para aquela coisa do mundo. Então, o *logos* acontece no evento concreto do texto entre dois indivíduos. O mediador entre os indivíduos é o *eidolon* (imagem), o ideal cultural. Ele possibilita que a manifestação da linguagem em um nome, matéria articulada, tenha nos indivíduos *logos* assemelhados, capazes de fazer a todos reconhecerem a coisa.

Aristóteles no texto *Da Interpretação* analisa o enunciado. Esse enunciado é construído por partes, mas essas partes não significam nada separadas. As palavras, para serem símbolos dos sentidos que a alma cria, precisam passar pela ação do tempo verbal. Desse modo, disse Aristóteles, os sons emitidos pela voz são símbolos de estados da alma, e as palavras escritas os símbolos das palavras emitidas pela voz. O que está patente é que as palavras, para existirem, devem

ser símbolos. Os nomes são sons da voz, que possuem significação memorizada. Quando tiverem sofrido a ação do tempo verbal, serão símbolos daquilo que o sujeito falante estiver sentindo.

Aristóteles afirma que a palavra não significa nada por si mesma. Nenhuma palavra é por natureza um nome. Um conjunto de sons vocais não forma um nome. O que o transforma em nome é a ação simbólica, que faz com que esse nome seja símbolo de alguma coisa. O que condiciona a significação entre os seres se as palavras não são as mesmas é que as imagens dos estados de alma são muito semelhantes ou as mesmas e as coisas, as quais os nomes fazem referência, também são as mesmas. Em síntese, em Aristóteles existem palavras, feitas de sílabas, que devem convencionalmente ser símbolos das imagens dos estados de alma. Assim, como significações, elas entram no discurso e sofrem a ação do tempo verbal, para que então se tornem enunciados.

Em Wilhelm von Humboldt o signo representa a imagem acústica, ou seja, ela é o signo. Quando ela entra em um discurso e torna-se língua, adquire um conceito e uma identidade cultural. O signo é símbolo do conceito e da identidade cultural a ele associada. Humboldt estudou o signo como parte do texto, a forma materializada da linguagem; para ele, que era um racionalista kantiano, essa era a forma real e única da linguagem. Todas as sílabas que entram na estrutura de uma palavra em um discurso seriam signos de um conceito e de uma identidade cultural. Interessante notar que para Humboldt, como para Aristóteles, as sílabas são as unidades mínimas de constituição dos signos. Elas podem ser constituídas de um som articulado ou de vários. Geralmente são constituídas de um consonântico e de um vocálico, sendo que somente os vocálicos podem ser sílabas sozinhos. Humboldt diz que normalmente são necessárias várias sílabas para compor uma palavra. Ele afirmou que quanto mais bem articulados forem os sons, mais claros e significativos eles serão.

São, portanto, os sons articulados que adquirem conceito e identidade cultural em um discurso.

Toda metalinguagem da Linguística foi constituída no século XIX, começou com a Gramática Comparada em 1816, obra de Franz Bopp (1821-1867), depois a Neogramática em 1874, obra de William D. Whitney (1827-1894). Ajustes importantes foram feitos no *Curso de linguística geral* em 1916, atribuído a Ferdinand de Saussure (1857-1913). Esse século foi dominado pelo pensamento evolucionista, são inúmeras as teorias que explicavam a existência da vida no planeta e porque ela estava nesse estágio atual. As mais importantes são a de Chevalier de Lamarck (1744-1829), a de Georges Cuvier (1769-1832) e a de Charles Darwin (1809-1882). Como objetos concretos da língua, as palavras possuem uma forma fixa como os seres vivos, por isso se pode descrever sua morfologia, termo que a biologia usa para a descrição dos seres vivos. Assim sendo, grande parte dos meta-nomes de qualquer estudo das línguas, que se desenvolveu no século XIX, tem origem nos estudos da biologia ou da botânica. Os meta-nomes da linguística diacrônica são emprestados dos estudos biológicos.

Os estudiosos do século XIX desenvolveram profundamente os estudos diacrônicos e sincrônicos sobre as línguas. No *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand de Saussure fez uma síntese do que se estudara e apontou o que seriam os estudos diacrônicos e os sincrônicos. Os estudos diacrônicos das línguas românicas, seguindo a metodologia de Franz Bopp, foram desenvolvidos por Friedrich Diez em 1838. Seu objetivo era reconstituir, a partir da comparação das línguas neolatinas que ele conhecia, os estágios do latim vulgar. A partir dessas comparações e de outros estudos comparados sobre os fonemas, como os de Jacob Grimm (1785-1863) em 1821, Wilhelm von Humboldt em 1836, Karl Verner (1846-1896) em 1875, todas as línguas neolatinas também as germânicas, essas estudadas por August Schleicher, tiveram os processos fonológicos ou metaplasmos

descritos. A língua portuguesa teve seus metaplasmos estabelecidos no século XX, nos estudos de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), publicados em 1925. Durante o século XX, vários brasileiros fizeram estudos metaplasmatóxicos sobre o português, em Portugal, e publicaram histórias da língua portuguesa ou gramáticas históricas.

No final do século XIX, na Neogramática, desenvolveram-se os estudos sincrônicos das línguas. Todos os autores do período são estudiosos comparatistas, destaque geral para William Dwight Whitney, Ferdinand de Saussure e Antoine Meillet. O fato mais importante é que até o século XVIII, as línguas tinham gramáticas baseadas na epistemologia dos casos e das declinações. Desse modo, o processo sintático era relacionado à estrutura morfológica. Durante o século XIX, as gramáticas pararam de descrever casos e declinações para as línguas neolatinas, fala-se aqui em específico da língua portuguesa, mas não se tinha uma teoria sintática que permitisse observar a estrutura formal das línguas flexionais analíticas. No Brasil, as gramáticas publicadas até meados do século XX não tinham uma teoria sintática para o texto. As gramáticas apresentavam a sintaxe como uma teoria do morfe, apontando para as classes gramaticais as funções que poderiam exercer.

No *Curso de Linguística Geral*, Saussure descreveu o fonema, o signo e apontou como o pensamento se manifestava no formato do texto. Costuma-se apresentar esses três níveis da análise linguística como sendo os níveis ontológicos. De acordo com Hjelmslev, a segmentação do texto só acontece nesses três níveis. O nível merismático, ou subfonemático, faz parte do fonemático, o nível morfemático faz parte do sigmático e o nível oracional faz parte do nível frasal/textual. Então, a segmentação exaustiva e não contraditória, que Hjelmslev propõe, deve ser feita levando em consideração esses três níveis ontológicos. São muitos os textos que criam sua significação explorando cada um desses níveis de análise. O mais comum

são textos que exploram mais o nível sigmático, ou seja, estruturam o plano de conteúdo muito mais a partir do léxico do que dos outros níveis de análise. Importante observar que todos os níveis estão presentes em todos os textos.

Depois do século XIX e antes do século XX, tem-se então o *Curso de Linguística Geral* de Saussure. Ele juntou o conhecimento sobre o fonema, a língua e as metodologias até então existentes e fez a síntese que projetou o desenvolvimento daquilo que ele chamou de semiologia, mas que ficou conhecida com o nome de linguística. A partir da descrição profunda que Saussure fez do fonema do ponto de vista da articulação e da separação entre sincronia e diacronia que ele mostrou, as explicações sobre a língua e seu modo de manifestação, muitas teorias se desenvolveram. Permitiu que Hjelmslev projetasse a divisão dos textos exaustivamente e não contraditória e que Emile Benveniste sintetizasse os níveis da análise linguística, demonstrando que significante e significado seguem uma mesma fórmula de constituição.

Louis T. Hjelmslev (1952), chamando de teoria Glossemática, partindo das afirmações de Saussure, propôs que, o que entra para o conjunto do discurso é uma cadeia de significantes que adquire um significado. Existe um processo que faz as unidades da cadeia significante, chamadas por ele de funtivos, funcionarem como disparadores do significado. A cadeia de significantes, nomeadas no livro *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* como Plano de Expressão - PE, adquire um Plano de Conteúdo - PC. PE e PC são fórmulas psíquicas que se articulam em forma e em substância. A parte profundamente psíquica é a substância do plano de conteúdo ou, num outro nome, pensamento, que fica organizado por uma forma, ou seja, a forma do PC, que é a língua. O plano de expressão possui a articulação como substância e, como forma, o fonema, o signo e o texto. O fonema é a unidade básica que realiza materialmente a fusão entre

os dois planos. A semiose, segundo Hjelmslev, acontece no encontro entre os planos de expressão e de conteúdo do texto.

A complexidade se reduz ao momento em que o fonema, plastificado com o som ou com a imagem, como dissera Saussure, entra em um corpo físico textual. Ele passa a ser um funtivo entre os dois planos. Hjelmslev estudou o processo de construção da significação como enunciado, quando o enunciado já completou todas as etapas linguísticas e já é um objeto social. Em seu texto têm importância zero as etapas de aquisição da língua, porque o texto é a linguagem, a língua e o discurso em pleno funcionamento. Deve estar isso claro porque seus antecessores nunca abandonaram o processo de aquisição da língua. Como disse Saussure no *Curso de linguística geral*, o ser humano tem a capacidade de adquirir/aprender uma língua.

O conhecimento é social e está registrado na língua. Supondo o signo como casa vazia, ele requer o preenchimento com um valor. Na execução do signo em um texto, o conhecimento entre os indivíduos é variante, logo, a fórmula da convenção social precisa ser relativizada: os indivíduos não possuem essas tais convenções em comum, mesmo no caso de signos muito comuns no ambiente de convívio. Não se trata aqui de referência. Então, o que os indivíduos fazem é repetir o conhecimento relacionado ao signo, como adquirir de falantes mais experientes. De fato, não existe convenção, mas repetição de valores, veiculados em um texto por meio de signos. A repetição de valores produz um conhecimento associado ao signo. Enquanto a repetição continuar, o signo terá sempre um valor aproximado, e essa será sua significação na língua. Como disse Saussure, “ele se repete porque se continua, a arbitrariedade do signo o coloca a salvo de mudanças (1995, p. 87)”.

Em última e única instância, o que é repetido são os sons articulados. Como disse Hjelmslev, eles são os funtivos que produzem a semiose. Sinteticamente dizendo, são os fonemas que são repetidos.

Segundo Humboldt, quanto mais bem pronunciados, mais precisos e eficientes serão seus efeitos. Assim, a repetição dos fonemas, em conjuntos previamente estabelecidos, reativa valores relativos à cultura. A repetição dos fonemas marca também a identidade cultural, segundo Humboldt, da substância do plano conteúdo no som articulado, ou, segundo Saussure, a variante falada como valor.

CONCLUSÃO

A formação da memória linguística de um indivíduo depende da repetição das formas estruturadas. Os falantes mais experientes tornam-se os predecessores dos menos experientes e a repetição das formas transmite o conhecimento. Como se disse, somente os fonemas são repetidos, e um valor é construído entorno dessas unidades materializadas. Ninguém pode ter certeza do valor que outrem atribuiu a uma unidade formal materializada, porque isso é individual e subjetivo, mas sempre pode repetir, como língua, o valor desejado para esse outrem e construir dentro dele esse valor. O fato é que não existe significado para nenhuma forma expressa por um indivíduo, o significado será um eco de outras repetições, que se pode chamar de significação. Caso no indivíduo nunca existira uma repetição da forma, não existirá significado ou valor para ela, porque ele nunca conheceu a significação fixa na língua.

O significado dado é construído no evento do texto, por meio de repetições de valores. Repetem-se os fonemas, numa ordem antes repetida. Assim repetem-se os outros elementos envolvidos no evento. A eficácia da estrutura organizada depende de existir a repetição da mesma ordem de fonemas em outrem. Assim sendo, o evento inicial, ou primeira vez, de uma estrutura fonológica pode ocorrer para alguém, e se ocorrer, nesse caso haveria incompreensão por falta de memória. Resta o fato de os falantes estarem sempre em algum

ponto entre a primeira repetição e a última repetição. Quando se ouve uma língua estrangeira, há sempre eventos em que os fonemas não se realizam. Em todos os casos, sempre há algo que já seja repetição, por menos que se entenda dessa estrutura, sempre se saberá que são vozes humanas e que são fonemas. As repetições dessas sequências estruturadas, elas devem ser estruturadas para serem língua, construirão as distinções dos fonemas, que produzirão valores no enunciado e significados nos signos.

As incompreensões completas por sua vez também não existem. De modo algum alguém pode não compreender totalmente algo. A memória registra repetições, a ausência de repetições implica em desconhecimento da forma e na impossibilidade de construir um valor. Dando um passo atrás, são os fonemas que ativam a significação e constroem o valor para o significado. Logo, a significação é construída pelo reconhecimento dos fonemas e da forma que eles realizam. O reconhecimento dos fonemas constrói uma sequência de valores, desde os mais superficiais, como saber que ele pertence a uma determinada língua, ou de determinada variante de uma língua. Passa para um nível intermediário que é reconhecer a unidade simbólica que ele realiza, ou seja, o signo, assim reconhecendo também as repetições da significação. Num nível mais profundo, o conjunto de fonema transcende a unidade das formas e realiza um valor, nesse nível memórias repetidas se juntam e ativam um valor que conjunta as idiossincrasias envolvidas.

02

Teorias do signo: Humboldt, Schleicher, Whitney, Pierce, Saussure

2.1 WILHELM VON HUMBOLDT¹

No século XIX, está entre os primeiros estudiosos da língua, na verdade, a linguística começou no início do século XIX, até mesmo como nome, Humboldt defendeu a separação da linguística da filologia. Nos textos de Humboldt está a primeira definição de signo, como uma unidade linguística, necessária ao pensamento. Humboldt (1836, p. 74) escreveu que “se deve chamar palavra o signo que corresponde a um conceito”. O signo, assim, é a forma materializada no texto por meio de unidades sensíveis aos sentidos, em específico, sons articulados para as formas faladas. Conceito é a unidade psíquica que é atualizada todas as vezes que se usa a forma falada.

As palavras são formadas de signo e conceito, o signo como imagem acústica corresponde a um conceito. A palavra é composta por sílabas. Essas são as formas mínimas do pensamento para a formação da estrutura materializada. A palavra pode ser composta de números variados de sílabas, geralmente precisa-se mais de uma para compor uma palavra. A sílaba só se torna palavra quando adquire significação, ou seja, vira imagem acústica ou signo de um conceito. Assim, segundo Humboldt, as palavras são formadas de uma dupla unidade, as unidades sonoras ou sílabas e as unidades conceituais. É desse modo, como sílabas que possuem significação própria que as palavras fazem parte da fala.

Para Humboldt, a língua forma um segundo mundo, feito do ponto de vista de um cidadão, desde sua posição individual

¹ Humboldt, Wilhelm. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Berlin: Könoglichen Academie der Wissenschaften, 1836.

dentro da sociedade. Essa posição ele constrói a partir das sensações que recebe do mundo natural, deste modo, as palavras serão os objetos individuais desse segundo mundo. Nessa condição, as palavras são indivíduos concretos que devem ser preservados em sua forma. Ao falar, o falante somente tem presente em sua mente o conjunto da ideia que deseja expressar. Segundo Humboldt, não se fala com palavras prontas de antemão, no conjunto da fala as palavras são produzidas, então, é o texto discursado que produz as palavras.

As palavras são o limite em que a língua estabelece uma fórmula fixa. Mas, a fala é organizada pelo conjunto, a partir da extensão das palavras, ou seja, no discurso, a língua tem regras somente reguladoras, cabe ao falante organizar e construir seu discurso. As palavras nunca perdem seu conceito individual, elas se apresentam dentro do conjunto num *continuum* que gera sempre precisão no sentido linguístico desenvolvido. Na obra de Humboldt, o mundo somente pode ser interpretado por meio da língua, nelas estão elaboradas todas as ideias, as sensações são experiências que geram ideias muito imprecisas, na língua as sensações são transformadas em formas precisas para as ideias.

Como disse Humboldt (1836), os sons articulados se distinguem dos outros sons animais pela intencionalidade e por sua capacidade de significar. A comparação com gritos e a sonoridade musical mostram que os sons articulados não podem ser descritos pelas suas características, mas somente pela maneira como são produzidos. O som, na articulação, é somente uma forma de torná-la mais facilmente perceptível, sendo possível separá-la dele. Então, não se fala somente porque se pensa, mas porque se possui uma capacidade de juntar o pensamento e os instrumentos da língua.

A contundência dos sons articulados faz que sejam mais bem percebidos e, quanto mais enérgica for a intenção de produzi-los,

mais nítidos serão, pois se formam na junção ou na oposição com outros sons, e esta cooperação é necessária para a perfeição do discurso. A diversidade dos sons, que obriga cada povo a realizar somente os sons linguísticos que interessam para sua língua, é gerada pela diversidade de órgãos da fonação que interferem na articulação, pelo lugar em que esta é produzida e pela característica do som a ser produzido. As características devem se fundir à articulação e devem acontecer somente as mudanças necessárias e próprias do som. Logo, para que não ocorram degenerações, jamais uma característica de um som deve ser aplicada a outro que não a tenha pela sua natureza.

O sistema fônico se forma dos modos pelos quais os sons articulados se associam na formação por semelhança ou por oposição de séries, que se formam a partir da totalidade de possibilidades das relações entre os sons. Na evolução fonética das línguas, sons articulados muito próximos uns dos outros tendem a se fundir ou a se confundir. Quanto mais precisa for mantida a distinção dos sons da língua, mais rica em possibilidades e agradável ao ouvido estrangeiro ela será. Quanto à riqueza em sons, Humboldt fala na abundância de sons necessários para a fala e na limitação a um número de sons necessários para um equilíbrio entre eles. Esses fatores têm que brotar da língua, que é como uma imensa e rica organização em que todas as partes estão relacionadas entre si. De qualquer ângulo que ela seja estudada, ao falar os homens somente utilizam uma pequena parte dessa organização, mas nessa pequena parte está sempre pressuposta e atuante a organização inteira.

A língua forma, pelo processo acima, unidades sonoras chamadas sílabas. Na formação da língua, às sílabas, unidades sonoras, vinculam-se a conceitos, convertendo-se elas em palavras. Torna-se palavra a unidade sonora a que se vincula um conceito, geralmente

são necessárias várias sílabas para a composição de uma base sonora para um conceito. Conclui-se, como foi dito acima, que a palavra é composta de uma dupla unidade: a do conceito e a do som. É como palavras que as unidades sonoras se convertem em fala, já que, na carência de conceito, elas não podem ser entendidas, ou não existem. Como foi exposto anteriormente, se a língua for um mundo à parte, descrito objetiva e subjetivamente pelo indivíduo a partir das impressões que recebe da natureza, as palavras são os objetos individuais do mundo, que se compõem no mundo aos olhos dos indivíduos como parte independente e dependente do todo: são objetos distintos e, por isso, são e devem ser preservadas em suas formas distintivas.

No capítulo 10, do livro *Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana* (1836), Humboldt escreveu (p. 74) “chamamos palavra ao signo que corresponde a um conceito”. A forma da palavra corresponde às unidades que encerram em si uma significação, ou um conceito. A forma do signo corresponde à unidade sonora que leva à correlação com um conceito. Essa é a ideia que se tem no pensamento que gera a necessidade da articulação dos sons. Ainda no mesmo parágrafo, “a sílaba forma uma unidade sonora; só se converte em palavra quando obtém uma significação própria”. Humboldt, obviamente, está fazendo referência à condição que deve ter um som articulado já como sílaba para ganhar *status* de língua. A dupla unidade: sonora e conceitual é sempre uma constante, a língua tem sempre uma forma típica do espírito nacional para representar cada conceito. Logo, a expressão de um conceito por meio de sons articulados segue o processo típico do modo como um povo costuma fazer: os sons articulados já estão previamente definidos na língua e os conceitos seguirão o modo do espírito nacional, juntos formarão a unidade da *palavra* na fala.

By words we understand the signs of particular concepts. The syllable constitutes a unity of sound; but it becomes a word only if it acquires significance on its own, which often involves a combination of several. In the word, therefore, a dual unity, of sound and concepts, comes together. Words thereby become the true elements of speech, since syllables, with their lack of significance, cannot properly be so called. If we picture language as a second world, the man has objectified out of himself from the sole objects therein for which the character of individuality must be retained, even in form (Humboldt, 1999 [1836], p. 70).

A palavra é, pois, um objeto que substitui na mente dos indivíduos um objeto real, o objeto linguístico que reflete as características do objeto real segundo o modo pelo qual esse objeto real foi percebido pelo indivíduo. Apesar de se refletirem, há uma grande lacuna que separa o mundo dos objetos linguísticos do mundo dos objetos reais. A palavra é composta, então, de um conceito de algo que existe no mundo real e que, ao se formar no interior do indivíduo, é dado a conhecer aos outros indivíduos através da articulação sonorizada. A articulação, antes de mais nada, possui uma identidade que, reconhecida como um som pertencente à língua, pode se tornar um signo, isto é, um símbolo que leva os indivíduos a identificar o conceito. Resumindo: a palavra é a soma de um conceito mais a identidade sonora que se torna signo. Nos casos em que a identidade sonora, mesmo reconhecida como parte da língua, não esteja clara para que possa virar signo, o conceito não será identificado, e o som não será palavra.

Essa divisão da palavra, porém, pode tornar-se mais perceptível: ao ouvir /ba/, um falante de português brasileiro reconhecerá sem dificuldades que se trata de um som de sua língua materna. Portanto, encontrou uma identidade para este som, que é então, com

certeza, um símbolo da língua portuguesa, uma vez que ela é reconhecida neste som. Por isso /ba/ é um signo da língua portuguesa. No entanto, /ba/ não possui conceito e, para que se forme um conceito, nesse caso, vai-se precisar de mais unidades sonoras adicionais. Segundo Humboldt, a identificação como som de uma língua, ou mesmo como um som articulado, é a identidade do som, mas não é suficiente para ser signo de um conceito. É interessante observar que, em geral, para ter uma palavra, os seres humanos fazem uso de vários sons, que são certamente frutos de uma elaboração e de um amadurecimento linguístico que se deram ao longo de gerações. Então, /ba/ não é uma palavra porque não possui conceito, mas é um símbolo da língua portuguesa, porque faz parte dela. Logo, para ser palavra, é preciso ter um símbolo ou conjunto de símbolos (sons) que, ao se transformarem em signo adquirem conceito, ou se transformam em signo ao adquirirem conceito.

Humboldt estudou a comunicação verbal pelo aspecto da manifestação em sons articulados. Para ele era na materialização que estava a excelência de uma língua, tanto do ponto de vista da nação como do indivíduo, quanto mais bem determinados estiverem os sons articulados de um discurso mais exatos serão os conceitos vinculados. Como som articulado, o signo representa os elementos da linguagem, da língua e do pensamento, bem como do discurso. Existe nela além do estímulo material sensível e o conceito, imagem acústica desse estímulo, a identidade da língua como som inconfundível entre qualquer língua do mundo, e a identidade do sujeito falante, cujo som articulado em sua voz é inconfundível entre todos os falantes. A língua contribui com seus aspectos tipológicos e de cultura e o indivíduo com seu conhecimento, da língua e na língua, e seu aparelho fonador, a qualidade do discurso é resultado da intersecção desses fatos aprendidos.

2.2 AUGUST SCHLEICHER²

No livro “Línguas da Europa” discutiu como a significação e as relações gramaticais são materializadas nas palavras. Importante dizer é que Schleicher entendeu as línguas como elementos compostos tais como são compostos os seres vivos na teoria platônica, com uma parte corpórea e outra anímica. Ele escreveu no Capítulo II (§1º) “a atividade da alma, em se manifestando sob as formas do pensamento, necessita da língua, absolutamente como a alma necessita do corpo. Somente se pode pensar por e em uma língua”. Então, a atividade substancial está no pensamento e a atividade formal está na língua, quanto mais rica em formas for uma língua, mais facilidade o pensamento encontrará para se manifestar.

O botânico August Schleicher (1821-1868) que, compartilhando a ideia da divisão da estrutura da linguagem humana de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), comparou o desenvolvimento das línguas ao desenvolvimento das espécies, do modo como leu na teoria de Charles Darwin (1809-1882). Schleicher era indo-europeísta como a grande maioria dos comparatistas e neogramáticos.

It appears, therefore, to me, that Darwin's theory is but the unavoidable result of the principles recognised in the modern science of nature. It is founded upon observation, and is indeed an attempt at a history of development. Just what Lyell has done for the history of the life of the earth, Darwin has attempted for that of the inhabitants of our planet. The theory of "the origin of species" is, therefore, no accidental apparition, not the product of one individual head, but the true and legitimate offspring of our inquiring age. Darwin's theory is a necessity. The rules now, which Darwin lays down with regard to the species of animals and plants, are equally applicable to the organisms of languages, that is to say, as far as the main features are concerned (Schleicher, 1869, p. 29-30).

² Schleicher, August. Les langues d'europe.

Ao pensar, colocam-se as formas de concepção, que são as raízes, ou as noções significativas das sociedades, em determinadas relações gramaticais. Por esse caminho, Schleicher propôs que as línguas poderiam ser decompostas (divisão sintagmática e substituição paradigmática) em dois elementos: as raízes e as relações gramaticais. Assim, as representações são o material da língua, raízes dicionarizadas ou lexemas, e as relações gramaticais são as suas formas relacionais, afijos e flexões ou gramemas. A essência de uma língua pode ser percebida pela maneira como nela estão expressas acusticamente, nas palavras, as significações e as relações gramaticais. As línguas são então formadas por significações, que são as representações dos radicais, geralmente apresentadas em dicionários, e as relações gramaticais, que são as desinências e os afijos e as formas dependentes, apresentadas nas gramáticas. Em resumo, as palavras são compostas na forma acústica pela significação e pelas relações gramaticais, isso se espalha para as frases e para todos os textos verbais.

Schleicher aponta nas línguas a existência nas palavras de uma parte, que ele chamou de *raiz*, responsável pela significação e, outra parte, chamada *forma*, responsável pelas relações gramaticais. Em específico, Schleicher está descrevendo as línguas flexionais indo-germânicas a partir da tipologia linguística apontada por Humboldt (1836). As palavras apresentam sempre uma parte, que traz consigo a significação, aquilo que está descrito no dicionário, e outra parte desinencial, que traz consigo a relação gramatical e funcional do sintagma morfemático, aquilo que está descrito nas gramáticas.

Schleicher (1857) explicou para as línguas flexionais e para o Chinês a existência da significação e das formas de relação, seguindo Humboldt (1836), que apontara essa divisão em significação e formas para todas as línguas, independentemente da tipologia. De forma resumida, pode-se dizer que essa divisão está presente, nas

línguas clássicas, flexionais sintéticas, e nas línguas modernas, flexionais analíticas, bem como no tipo linguístico isolante do Chinês. Obviamente, os recursos formais gramaticais variam individualmente em cada tipo linguístico e em cada língua especificamente, e é isso que as fazem indivíduos independentes.

Esse é o princípio da morfossintaxe, as línguas são constituídas nas palavras por regras rígidas, passíveis de serem descritas rigorosamente. Assim, o que Schleicher chamou de significação ou de raiz, a morfossintaxe chama de lexema, que é a estrutura do léxico, e o que Schleicher chamou de forma de relações gramaticais, a morfossintaxe chama de gramemas, que são as unidades desinenciais afijos e relacionais que classificam ou modificam a significação do lexema.

2.3 WILLIAM DWIGHT WHITNEY³

No livro “A vida da linguagem”, explora as questões sobre a língua e a linguagem e se questiona sobre o signo, como ele chega a ser usado, como ele é produzido, sua origem e qual a razão dessa origem. Os signos para Whitney são arbitrários e convencionais, no momento que o signo se tornar aceito como signo para alguma coisa, ele estará separado de sua origem e será continuado independentemente. Assim, a origem funciona como um processo sugestivo, mas uma vez separada dela o signo se torna convencional e variável e sendo aplicado a um conceito variável também (p. 41).

Language, both in its single items and as a whole, is primarily the sign of the idea, the sign with its accompanying idea; and to take any other department of the questions involved as the central one is to throw the whole into a false position, distorting the proportions and relations of every part. And, as the science of language seeks after causes, endeavors to

³ William Dwight Whitney. The born and the growth of language / La vie du langage.

explain the facts of language, the primary inquiry respecting this fact is: how came this sign to be thus used? what is the history of its production and application? and even, what is its ultimate origin and the reason of it? provided we can reach so far (Whitney, 1899, p. 16).

Whitney, ao falar de mudanças internas e externas nos signos, aponta que elas acontecem de maneiras independentes e que estão vinculadas à natureza da ligação entre os sons e a forma, ligação essa totalmente acidental e arbitrária. Faz-se necessário entender que a forma do signo é o modo como um som articulado representa uma significação e um objeto no interior de uma construção linguística. As palavras, ao longo de sua história, perdem seus valores iniciais e ganham outros valores. Às vezes, uma palavra perde tanto de sua significação que dela somente resta o esqueleto e às vezes somente alguns resquícios de sua originalidade. Ao mesmo tempo, outra palavra desenvolve características que as fazem assumir posições variadas em muitos campos de significação.

To the child learning to speak, all signs are in themselves equally good for all things; he could acquire and reproduce one as well as another for a given purpose (Whitney, 1899, p. 18). This is what is sometimes called the “inner form” of language—the shape and cast of thought, as fitted to a certain body of expression (Whitney, 1899, p. 22).

Os signos são para Whitney formados de sons articulados numa forma que representam arbitrariamente e convencionalmente objetos concretos e significações. Sua constituição acontece dentro do sistema da língua, desenvolvendo-se conforme o uso. Eles são as representações das ideias, de acordo com o objetivo da linguagem que é a representação do pensamento, signos novos são

acrescentados com o objetivo de prover melhores recursos para representar o pensamento.

It is the memorizing of a certain body of signs for conceptions and their relations, used in a certain community, existing or extinct-signs which have no more natural and necessary connection with the conceptions they indicate than our own have, but are equally arbitrary and conventional with the latter (Whitney, 1999, p. 24).

From the moment when it became an accepted sign for a certain thing, its whole career was cut loose from its primitive root; it became, what it has ever since continued to be, a conventional sign, and hence an alterable sign, for a certain conception, but a variable and developing conception (Whitney, 1999, p. 48).

Whitney disse que uma vez que um signo passe a ser usado como signo de alguma coisa, ele começa uma etapa completamente nova e diferente do signo de que é derivado. Ele se torna um signo convencional e alterado, para uma certa concepção, variável e em desenvolvimento. O signo para Whitney tem um conceito ou concepção que faz reconhecer alguma coisa. É arbitrário em seu uso, mas no ato de sua concepção é sugestionado por um signo primitivo. Quando se torna um novo signo aceito, ganha independência e pode se tornar um signo primitivo para outros novos signos. As mudanças podem ser internas ou externas, ou seja, pode mudar a forma externa em fonemas ou a concepção interna em ideias, de qualquer modo sempre será um novo signo, como no signo, a exemplo em língua portuguesa brasileira: curso> discurso/ recurso/ concurso/ percurso> interdiscurso> interdiscursividade etc.

2.4 CHARLES SANDERS PIERCE⁴

Signos podem ser: ícone, índice e símbolo. Todo signo é passível de uma explicação, com uma referência do objeto a que representa. Se ele for um ícone, uma imagem do objeto se materializou. Se ele for um índice, uma metonímia do objeto, e através desse índice se encontra o todo. Se o signo for um símbolo, cria-se uma metáfora do objeto, pelo princípio da significação. Em todos os três casos, o signo é diferente do objeto. Há sempre uma explicação que mostra como o signo pode representar o objeto. Isso deve ocorrer na significação ou na expressão, em um sistema, que pode ser a língua, no caso do símbolo verbal, em que o signo represente o objeto.

Uma palavra de uma língua é um ícone dessa língua. Uma imagem de um avião é um ícone do aeroporto. Uma camisa amarela é ícone de uma seleção esportiva brasileira. Ícones são signos que tem uma relação com um objeto, sendo esse objeto material ou virtual, ou mesmo inexistente. Eles possuem algo desse objeto, de tal forma que seguindo por eles chega-se ao objeto. Índices são como roteiros, o índice de um livro. Na estrada um declive é índice de um riacho ao fundo. Cheiro de peixe e maresia são índices de mar e de praia. Pierce disse: “um índice é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto (obra citada, p. 52). A bandeira brasileira é um símbolo da nação Brasil. Uma mulher vestida de biquíni e de pele mulata é símbolo do carnaval e do carnaval do Rio de Janeiro. A imagem do prédio do congresso nacional ou do palácio da alvorada é símbolo de Brasília e do governo federal brasileiro. Como nos exemplos, um símbolo sempre é interpretado como se referindo ao objeto.

“O signo pode apenas representar o objeto e referir-se a ele” (Pierce, p. 47, § 231). Todo signo pressupõe um objeto ou uma

referência. Pierce aponta a controvérsia de não se precisar de um objeto para se ter signo. Ele argumenta que a inexistência de um objeto a que o pensamento de alguém faça referência com uma expressão, ele diz que essa expressão seria muito estranha, na obra dele, essa expressão não seria um signo. Logo, para Pierce todo signo faz referência a um objeto. Segundo Pierce, uma expressão que faça referência a um objeto que não possa ser verificado pelo seu interlocutor, não invalida a existência do objeto referido, apenas coloca em questão a competência do observador em identificar o objeto. Assim, ao ler algo, o leitor sempre poderá identificar um objeto em questão, construindo partes do objeto ou mesmo negando a existência do objeto.

A relação do signo com seus objetos e interpretantes pode ser de três maneiras: o signo como uma lei geral, descrita na sociedade, como um hábito ou costume; o signo ter uma relação com o objeto, nesse caso o signo tem um caráter próprio, uma relação com a sociedade, signo ser parte do objeto e o objeto ser parte do signo, como bandeiras e hinos, logomarcas etc.; em terceiro, o signo como interpretante, seria o caso da palavra, que pode ser um signo de fato, ou um signo racional.

Chega-se assim a outra divisão dos signos: qualissigno, sinsigno ou legissigno. Qualissigno depende da materialização da qualidade. O signo se torna signo por meio dessa materialização, seria o caso de propagandas que tomam uma qualidade do objeto como signo desse objeto. O sinsigno é uma coisa ou um evento, como disse Pierce, que é um signo. Isso acontece quando o comércio toma uma data ou ideia como signo de sua existência, como o dia das mães, ou o Natal que é signo de comer muito, comer panetone, dar presentes e parecer gentil. “Um Legissigno é uma lei que é um signo” (obra citada, p 52). Legissigno é uma lei estabelecida em sociedade, pode ser um signo verbal, ou uma lei geral,

⁴ Pierce, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

regulamentos, em sua maioria depende de jurisprudência, casos em que foi aplicado. Pierce reforça que todo signo convencional é um legissigno, mas nem todo legissigno é um signo convencional. O legissigno funciona por repetição, e é essa repetição, ou replicação, que o torna signo.

A terceira tricotomia apontada por Pierce é Rema, Dicissigno ou Discente ou Argumento. Esses signos são diretamente ligados a língua verbal. Um Rema é um signo que traz em si um conteúdo de possibilidade qualitativa. Um signo discente ou dicissigno é de fato um signo, na medida que é constituído em partes, por um Rema a ser interpretado. Um argumento é um signo de Lei. O argumento é a forma linguística do signo. Quando se afirma algo, usa-se um argumento. O argumento é a construção sónica para um pensamento. Diante de um notário ou cartorário faz uma declaração e ela equivale a uma verdade, porque significa algo.

Podemos dizer que um Rema é um signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres; que um Dicissigno é um signo que é entendido como representando seu objeto com respeito à existência real; e que um argumento é um signo que é entendido como representando seu objeto em seu caráter de signo (Pierce, 1999, p. 53, § 252).

Uma relação triádica entre *representâmen*, *objeto* e *interpretante*. Poderia ser representada em um triângulo, em que o objeto certamente é a referência, logo, representâmen e interpretante podem ser associados a imagem acústica e conceito. “Um signo é um Representâmen com um Interpretante mental. Possivelmente, poderá haver Representâmens que não sejam signos” (Pierce, 1999, p. 63, §). Pierce demonstra que o objeto e o interpretante não pode ter uma relação direta, e demonstra também que ele deve assumir o mesmo tipo de relação com o objeto que o representâmen tem.

Assim, as três partes do signo: objeto, interpretante e representâmen, devem ter entre si o mesmo tipo de relação. Cada vez que se usa o signo, reproduz-se novamente essa relação, certamente porque essa relação ocorre individualmente, e nenhum signo é igual duas vezes.

Se o signo for um ícone, significa que ele tem uma relação com o objeto que o torna apto a representá-lo. Dessa maneira, como disse Pierce, “qualquer coisa é capaz de ser um substituto para qualquer coisa com que se assemelhe” (1999, 64). Um signo por primeiridade, ou ícone, é uma imagem de seu objeto e só pode ser uma ideia, pois deve produzir uma ideia interpretante, ou seja, um conceito. Um signo icônico representa um objeto principalmente por sua similaridade, então, um ícone como um desenho de um avião, numa rodovia que passa em frente a um aeroporto, sem legendas escritas, Pierce denominou de hipoícone. Imagens são hipoícones simples, porque se relacionam com o objeto por primeiridade, ou seja, diretamente por semelhança. Os diagramas são hipoícones que representam relações por partes didaticamente organizadas. Existem também os que representam alguma coisa, representâmen ou palavra por uma metáfora.

Qualquer imagem material, como uma pintura, é grandemente convencional em seu modo de representação, porém em si mesma, sem legenda ou rótulo, pode ser denominada hipoícone (Pierce, 1999, p. 64, § 276).

Também são ícones um predicado de uma asserção ou um predicativo de algo ou alguém, tal e qual ser careca ou cabeludo, alto ou baixo, magro ou gordo. Uma fórmula algébrica também é um ícone, por causa das simbolizações. Um ícone é um signo explícito, por isso quando se tem dúvida do significado de um signo geral, a fórmula

de evidenciar esse significado é iconizá-lo em imagens ou exemplos concretos, segundo Pierce, nisso “consiste a utilidade das fórmulas algébricas” (op. cit, § 279).

Pierce diz que índices podem ser genuínos e degenerados. Genuínos é quando a relação é existencial, ou seja, faz parte da representação. Um sumário é um índice genuíno. Mas se alguém estiver lendo um livro de poemas, isso será um índice degenerado de que essa pessoa gosta de poesia. Índices degenerados ocorrem numa referência. Um índice genuíno e seu objeto devem ter uma existência única, ou seja, servir somente àquele propósito. Pierce aponta que um índice pode ser um ícone, porque o formato de todo índice é um ícone. Assim, um sumário de um livro é um índice do conteúdo, e é também um ícone, como imagem, que leva para dentro do livro. Assim, Pierce chega a conclusão de que toda forma em seus caracteres é um índice degenerado, porque os caracteres de um signo sempre são índices como referências.

Pierce também fala sobre subíndices ou hipossemas. Dá como exemplo substantivo próprio, um demonstrativo pessoal, um pronome relativo ou a letra que se aplica ao diagrama. Esses subíndices não são índices porque não são exclusivos daquele objeto. Um substantivo próprio não é índice do objeto nomeado, porque tem uma conexão indireta com esse objeto. O mesmo se aplica ao pronome relativo e a letra do diagrama, porque apontam para o objeto mas não têm uma conexão direta com ele nem são exclusivos daquele objeto.

“uma batida na porta é um índice. Tudo que atrai a atenção é um índice. Tudo o que nos surpreende é um índice, na medida em que assinala a junção entre duas porções de experiência. Assim, um relâmpago indica que algo considerável ocorreu, embora não saibamos exatamente qual foi o evento” (Ob. Cit., p. 67, § 285).

Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são símbolos. Fala-se aqui do conceito de símbolo para Pierce. Signos convencionais devem ser entendidos como signos verbais, logo, como se diz na semiótica, a língua é 100% simbólica. Pierce usa os termos representâmen, que facilmente se pode associar a uma imagem acústica, forma linguística significativa e interpretante, que pode ser associada a conceito ou significado. Ele usa como exemplo a palavra *homem*, que pronunciada ou escrita apresenta uma materialização, segundo Pierce, ela se torna signo pelo hábito de associar essa materialização ao conceito de homem. Suas repetições sempre vão levar a essa associação. A palavra e seu significado são regras gerais e não se diferem, mas a palavra pode ganhar novos significados.

Segundo Pierce, um símbolo genuíno tem um significado geral. Símbolos degenerados podem ser singular, ou seja, concreto, e pode ser abstrato, porque é constituído de um único caractere. “qualquer palavra comum, como dar, pássaro, casamento, é exemplo de símbolo. O símbolo é aplicável a tudo o que possa concretizar a ideia ligada à palavra” (Pierce, 1999, p. 73, § 298). O que se faz é imaginar o que essas palavras denotam e associar a palavra. Importante dizer que Pierce deixa claro que as palavras não apresentam o objeto, como um pássaro ou uma doação desse exemplo, mas faz imaginar a partir de um reconhecimento da palavra.

Nas três ordens de signos, ícone, índice e símbolo, o ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que representa, o índice está fisicamente conectado com seu objeto e o símbolo está conectado a seu objeto por força da ideia da mente que usa o símbolo, sem a qual essa conexão não existiria (Pierce, p. 73, § 299).

2.5 GLOTTOB FREGE⁵

Para Glottob Frege o signo é constituído de nome, conceito e referência. Ele afirma que se dois signos *a* e *b* se referem à mesma coisa, então *a* seria igual a *b*: $a=b$. Esses nomes estariam relacionados à medida que se referissem a uma coisa. Ela seria uma relação estabelecida pela associação de cada um dos dois signos com a mesma coisa designada. Evidentemente, Frege entende que essa relação entre o signo e a coisa é arbitrária. Afirma que qualquer um pode tomar um signo arbitrariamente como signo de algo. Pensando assim $a=b$ não seria mais signo da mesma coisa, mas seria amostra da linguagem usada para designar as coisas. Desse modo, a relação entre os signos depende da metodologia de designação: *a* seria igual a *a*, se *a* igual a *b* fosse uma relação verdadeira. Logo, uma diferença somente poderia se tornar efetiva caso a diferença dos signos correspondesse a uma diferença no modo como é apresentada a coisa que é designada.

Segundo Frege, está associado aos signos e às orações, além da referência do signo, o significado. Nos signos e nas orações, está contido o modo de apresentação dos significados. Frege dá um exemplo: estrela da manhã e estrela da tarde, ambos os signos têm a mesma referência, mas cada um tem um significado diferente. O que é pensável nessa explicação do signo feita por Frege é que todo signo é constituído por uma referência e um significado. Outro exemplo seria o sentido de um signo nome próprio, que seria compreendido por qualquer sujeito falante que conhecesse suficientemente a linguagem ou o conjunto das formas à qual o signo pertença, ou seja, fonemas ou outras unidades mínimas, como da pintura, da música etc. Entretanto, a referência para esse signo nome próprio, admitindo que ela exista, sempre será uma metáfora ou mais claramente

pensando uma metonímia, então uma visão parcial, dada pelo ponto de vista individual do sujeito falante, aquele ponto de vista que lhe satisfaz naquele texto. O conhecimento completo da referência exigiria que se pudesse dizer imediatamente se um dado sentido individualizado numa metonímia a ela pertencesse. Segundo Frege, nenhum sujeito falante jamais chegaria ao ponto de conhecer todo sentido de uma referência.

Der Sinn eines Eigennamens wird von jedem erfaßt, der die Sprache oder das Ganze von Bezeichnungen hinreichend kennt, der er angehört; damit ist die Bedeutung aber, falls sie vorhanden ist, doch immer nur einseitig beleuchtet. Zu einer allseitigen Erkenntnis der Bedeutung würde gehören, daß wir von jedem gegebenen Sinne sogleich angeben könnten, ob er zu ihr gehöre. Dahin gelangen wir nie (Frege, p. 2).

A conexão regular entre o signo, seu significado e sua referência é perfeita. Ao signo corresponde um significado determinado, o qual corresponde a uma referência determinada. Entretanto, a referência a um objeto pode ser construída por muitos signos. Isso acontece porque o mesmo significado tem diferentes metáforas nomeadas em línguas diferentes, também na mesma língua. Quando se usam as palavras de maneira comum, aquilo sobre o que se fala é a referência, mas pode acontecer que se queira falar sobre as próprias palavras ou sobre seus sentidos. De acordo com Frege, no discurso indireto, fala-se do significado. Isso torna claro que também nesse caso as palavras não têm sua referência comum, mas se referem ao que é seu significado geral. Desse modo, a significação associada a um signo deve ser diferente de sua referência e de seu significado. A significação representada é subjetiva, ou seja, a significação feita por um sujeito falante, isto é, o significado para um significante, não é a mesma que a de outro. Segundo Frege, apenas

⁵ Frege, Gottlob. Über Sinn und Bedeutung Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik, NF 100, 1892, S. 25-50.

isso deixa claro que há uma multiplicidade de representações ou significados associados a uma significação.

Die Vorstellung ist subjektiv: die Vorstellung des einen ist nicht die des anderen. Damit sind von selbst mannigfache Unterschiede der mit demselben Sinne verknüpften Vorstellungen gegeben. (...) Die Vorstellung unterscheidet sich dadurch wesentlich von dem Sinne eines Zeichens, welcher gemeinsames Eigentum von vielen sein kann und also nicht Teil oder Modus der Einzelseele ist; denn man wird wohl nicht leugnen können, daß die Menschheit einen gemeinsamen Schatz von Gedanken hat, den sie von einem Geschlechte auf das andere überträgt (Frege, p. 29).

Frege postula que a representação de um signo se diferencia de maneira fundamental de seu significado. A representação pode ser um bem compartilhado por muitos e, desse modo, não é uma parte ou um modo da mente individual. Deve ficar patente, no entendimento de Frege, que não se pode negar que a humanidade tem um tesouro comum de ideias que são transmitidas entre as gerações. A referência de um nome próprio é o próprio objeto designado. Logo, a representação textual dele é totalmente subjetiva, porque resulta da significação individual que se tem desse nome. Entre a referência e a representação textual reside o significado, que não é subjetivo como a representação, mas que não é o próprio objeto. Frege forma um exemplo: alguém observando a Lua através de um telescópio, compara a própria Lua à referência, o objeto da observação, que é veiculado pela imagem real construída no interior do telescópio pela lente objetiva e pela imagem na retina do observador. A imagem do telescópio se iguala ao significado, a imagem do observador se iguala à representação ou a sua intuição.

Ein Eigenname (Wort, Zeichen, Zeichenverbindung, Ausdruck) drückt aus seinen Sinn, bedeutet oder bezeichnet seine Bedeutung. Wir drücken mit einem Zeichen dessen Sinn aus und bezeichnen mit ihm dessen Bedeutung (Frege, 1892, p. 31)⁶.

Frege revela que ao se admitir que uma frase tenha uma referência, se nela se substituir uma palavra por outra que tenha a mesma referência, mas um sentido diferente, isso não pode ter qualquer influência sobre a referência. Logo, o pensamento não pode ser a referência da frase e deve-se antes concebê-lo como seu sentido. As perguntas que Glottob Frege faz são: o que dizer agora da referência? Pode-se afinal perguntar sobre tal coisa? Talvez a frase como um todo só tenha sentido, mas não referência? Essas dúvidas seriam respondidas pela semiologia no século XX. A partir das explicações de Ferdinand de Saussure, seus seguidores demonstraram que a língua e a comunicação humana não dependem de uma referencialidade para ser realizada. O fonema e o signo são a materialidade inicial necessária para estimular significações no pensamento.

Segundo Frege, a referência para uma sentença nunca é um objeto, mas, se seu significado é verdadeiro ou falso. Nesses casos, a referência de uma oração subordinada deve ser conferida se é realmente um pensamento, pode-se ver também no fato de ser indiferente para a verdade do todo se esse pensamento é verdadeiro ou falso. O objeto somente pode ser explicado com maior detalhe em relação às noções de conceito e relação.

Frege propõe que um valor de verdade existe entre o pensamento e o objeto a que ele faz referência. Assim, um valor de verdade não pode ser parte de um pensamento, tampouco como, por

⁶ Um nome próprio (palavra, símbolo, combinação de símbolos, expressão) exprime o seu sentido, refere-se a ou designa a sua referência. Expressamos com um símbolo o seu sentido e designamos com ele a sua referência.

exemplo, o Sol, pois ele não é um sentido, mas um objeto. O valor de verdade é o que pode ser encontrado a cada frase. Não é só a referência de uma frase o que importa, mas também o significado. O pensamento sozinho não constitui um conhecimento, é antes o pensamento junto com sua referência, ou seu valor de verdade. O julgar é algo peculiar e incomparável. Pode-se também dizer que julgar seja a diferenciação de partes no interior do valor de verdade. Essa diferenciação ocorre quando se volta para o pensamento. Assim, cada signo ou frase se constitui numa forma triangular, do pensamento significado e da referência encontrada.



2.6 VALENTIN VOLOCHINÓV

Para Valentin Volochinóv (1895-1936) do círculo de MIKHAIL BAKHTIN (1895-1975): o signo é ideológico. Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volochinóv propôs o signo como um produto ideológico de uma realidade. Essa ideia de signo é semiótica, no sentido de que todo signo precisa de um corpo físico/material e uma significação. Em Louis T. Hjelmslev a semiose ocorre exatamente

no encontro entre essas duas partes do signo: a representação material e a significação. Importante dizer que, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o ponto em debate é a estrutura realizada pelo pensamento para significar. Na divisão de William D. Whitney em linguagem, língua e fala, a estrutura é a linguagem. Logo, toda representação ideológica deriva de uma situação social organizada por indivíduos. A materialidade da linguagem, independentemente a qual realidade o signo estiver atrelado, sempre é física e social, mas sempre depende do indivíduo, ou seja, de seus sentidos e dos valores envolvidos.

Volochinov disse (ob. citada) que tudo que for ideologia tem um referente fora de si mesmo, então, têm-se sempre duas realidades: uma ideológica e outra material. Se tudo que é ideológico é signo, porque sem signos não existiria ideologia, e se todo signo é semiótico, porque remete às duas realidades, então, tudo que é ideológico é semiótico e possui uma realidade fora da ideologia. Logo, a representação em signos de uma coisa é sempre uma materialização em outra matéria, ou infraestrutura de linguagem, de uma realidade física e social, em uma forma, ou superestrutura.

Essa cadeia ideológica se estende de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (Obra citada).

Existem dois mundos, um que se costuma chamar de real, em que se encontram os fenômenos físicos, o material tecnológico e os artigos de consumo, e outro que Volochinov chamou de mundo dos

signos, que se torna particular, porque “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica” (ob. cit.). Esse universo de signos é também o universo da ideologia. O encontro entre as partes do signo coloca em jogo o ideológico e o valor semiótico. Tudo que é ideológico tem valor semiótico. Para ter valor semiótico, tudo precisa ser signo, logo, tudo que é signo tem valor semiótico.

O signo é pertencente ao mundo exterior como qualquer objeto, porque ele existe somente na interação entre os indivíduos, através de uma forma material. Desse modo, qualquer e todos os signos pertencem ao social, determinados pelo ideológico que é a matéria social dos signos. A questão importante a ser salientada é a de que, para que existam os signos, é preciso que haja sociedade, ou seja, que os indivíduos estejam socialmente organizados, portanto, os signos são elementos das instituições sociais. Daí poder aplicar com absoluta segurança aos signos linguísticos os caracteres de ideológicos e de semióticos por excelência, porque são pertencentes à língua. Eles são criados pelos indivíduos a partir de uma função ideológica, para representá-la, desse modo, sempre estarão determinados por ela. Signo e função ideológica jamais poderiam se separar.

A unidade mais conhecida da língua é a palavra, segundo Volochinov, (ob. cit.: 36) “um fenômeno ideológico por excelência”. Disse isso e, para completar e explicar, disse: “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Para trocar em miúdos, um pouco mais, as palavras existem como objetos nas relações de troca de informação e de comercialização entre os indivíduos. Deve-se considerar também o fato de elas serem as portadoras do conhecimento e nelas o pensamento dar forma às ideias. Elas apresentam uma característica geral: são ideologicamente neutras. São ideologicamente específicas quando são

atualizadas no texto, a forma social do discurso, podendo preencher qualquer função ideológica. Isso significa que dependem do uso, e da repetição pelo sujeito falante para se atualizarem como unidade da língua e da ideologia.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra²: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. *A consciência individual é um fato socioideológico* (obra citada).

O ser humano pode se comunicar por muitas formas de linguagem. A ideologia pode ser transmitida, desde a leitura, por qualquer um dos sentidos, fazendo uso da substância que possa ser uma forma reconhecível psiquicamente. Porém, a comunicação na vida cotidiana privilegia o uso da palavra, por esse prisma se pode dizer que Volochinov reconheceu a primazia da língua como veículo de comunicação e os sons articulados como o meio mais utilizado. Uma palavra está na dependência da articulação, por isso representa um signo interior, porque expressa não somente um significado social previamente estabelecido, mas também idiosincrasias típicas dos sujeitos falantes e do momento em que estiver sendo produzida, ou seja, representa estados emotivos, como paixões, vontades, raciocínios e ideologias.

Concretamente, as palavras representam signos ideológicos estabelecidos socialmente e subsistem enquanto estiverem em uso,

ou seja, qualquer criação ideológica deve ser revitalizada pela repetição no discurso em um texto. O discurso produz uma imanência, a partir de uma estrutura de ideologias previamente produzidas apoiada nas palavras, que são os verdadeiros signos das ideologias. Desse modo, o discurso revitaliza constantemente as palavras como signo de uma ideologia, se acontecer de parar esse processo, o signo desaparece. Isso não quer dizer que a palavra desapareceu, ela pode continuar existindo como signo de outras ideologias. Assim sendo, toda a estrutura ideológica em uso, de estudo ou de análise da linguagem, está fundamentada numa filosofia do signo ideológico. Esse pressupõe uma manifestação do pensamento nos objetos sociais, as palavras, e na estrutura de linguagem específica para comunicação verbal, a língua.

Toda a relação entre infraestrutura e superestrutura, segundo Volochinov, é de causalidade. Todo processo de transformação ideológica percorre o caminho que vai da materialidade do discurso, som articulado na língua verbal ou texto, até o conjunto da estrutura indivisível. As mudanças partem sempre do arranjo material e faz remissão ao conceito. Desse modo, considerando o processo inteiro, é na superfície do discurso em que as formas de ideologia variam. É a materialidade substanciada da forma do discurso que faz o sentido ser significado e faz também variar os valores e as ideologias.

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos (Volochinov, 2012, p. 43).

Há uma separação entre sentido e transformação ideológica. É claro que isso ocorre no interior de um contexto. Qualquer transformação no espaço físico temporal e espacial de interferência da ideologia resulta num novo sentido, como duas partes que se encaixam com perfeição. Toda mudança parte da instalação do pensamento de um indivíduo nesse espaço físico. Isso significa que a reação que ocorreria na estrutura da linguagem ou ideologia provém do pensamento dos indivíduos, são eles que são atingidos pelas mudanças, tanto como reflexo como refração do signo ideológico. Volochinov, conforme exposto acima, chama esses dois elementos da formação da comunicação, em específico da comunicação linguística, de *conjunto único e indivisível*, ou de *toda esfera ideológica*, ou de *superestrutura* e de *infraestrutura*.

No signo linguístico essa relação é claramente explícita porque a comunicação verbal é intensa e muito frequente por isso assimila todos e mínimos ajustes que ocorram na infraestrutura. Pode-se avançar na questão linguística e fazer lembrar que o sistema verbal em sons articulados produz signos que substituem qualquer realidade no pensamento. Assim, toda forma de pensamento se realiza primeiro na infraestrutura do signo ideológico, depois em sons articulados dentro da superestrutura da língua. Sendo então o espaço privilegiado da comunicação entre os seres humanos, o material verbal do discurso linguístico apresenta as mínimas alterações que o pensamento possa ter alcançado, mantendo uma refração perfeita entre a esfera ideológica, língua e cultura e entre a infraestrutura, sons articulados e pensamento.

Volochinov estudou a comunicação pelo viés da manifestação do pensamento, portanto, da linguagem, o órgão do cérebro responsável pelas estruturas. Considerou a língua como o principal mecanismo da comunicação em sociedade, sendo a palavra

o lugar privilegiado da manifestação das ideologias. Separou em infraestrutura e superestrutura os elementos que compõem o signo: da primeira faz parte tudo o que é exterior ao pensamento e da segunda tudo o que é interior, e descartou a possibilidade de divisão mesmo que metodológica entre essas partes. É desse ponto de vista, da linguagem estruturada numa materialidade, sons articulados na linguagem verbal, que definiu o signo como uma atualização num material de infraestrutura da ideologia significada na forma de uma superestrutura.

2.7 FERDINAND DE SAUSSURE

Para Ferdinand de Saussure a língua está composta por signos linguísticos concretos de natureza essencialmente psíquica. Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (p. 106), afirmou que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Na língua só existem imagens acústicas feitas de unidades de sons articulados: os fonemas. Saussure demonstrou que não são os sons que foram articulados pelo falante, mas as impressões psíquicas.

O som é uma coisa concreta, e como coisa concreta não pode chegar até o centro de processamento das informações no cérebro, assim, o que são transportadas desde os ouvidos até o cérebro, são as impressões psíquicas que os sons articulados causam nos indivíduos que recebem a mensagem. Então, a imagem acústica não é material e sim psíquica. A afirmação de que ela é material deve-se à necessidade que os ouvintes têm de separá-la do conceito, que é claramente psíquico; outra razão é o fato de a imagem acústica ter uma origem externa ao indivíduo, na forma de uma estrutura física, que é o som articulado. Por isso, parece inevitável concluir que o signo linguístico

é sempre composto por dois elementos de natureza completamente psíquica: a imagem acústica e o conceito.

Pode-se afirmar que não há possibilidade de separação entre os dois elementos do signo linguístico. Saussure detectou um problema de terminologia relativo ao uso que era feito da palavra *signo*. Ele lembrou que o uso corrente da palavra era como designativo apenas da imagem acústica. Argumentou que, quando se usa um determinado segmento sonoro - um *signo* -, esse segmento exprime um conceito, que leva à conclusão de que a parte perceptível implica diretamente a ideia total, ou seja, a imagem acústica e o conceito. Por isso, propôs que o termo *signo* fosse empregado para designar a unidade completa: conceito *mais* imagem acústica. Ainda, propôs, para desfazer qualquer ambiguidade, que o termo *conceito* fosse substituído por *significado* e o composto *imagem acústica*, por *significante*.

O significado está ligado ao significante, então, quando alguém emite um som articulado (significante, um som significativo, ou melhor, aquilo que se encarrega de fazer um signo significar), esse som corresponde a uma convenção social relativa a uma ideia ou coisa (o significado, algo significativo, ou melhor, aquilo que o signo está encarregado de significar). Esse significante estimula na mente receptora o reconhecimento do significado (a ideia ou coisa referida pelo signo). O processo de relacionamento entre as duas partes do signo é realizado por um vínculo estabelecido socialmente que faz com que todos os falantes reconheçam essa relação, como se existisse uma combinação espontânea entre todos - em síntese, eles são forçados, pela própria vontade ou necessidade de constituição ou preservação do grupo, a aceitar os signos tal como eles se apresentam.

A relação estabelecida entre o significante e o significado é totalmente convencional, acertada entre os falantes: não há nenhum vínculo sugestivo entre os dois lados do signo. O significante é relacionado no pensamento do falante ao significado por um vínculo completamente arbitrário: não há nenhuma relação de sugestão entre a estrutura sonora e o significado. Assim, qualquer unidade significante poderia ser relacionada a qualquer significado, em nada modificando o valor do significado e nem a relação dele com a cadeia sincrônica.

Saussure não discutiu a relação entre o significante e seu referente, ou a intenção originária que criou o significante - se ele a discutiu, parece não ter sido anotada por seus discípulos. Entretanto, explicou outra questão que também implica na sugestão ou não do signo: a diferença entre o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo. Mostrou a diferença que existe entre um termo que não é direcionado em hipótese alguma para o referente ou para o significado e um termo que traz em sua concepção acústica ou significante a ideia da coisa ou de sua significação. Usou como exemplo dessas circunstâncias os numerais: assim, *vinte*, *dez*, *nove* etc. não têm, em sua estrutura, a ideia da quantidade a que fazem referência, ou seja, não apresentam sugestão alguma entre o significante e o significado.

No entanto, em línguas como o francês e o português, isso não pode ser dito sobre todos os numerais, como *quatre-vingt* “oitenta”, *quatre-vingt-dix-huit* “noventa e oito”, *dezenove*, *dezoito*, *vinte e nove* etc., que, de acordo com sua estrutura acústica, oferecem uma análise de seu significado. Esses signos, em relação ao *vinte*, *dez*, *nove*, que são completamente imotivados, são relativamente motivados. Também são relativamente motivados termos derivados que são variações num mesmo campo de significação:

vaqueiro, *fruteira*, *cerejeira*, *macieira* etc. De todas as formas que podem ser analisadas e apontadas como formas com origem sugestiva, Saussure é categórico quanto ao fato de que, por mais que se encontre sugestão num termo, não existe sugestão absoluta, porque a relação entre os termos, quando separados, que formam o termo derivado, nunca é absolutamente igual no resultado derivado, principalmente por causa das mutilações que as arrumações fonéticas tendem a fazer.

O sistema da língua, explicou Saussure, repousa sobre o princípio irracional da arbitrariedade do signo. No entanto, as forças da racionalidade tendem para a amenização desse caos natural do sistema linguístico. Essa inteligência cria ordem e uma certa regularidade em muitas das partes da língua. Desse modo, boa parte dos signos é recuperável pelo raciocínio lógico assentado nos hábitos e fórmulas da língua. Como a maior parte do sistema linguístico traz em si a estrutura que recebeu da natureza, esse mecanismo de reconstrução do sistema pela racionalidade deve ser estudado como uma diminuição ou atenuação das estruturas absolutamente arbitrárias. Essa fórmula de organizar o caos linguístico visa, certamente, a facilitar a relação com a imensa quantidade de signos possíveis na língua. Uma afirmação muito importante para a linguística é quanto a mudanças nas línguas: “a própria arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la” (Saussure, 1995, p. 87). As línguas não mudam no seu estado sistemático, como linguagem estruturada. A mudança está numa infidelidade relativa ao passado, acima de tudo o signo é continuidade, por isso tem condições de sofrer alterações: (*op. cit.*, p. 89) “o signo está em condições de alterar-se porque se continua” (...) “a infidelidade ao passado é apenas relativa”.

Le mot arbitraire appelle aussi une remarque. Il ne doit pas donner l'idée que le signifiant dépend du libre choix du sujet parlant (on verra plus bas qu'il n'est pas au pouvoir de l'individu de rien changer à un signe une fois établi dans un groupe linguistique) ; nous voulons dire qu'il est immotivé, c'est-à-dire arbitraire par rapport au signifié, avec lequel il n'a aucune attache naturelle dans la réalité (Saussure, 1967 [1916], p. 101).

Le principe fondamental de l'arbitraire du signe n'empêche pas de distinguer dans chaque langue ce qui est radicalement arbitraire, c'est-à-dire immotivé, de ce qui ne l'est que relativement. Une partie seulement des signes est absolument arbitraire ; chez d'autres intervient un phénomène que permet de reconnaître des degrés dans l'arbitraire sans le supprimer : le singe peut être relativement motivé (Saussure, 1967 [1916], p. 180-181).

O signo é instalado no discurso como unidade concreta, material e forma física. Por isso, cada signo ocupa um espaço fixo e determinado. Na verdade, o significante toma espaço na construção discursiva por ter a característica de matéria, sendo realizado, desse modo, numa ordem que prevê o concurso do tempo. Esse é o espaço ocupado pelo significante: de acordo com o tempo empregado para realizá-lo. Isso equivale a dizer que dois significantes não ocupam o mesmo espaço/tempo, é necessário respeitar a forma física de cada um, porque eles sempre aparecem numa cadeia linear. A escrita, segundo Saussure, é possível por causa dessa característica do signo linguístico. Retoma-se a questão da mudança, de fato o afrouxamento da relação entre os elementos do signo acontece no uso ou na fala, portanto, no pensamento, quando os indivíduos fazem as palavras significar suas ideias particulares.

Saussure não deixou dúvida de que a relação entre significante e significado seja arbitrária, até mesmo nos casos das onomatopeias, nas quais fica difícil afastar toda e qualquer sugestão entre o significante e o objeto/referente. Tal concepção deriva da atitude metodológica de Saussure. Quando estabeleceu como objeto de estudo a língua, estrutura concreta, o signo apresentado foi aquele que compõe na memória a linguagem estruturada, onde uma forma representa um conhecimento. Tomado por esse aspecto, afastada qualquer interferência dos indivíduos e de seus atos de particularização das ideias, tudo é absolutamente estável, durável e constante. A sugestão implica num processo de analogia entre os elementos e isso somente é possível quando um pensamento agita os objetos do pensamento: as ideias, e da língua: os signos. Isso somente ocorre nos exercícios de fala. Saussure (1967, p. 231) disse que nenhuma palavra entra na língua sem ter sido testada na fala, porque todo processo linguístico evolutivo começa com o indivíduo.

03

Teorias do texto: Saussure, Benveniste, Hjelmslev, Greimas

3.1 SAUSSURE E O TEXTO

Ferdinand de Saussure no livro publicado por seus alunos em 1916, *Cours de linguistique générale - Curso de linguística geral* (1971), demonstrou que o objeto da Linguística é a língua. A linguagem tem um lado individual e um lado social (p. 16). O lado social é a língua e o lado individual é a fala. A língua é concreta, assim o é porque pode ser percebida pelos sentidos. A fala não pode ser percebida pelos sentidos, porque está no pensamento do indivíduo. Então, de qualquer perspectiva que se estiver observando e estudando uma manifestação de linguagem, sempre se está percebendo a língua manifestada, a parte social e material.

O texto é essa forma material com a qual os sentidos entram em contato. Em nenhuma circunstância se terá acesso ao produto da individualidade, a fala não pode ser estudada, porque ela depende de um evento social para existir e sempre estará sob a mesura da comparação entre os participantes desse evento, ou seja, somente o que é social, conhecimento na língua, pode ser percebido, logo, a individualidade desaparece. Mesmo quando se trata de estudar os significados das significações que a memória aciona, sendo a memória individual, isso somente pode ser feito a partir da leitura de um texto.

Seguindo-se com a pergunta que Saussure faz: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?” (p. 15). A resposta todos a sabem, ele disse que era a língua, a parte social da linguagem. A língua e a linguagem fazem parte da mesma função relativa ao corpo humano que é a comunicação, mas, ele disse que a língua não se confunde com a linguagem, porque ela, entre outras

coisas, faz parte dos fatos humanos, enquanto a linguagem não o faz. Essa definição para as duas, língua e linguagem, abre a principal e mais importante diferença esses dois conceitos para Saussure. A linguagem é anterior aos fatos que um ser humano pode produzir, estaria dada na concepção do corpo físico, faz parte do corpo humano como uma de suas funções, nos termos racionalistas ela é inata. Saussure esclarece isso completamente, disse que não é a linguagem que era inata, como dissera William D. Whitney (1827-1894) em 1874, mas a capacidade de aprender uma língua. Simples assim, o ser humano nasce e vai aprender uma língua, inevitavelmente, ou seja, de um jeito ou outro, vai se comunicar.

A língua é um fato humano, logo foi preciso que existisse o ser humano, com a linguagem, para que a língua pudesse ser criada. Ela foi criada como uma estrutura, por assim dizer, que permite a elaboração, numa ordem progressiva, dos sentimentos ou vontades ou paixões e ações, para dar a conhecer a outrem os valores individuais e subjetivos. A fórmula somente pode ter nascido no ato do fazer da fala. Então, entre dois seres humanos, fala vai e fala vem, e o que for comum aos dois torna-se a língua. Não exatamente comum, mas de alguma forma compartilhada, porque o que é somente parte de um dos seres humanos envolvidos não poderá ser parte compartilhado. O processo acontece no pensamento. Pensamento é o nome em português brasileiro para o processo de pôr o corpo humano, na parte responsável pela linguagem, em ação.

Resumindo: o pensamento ocorre no indivíduo, ou melhor, no corpo humano, lá dentro dele, logo, não pode ser percebido por outrem. Esse fato é todo psíquico; outro nome, socialmente partilhado pelos linguistas. Esse é o pensamento abstrato, deste que escreve este texto, tentando superar os limites de sua própria estrutura adquirida para demonstrar o que pensa individualmente! O fato é que somente pode fazê-lo por aquilo que é conhecimento partilhado na

língua, assim mesmo, provavelmente, de poucos, aqueles que também engajam seu pensamento sobre esse mesmo assunto. O pensamento é individual, sendo assim, se ele é que usa a estrutura e sempre foi ele que usou a estrutura, ela também é individual. Quando essa estrutura é usada para dar a outrem, conhecer pela fala, algo que está no pensamento, somente conseguirá naquilo que estiver concretamente tornado conhecimento socializado.

A fala é então a materialização das paixões e das ações. Ela segue as estruturas socializadas. Como disse Saussure, dela o indivíduo é senhor. Pode-se dizer que Saussure apontara a responsabilidade do indivíduo, muito mais do que seu poder. Pode-se se ser responsabilizado pelo que se disse. Logo, a elaboração deve ser arranjada no esforço de se atingir a perfeição. A fala é manifestação material do processo psíquico que inclui todos esses nomes: pensamento, linguagem, sentimentos, paixões, língua, idéias etc. Como qualquer manifestação da linguagem pode ser matéria de estudo da Linguística, e seu objeto concreto é a língua, a parte social, chega-se a determinar que os linguistas somente podem estudar aquilo que é social, jamais o que seria individual, nem como linguagem nem como fala. Citando Saussure (1995, p.15): “A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana”.

Uma questão deve ser evidenciada em relação ao *Curso de Linguística Geral*, já que esse artigo trata dos conceitos da Linguística. Nesse texto, Saussure tem como objetivo principal ensinar a metodologia de estudo, muito mais que os conceitos. Dito isso, a frase do *Curso*: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (p. 15), produz um valor importante a ser explicitado, o ponto de vista é a metodologia. Os linguistas sempre estudam a língua, mas a metodologia recorta a língua e faz nascer um objeto concreto. Então, de acordo com Saussure, todos aqueles que estudam a manifestação da linguagem

humana em dois planos, imagem acústica e conceito, ou seja, língua, são linguistas. Aqueles que estudam a manifestação da linguagem em um só modo, o do significante, também são linguistas, porque todos os textos só podem ser estudados no formato de uma língua e da cultura a ela vinculada.

Separadas metodologicamente assim, dentre a linguagem, a língua e a fala, a única que pode ser concreta é a língua, porque se constitui como instituição. Ela se torna estática, ou mais bem dizendo, pode ser imobilizada ou estabilizada em texto para ser analisada. Na condição estática, na forma concreta da língua, toda imagem acústica tem conceito, ou seja, o signo tem significante e significado. Isso quer dizer que o exercício da linguagem alcançou a condição de forma partilhada entre falantes, portanto, língua concretizada em texto. Individualizada, a manifestação da linguagem não pode ser estudada. Obviamente os indivíduos não são iguais, todos os outros sabem de sua individualidade, mas ela fica indizível, somente por meio de conhecimentos sociais pode-se dizer algo, e o individual é indizível. Mesmo que se tenha a boa vontade e esforço de estudar a subjetividade e a individualidade ou mesmo o conteúdo, sempre será uma projeção de um suposto conteúdo ou individualidade, retirada da forma social da língua manifestada: o texto.

Certos seres humanos conseguem demonstrar que reconhecem a individualidade de outrem por meio de imitações de seus traços de fala, de comportamento etc. Isso é reconhecer os traços da individualidade e projetá-los como sendo do outro e reconhecer o outro como particular, mas a imitação ou a mimese é também orientada por valores compartilhados linguisticamente como conhecimento, logo, somente o que fica socializado pode ser imitado, o que de fato é individualidade nunca poderá ser. Quando se diz que o estilo de um autor comporta um ou outro traço, simplesmente está se deduzindo daquilo que foi manifestado em texto, não é de fato a subjetividade

do autor, de modo algum seria. Somente o próprio sujeito pode conhecer sua individualidade, mesmo assim não conseguirá compartilhar, porque, qualquer esforço que fizer nesse sentido, terá de usar a forma social do pensamento, ou seja, a língua manifestada em texto.

O signo é somente significante em todas as formas de manifestação da linguagem. Quando se considera que a manifestação da linguagem pode ser em materiais que são monoplanos e que todas as manifestações são somente expressões, conclui-se a síntese de que o signo é somente expressão. Nos diversos modelos de signo produzidos pelos pensadores da linguagem, o conteúdo ou conceito, significado para Saussure, aparece vinculado à expressão de um modo ou outro, a depender da metodologia adotada. Em Saussure, que estuda a manifestação como texto, ou seja, como forma socializada, nesse estado o signo é formado pelo significante e pelo significado, numa relação arbitrária absoluta.

Ferdinand de Saussure faz uma retomada muito eficiente dos estudos sobre a linguagem feitos no século XIX. O signo para Saussure está constituído de imagem acústica e conceito, semelhante ao que está escrito em Humboldt. A diferença mais importante de Saussure para todos os seus antecessores está na ideia de concretude da língua, a parte social da capacidade humana de linguagem. Saussure, a partir dessa concepção, demonstra que somente o que é social pode ser estudado, logo, nem a capacidade de linguagem nem a execução psicomotora da fala poderiam ser estudadas porque são individuais, ou seja, cada ser humano tem a sua. Assim sendo, qualquer metodologia linguística sempre vai atingir o lado social do objeto de estudo, o que é concreto na visão de Saussure, que ele classificou de língua.

A partir dessa visão metodológica, a significação também só pode ser estudada como parte da concretude da língua. Saussure propôs que as partes do signo fossem renomeadas em significante e significado, uma fórmula arbitrária no interior da língua, que é imutável e

de caráter linear. O fato é que o signo assim descrito é uma fórmula teórica, que nunca pode ser exemplificada, porque os signos nunca estão isolados, e essa fórmula somente se aplica ao signo isolado. Quando se estuda a forma do signo, ou seja, sua constituição material, Saussure aponta para os signos arbitrários relativos, feitos por processos de derivação ou flexão e para a noção de valor, ou seja, todo signo tem sua significação geral na língua atualizada no texto, numa relação com os outros signos presentes no texto e com os fatores extralinguísticos.

No capítulo III da segunda parte do *Curso de linguística geral*, há uma descrição das identidades, realidades e valores para os signos. A identidade existe pela significação. Está escrito (2012, p. 153) “há identidade porque nas duas frases a mesma porção de sonoridade está investida da mesma significação”. Na mesma página Saussure reforça essa ideia, dizendo que não há necessidade de correspondência fônica para haver identidade, “pode haver identidade sem tal correspondência”, ou seja, é pela significação que as identidades se estabelecem. Também está dito que “uma palavra pode exprimir ideias bem diferentes sem que sua identidade fique seriamente comprometida” (p. 154). Fica evidente que, para Saussure, o mecanismo linguístico é formado por identidades e diferenças, o reconhecimento sempre ocorre pela comparação, encontrando no conjunto da memória as semelhanças e as diferenças.

A noção de valor de que fala Saussure somente se estabelece no interior do texto. Como ele disse a noção de valor recobre as noções de unidade, de entidade e de realidade, essas são responsáveis pela significação do signo no interior da língua, significação que é sempre fixa. O valor que o signo assume no texto atualiza essa significação para o significante, tornando-se o significado do signo, individualizado para aquele texto. Desse modo que o valor mantém em uso o significante e a significação, ambos fixos e sociais, porque os significados textuais sempre recuperam e preservam a ambos.

A significação para Saussure ocorre inteiramente na superfície material fônica do texto. Na noção de valor, recupera a ideia de Condillac de que sem signos não se conseguiria analisar os pensamentos. Disse que “sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro” (Condillac, p. 158). Saussure disse também que o pensamento é uma massa amorfa, que depende da língua para ter forma. A substância fônica é uma matéria plástica divisível, necessárias para que o pensamento tenha os significantes de que necessita. Então, Saussure comparou a língua a uma folha de papel, sempre tem dois lados, para a língua, o pensamento e som são esses dois lados. No som das línguas se encontram as unidades mínimas, intermediárias e completas, tanto Hjelmslev quanto Benveniste mostrariam isso, as mínimas são os fonemas, as intermediárias os signos (morfemas, signos e orações) e as completas os textos/frases.

3.2 HJELMSLEV, A ANÁLISE DE TEXTO

Louis Troller Hjelmslev, no livro *Prolegomena to a theory of language* (1953) - *Prolegômenos para uma teoria da linguagem* (1975), mostrou as etapas para a análise do texto. Muito interessante para entender sua proposta de interpretação da significação é o que está escrito no capítulo 13, Expressão e Conteúdo. Todo texto como plano de expressão é a superfície para um plano de conteúdo. Hjelmslev tem como princípio a proposta de Saussure, portanto, estuda a formatação do pensamento através da língua. Desse modo, o pensamento é a substância do conteúdo e a língua a forma do conteúdo, no texto, encontram-se dadas as formas e as substâncias do plano da expressão e do plano de conteúdo. Retoma-se Saussure, a língua é uma forma e não uma substância, e para a interpretação somente existem as formas, o que não tem forma não pode ser interpretado. A partir disso, Hjelmslev propõe uma fórmula de interpretação das formas da língua: fonemas, signos e textos.

O texto pode ser interpretado pelo cruzamento das informações de substância e forma para os planos de expressão e de conteúdo. O texto tem ao mesmo tempo uma síntese que vai do início, o pensamento, que é a substância do conteúdo, à forma da expressão, que é a superfície do texto, feita por fonemas, as formas básicas, por signos, as formas intermediárias, e por frases/texto, as formas completas.

Substância do conteúdo:
pensamento, articulação psíquica

Forma do conteúdo:
a estrutura da língua, recursos
fono-morfossintáticos.

Substância da expressão:
Articulação fisiológica

Forma da expressão:
o texto com fonemas e signos.

Esse processo de juntar expressão e conteúdo Hjelmslev chamou de função semiótica.

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão” (Hjelmslev, 1975 [1953], p.54).

A função semiótica acontece no encontro psíquico, na mente do sujeito falante, de um plano de expressão com um plano de conteúdo. Todas as vezes que se busca a função semiótica para uma questão, está-se verificando o *status* do indivíduo na construção do sentido: ser único, insubstituível e permanente. Como foi dito acima, a língua é uma forma e não uma substância e, na verdade, o ser humano percebe somente formas, as substâncias não existem. Os cinco

sentidos percebem as formas das realidades, o que não tem forma não pode ser percebido. Se tudo é forma, tudo deve ser articulado cognitivamente e fisiologicamente, porque o ser humano percebe tudo como articulado. Na organização das informações, a articulação é a possibilidade de transformar o que é informação em uma estrutura.

Quando se pensa numa ordem de coisas, enquanto elas não tomam forma - estão latentes -, na verdade, não estão articuladas e não podem ser comunicadas. O pensamento amorfo não é tangível, porque não pode ser funcional, a função só acontece quando ele, ao ser articulado, assume uma forma. A forma que o pensamento assume se liga à multiplicidade de formas coexistentes naquela estrutura linguística. Nesse ponto, entram em jogo as significações estáveis na língua, assumidas e mantidas pelos pensamentos, por meio da reiteração da mesma significação, para aquelas estruturas, pelo acontecimento sempre presente nas estruturas da língua do valor linguístico.

O termo função semiótica quem usou primeiro foi Hjelmslev. Saussure é sua grande fonte. Hjelmslev propôs em sua teoria Glossemática, a primeira metodologia de análise de texto. O texto, como dissera Saussure, é o modo como o pensamento se articula. Hjelmslev assume esse ponto de vista e propôs uma teoria em níveis de análise que permitiu entender como o texto faz para dizer o que diz. Ele fez uma exposição metodológica dos níveis de análise para as duas partes da função semiótica: plano de expressão e plano de conteúdo.

A função semiótica permite que dois pensamentos se conectem. Dois sujeitos se colocam num mesmo exercício de juntar psicologicamente um plano de expressão com um plano de conteúdo. Individual, cada qual, sem que ninguém possa saber as relações que o pensamento de outrem esteja fazendo no ato de realização da função semiótica. Factualmente, os participantes do ato devem resistir em sua posição como indivíduo, mas deve dar ao outro o crédito de

ser ele também um indivíduo. Como indivíduos, tudo em sua volta são somente sensações, como explicou Platão no *Teeteto*.

Hjelmslev partiu dos conceitos de Saussure para forma e substância. Se tudo é texto, não cabe pensar em signo. A relação que Saussure propôs para o signo, significante e significado, Hjelmslev converteu para o texto. Assim, no texto, têm-se plano de expressão e plano de conteúdo, ambos têm forma e substância, como ficou exemplificado no quadro acima. Deve ficar claro que a dicotomia forma e substância é de caráter metodológico, porque tudo acontece na mente, portanto, são simultâneas e inseparáveis, como os lados de uma lâmina, desse modo, a substância é mera suposição, já que os sentidos humanos somente percebem formas.

A substância do plano de conteúdo é o pensamento. O pensamento é processo, a dinâmica que permite a manifestação na estrutura. A forma na qual o processo se realiza é a língua: a estrutura única que faz a criação do sujeito. O sujeito é a forma que o pensamento do indivíduo assumiu pela assimilação da língua. O plano de conteúdo tem o pensamento como substância e a língua como forma. A língua é uma estrutura, composta à semelhança de todas as estruturas do mundo natural: partes muito pequenas que se juntam e que formam um todo muito complexo, que é muito maior do que a soma das pequenas partes.

O plano de conteúdo é revestido, na língua, pelo plano de expressão. O plano de expressão brota do indivíduo, é, portanto, dependente da matéria. Sem a realidade, o plano de expressão não tem eficiência. A substância do plano de expressão é a articulação motora, que o corpo é capaz de realizar a partir dos impulsos psicomotores que o pensamento produz. A articulação é feita nas formas que a língua do animal tem como estabelecidas e memorizadas pela repetição. A forma mínima do plano de expressão em todas as línguas humanas é o que se nomeou de fonema. Todas as línguas têm

um número fixo de fonemas. Em todas as línguas a forma máxima do plano de expressão é o texto.

O texto é a estrutura linguística com conteúdo completo. A base em que ele é produzido é o fonema que não possui significação, é casa vazia. Semelhante a Hjelmslev, E. Benveniste, em *Problemas de linguística geral I*, capítulo X, como se demonstra a seguir, descreveu o plano de expressão nas estruturas linguísticas em três níveis: fonema, signo e frase. Esse último correspondente ao texto. E em três níveis metodológicos, os quais dependem de uma teoria de análise para serem segmentados: os merismas dos fonemas, os morfemas dos signos e as orações do texto. A função semiótica que Hjelmslev conceitua estaria realizada no ato psíquico de pensar em uma língua. Nesses termos, pensamento e língua são exatamente iguais e completamente perfeitos. O fato é que o texto tem uma realidade, e a comunicação depende da realidade do texto. Assim, o plano de expressão tem os fonemas revestidos de matéria plástica: sons da voz humana, processados pelo aparelho fonador e organizados em unidades sigmáticas.

Quando se estuda a teoria Glossemática de Hjelmslev, chega-se à semiótica, repetida a partir da semiologia de Saussure, de que tudo para o pensamento é articulado em textos. Os seres humanos possuem cinco sentidos, logo, existem textos articulados em materiais plásticos projetados pelos cinco sentidos. Quase todos os textos são sincréticos, como afirmou Greimas (1966), em *Semântica Estrutural*, precisa-se usar mais de um sentido para fazer a interpretação, porque se articulam em muitos materiais plásticos simultaneamente.

A função semiótica existe no indivíduo, porém, não existe indivíduo sem sujeito. De fato, a função semiótica da língua transforma o indivíduo em sujeito. Ele continua como indivíduo, mas programado como sujeito.

É o critério de adequação que deve decidir sobre a escolha entre as duas concepções. Para tanto, deixaremos, por ora, de falar em signos pois, não sabendo o que são, procuramos defini-los, a fim de falar daquilo cuja existência constatamos, isto é, a função semiótica, situada entre duas grandezas: expressão e conteúdo. É partindo dessa consideração fundamental que poderemos decidir se é adequado considerar a função semiótica como uma função externa ou interna da grandeza que chamamos de signo (Hjelmslev, 1975, p. 53).

Saussure, na noção de valor, partindo do arquétipo platônico, explicou como os elementos da estrutura são mantidos em uso. Esse capítulo do *CLG* é a base fundadora do que ele chamou de semiologia. Indubitavelmente, é a base para o pensamento de Hjelmslev para a função semiótica. O valor linguístico é dinâmico e o que mantém imanente os elementos da língua. Ele se coloca entre as duas estruturas fixas, nos termos de Saussure, o significante e a significação. Nos termos de Hjelmslev, cadeia de significantes que é a manifestação, relativamente fixos, porque têm os elementos da língua, que não muda, mas os elementos sofrem a ação do indivíduo subjetivamente, por isso transitam da imanência para a latência e vice-versa.

É preciso fazer uma síntese do estudo que Hjelmslev fez no livro *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Ele diz que todo processo, ou seja, texto, pode ser analisado e descrito por um número restrito de premissas. O texto está composto por um sistema que tem um número limitado de premissas, que podem ser reagrupadas e descritas, colocadas em classes homogêneas e ter suas combinações possíveis testadas. Desse modo, se pode explicar todas as partes do texto e explorar sua sistemática. Estudar linguagem seria então acreditar que existe uma estrutura que faz o texto existir, que é estável, que supera as flutuações. Deve-se atentar que Hjelmslev fala que esse seu livro era um projeto que, se desse certo, poderia ser repetido e aplicado a outros tipos de textos.

Partindo do texto como dado e procurando indicar o caminho para uma descrição não contraditória e exaustiva deste texto através de uma análise - uma passagem dedutiva de classe para componente e componente de componente - é necessário que os níveis mais profundos do sistema de definições da teoria da linguagem tratem do princípio desta análise, determinando sua natureza e os conceitos que dela participam (Hjelmslev, 1975, p. 37).

A escolha da metodologia depende do texto, incluem-se nessa escolha a estrutura do texto e também a superestrutura, ou seja, textos auditivos, linguístico ou não, visuais, olfativos, táteis e gustativos ou sincréticos, que são a grande maioria. Durante o século XX, após esse texto de Hjelmslev, surgiram metodologias de análises de texto para todos os tipos de suporte estrutural. Um modo adequado de nomear essas metodologias é semióticas, porque todas têm como objeto o texto e sua significação e todas objetivam demonstrar como o suporte fono-morfossintático do plano de expressão do texto suporta a significação e permite a leitura de um significado. A análise em questão por meio dessas metodologias faz o que Hjelmslev propôs “que o resultado seja exaustivo”. Para que isso aconteça, Hjelmslev chama a atenção para a escolha do método adequado.

A análise é observação das dependências que as partes do texto têm entre si: “1) entre ela e outras partes coordenadas, 2) entre a totalidade e as partes do grau seguinte, 3) entre o conjunto dos relacionamentos e das dependências e essas partes” (Hjelmslev, 1975, p. 27). A partir dessa perspectiva, a tarefa é a de dividir o texto nas partes cabíveis até as menores partes, chegando na exaustividade desse processo. Hjelmslev fala que o texto é uma cadeia, formada de proposições, palavras, sílabas etc.; essas partes também são cadeias até que se chega às partes irreduzíveis. Na exposição dos níveis de análise feita por Benveniste, o nível irreduzível é o do merisma que compõe o fonema. Hjelmslev aponta o fonema como o nível mais reduzido, porém sempre como sílaba.

3.3 BENVENISTE, DO FONEMA AO TEXTO

Emile Benveniste no livro *Problèmes de linguistique générale I* de 1966 - tradução *Problemas de linguística geral* -, capítulo X - os níveis da análise linguística, mostrou as unidades constitutivas das línguas, desde as menores, os merismas e os fonemas, até as maiores as frases/textos. O sentido está construído por unidades distintas sensíveis, segmentáveis na superfície do texto, que remetem a significações. Benveniste classifica assim as unidades como tendo *status* linguístico, ou seja, somente é língua as unidades materializadas como imagens acústicas que possuem correspondências no plano do sentido. Benveniste fala “propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades” (p. 137). Expandindo esse processo, considerando que todas as unidades possuem uma relação com o mundo externo ou objetos, os enunciados como frases ou cada termo enunciado têm uma referência no uso nativo da língua.

Benveniste coloca a frase como o último nível da manifestação do pensamento pela linguagem. Ela pode ser dividida em unidades menores, é formada por essas unidades, mas sua constituição atinge um nível para além da junção desses elementos. Como possui um sentido completo, não pode ser substituída, segundo Benveniste, é “criação infinita, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (p. 139). Considerando essa ideia de Benveniste, chega-se a conceber que o pensamento funciona pela formação de frases, logo, o discurso é feito de frases, “a frase é a unidade do discurso” (p. 139). O discurso se manifesta socialmente na forma texto, logo, a frase é a unidade do texto, “completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (p. 140).

No capítulo 5 do livro II, Benveniste mostra que a língua não funciona sem a presença do indivíduo, ou seja, é o ser humano que faz a língua funcionar. Frase celebre de Benveniste: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual” (p. 82). Considerando o que a língua é, como está descrita no capítulo X do livro I, por si mesma a língua é uma estrutura inerte, é a ação do pensamento de um ser cultural, que Benveniste chamou de enunciação, que faz com que essas estruturas tenham significados e sejam representação de uma fórmula do pensamento. Se a enunciação é o ato de produzir o enunciado e não as formas linguísticas que estão no enunciado, a enunciação não pode ser repetida, o ato de enunciar sempre é único e, a cada vez, um novo enunciado é produzido por uma enunciação distinta.

Como ato individual, na enunciação o indivíduo se apropria da língua. Emprega a língua para uma relação com o mundo, assim, aquele que fala, pelo ato individual de apropriação da língua, segundo Benveniste (p. 84), se introduz em sua fala. Faz-se necessária a retomada de Aristóteles no tocante as paixões e Humboldt no tocante ser a língua sempre expressão dos sentimentos. Quem fala, segundo Aristóteles, oferece ao texto sua condição de expressão, credibilidade e capacidade retórica. Segundo Humboldt, o indivíduo ao produzir língua o faz de sua condição de cidadão, ou seja, o texto/discurso está completamente formatado pela cultura nacional e somente existe pela e dentro da realidade que o homem-individual inseriu no texto.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. O discurso, dir-se-a, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é fato do locutor que mobiliza a língua por sua

conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (Benveniste, 2000, p. 82).

Assim sendo, a significação em Benveniste está produzida por um sistema que começa nas unidades mínimas da estrutura fonomorfossintática do texto, fonemas, signos e frases, e se completa pela existência de um sujeito falante individual, a enunciação, sempre atualizada a cada vez que a estrutura for manifestada por um ouvido, que permite que essa estrutura inerte se transforme em movimento, representação de ideias gerais e particulares, de onde possa ser tirada a ação de um pensamento cultural-nacional de um representante individual da coletividade. Benveniste mostra como o pensamento de um sujeito pode se manifestar por meio da estrutura da língua e vitalizar essa estrutura de ideias gerais, ao mesmo tempo que faz os outros sujeitos conhecerem suas ideias particulares.

3.4 GREIMAS: POR UMA GRAMÁTICA FUNDAMENTAL

Algirdas Julien Greimas, na obra *Du sens: essais sémiotiques* de 1970 - tradução *Sobre o sentido, ensaios semióticos* de 1975, definiu e explicou o projeto de semiótica que estava desenvolvendo. Ele demonstrou que as fontes iniciais da temática eram a obra de Vladimir Propp (1895-1970), *Morfologia do conto maravilhoso*, em que o folclore russo foi analisado, e um conjunto de regras foi demonstrado. No livro *Semântica Estrutural* (1966), que é o primeiro livro de Greimas, ele analisa a proposta de Propp e faz uma síntese que propôs ser as regras gerais para a análise do conto. Outras fontes do projeto de uma semiótica geral de Greimas são Levi Strauss em sua análise sobre os mitos e Etienne Sourriau que analisou o teatro. Greimas também faz

referência às obras de Claude Bremond sobre uma lógica decisional e de Alan Dunes sobre organização da narrativa.

A preocupação de Greimas era a de estender o máximo possível o campo de aplicação da análise narrativa e a de formalizar cada vez mais os modelos parciais estabelecidos ao longo das pesquisas. O objetivo era a de uma semiótica generalizada, com a garantia de sua universalidade. Assim, deveria admitir que as estruturas narrativas pudessem ser reconhecidas em manifestações do sentido que se efetuam fora do domínio das línguas naturais: nas línguas cinematográfica e onírica, na pintura figurativa, na fotografia etc. Essa aplicação viria acontecer no desenvolvimento posterior dos estudos sobre o semissimbolismo de Jean-Marie Floch, sobre a semiótica das paixões de Greimas em parceria com Jacques Fontanille, e também da semiótica tensiva de Claude Zilberberg (1938-2018).

Na análise do texto, considerando como narrativa, Greimas aponta dois níveis de representação, o primeiro que ele chamou de aparente, em que ocorrem as diversas manifestações, chamadas por Hjelmslev de plano de expressão, e um segundo nível chamado de imanente, tronco estrutural, que ele apontou como anterior à manifestação, seria para Hjelmslev o plano de conteúdo. Essa imanência pode ser tanto pressuposta como subentendida, de acordo com os desenvolvimentos posteriores da teoria semântico-semiótica.

A partir do nível fundamental, como ficou conhecida a gramática fundamental, se desenvolveram os níveis da narrativa e do discurso. De acordo com Greimas, as estruturas linguísticas da narrativa e a análise narrativa pertencem ao nível da manifestação e o que viria a ser chamado de nível discursivo pertence à superfície do texto, porque é a significação manifestada. A significação pode ser manifestada de diferentes maneiras, com diferentes recursos de expressão, Greimas reconhece que existe um plano estrutural autônomo, que pertence a uma semiótica geral, que consegue fazer a articulação e

a manifestação do universo semântico. O que se observa é a geração de um número ilimitado de enunciados, esse exercício de articular enunciados produz enunciados cada vez mais precisos e abundantes. O sentido ao ser manifestado sempre vai ter dois objetivos, como explica Greimas, o primeiro, aparecer como sentido articulado, então manifestar uma significação, e o segundo, manifestar um discurso em texto sobre o sentido.

O processo gerativo da significação é realizado pelas estruturas narrativas, são portanto as estruturas narrativas que produzem o discurso significativo e o faz articulado em enunciados. São então os três níveis da geração da significação no texto, mostrados por Greimas: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo. Está-se falando da semiótica como a ciência da significação, cada um desses níveis se apresenta na estrutura do texto, nesse processo Greimas fala na instalação das estruturas narrativas como instâncias autônomas. Desde as estruturas fundamentais em que o pensamento como substância recebe as primeiras articulações e já constitui significantes, até a manifestação discursiva em que a significação pode ser manifestada em infinitas linguagens, um grande espaço de mediação acontece, esse espaço é o das estruturas narrativas.

Greimas disse que a teoria semiótica não estaria completa enquanto não tivesse em seu interior um lugar para uma semântica e uma sintaxe fundamentais. A semântica fundamental seria a estrutura elementar da significação, composta pelos contrários e pelos contraditórios. O exemplo que aparece no *Du sens : essais sémiotiques* é o quadrado semiótico: preto versus branco, como contrários, e seus respectivos contraditórios, não-preto e não-branco que também são contrários. O quadrado propõe os estágios de uma narrativa, como nos contos de Guy de Maupassant, um estado inicial em que tudo está em equilíbrio, o desequilíbrio instaura a narrativa, começa o nível das sucessões de planos narrativos até resolver o desequilíbrio e,

então, encontrar um outro equilíbrio. Quando toda narrativa estiver constituída o plano discursivo estará manifestado em texto. Dessa maneira, esta estrutura elementar de significação condensa um modelo semiótica que permite as primeiras articulações do sentido.

Greimas disse que o sentido não pode ser apreendido senão quando é articulado. A articulação foi amplamente discutida pela fonologia e pela semântica. Pela fonologia é a manifestação física dos traços distintivos ou merismas dos fonemas. Na divisão que o aparelho fonador realiza e compõe os sons falados. Na semântica André Martinet fala na dupla articulação, a primeira cognitiva, constituindo a significação, e a segunda motora, constituindo os sons. Na semiótica a articulação acontece em muitas etapas, nos dois planos: o semântico e o gramatical, mas nessa discussão fala-se no percurso gerativo do sentido, feito nos níveis fundamental, narrativo e discursivo, e nos níveis da manifestação gramaticais: fonológico, morfológico e sintático. O inventário de possibilidades dos microuniversos isotópicos, fundados pelo nível fundamental, depende de cada cultura e de cada indivíduo, ou seja, possibilidades infinitas para cada construção textual.

A gramática fundamental é o princípio semiótico que, nas palavras de Hjelmslev, fora chamado de função semiótica. O princípio semiótico institui e organiza a língua. Ele é constituído das substâncias da expressão e do conteúdo, que se formam no indivíduo. As duas substâncias, uma proveniente do estímulo das sensações causadas nos sentidos e outra proveniente da memória cultural acumulada no pensamento do indivíduo, elas coexistem e formam a significação e a expressão. Desse modo, a estrutura elementar, como modelo formal, manipula os conteúdos e os traduz para uma expressão individual e única no formato de um texto. Como elemento fundamental proveniente das culturas social e individual, a estrutura elementar transforma todo processo em um acontecimento sempre subjetivo,

porque depende da língua que o indivíduo possui como sujeito de uma sociedade. Segundo Greimas, a estrutura elementar da significação são as mesmas categorias epistemológicas utilizadas para a construção de toda teoria semiótica.

Uma gramática na visão de Greimas no livro *Du sens: essais sémiotiques* é composta por uma morfologia e uma sintaxe. A morfologia corresponde a um arranjo de regras, ou taxinomia de termos interdefinidos, poderia ser reduzida à ideia de um dicionário. A sintaxe é um conjunto de regras que regimenta o uso dos termos da morfologia. Toda semiótica está sempre constituída assim, numa gramática os termos operadores da morfologia são manipulados em uma sintaxe. Greimas construiu um exemplo que ficou nomeado de quadrado semiótico. Ele chamou de esquema à estrutura que compreende a dois termos reunidos pela relação de contradição, e de correlação à relação entre dois esquemas cujos termos, tomados um a um, estão em relação de contrariedade com os termos correspondentes ao outro esquema. Assim, pode-se dizer que o modelo taxinômico é uma estrutura de quatro termos, que são mutuamente interdefinidos por um entrelaçamento de relações precisas, o qual se pode descrever como a correlação entre dois esquemas.

A significação pode ter uma representação dinâmica, quando se pensa nela como uma compreensão recuperada pelos sentidos ou como uma produção do sentido em texto pelo sujeito. Desse modo, a contradição, enquanto relação no quadrado semiótico, serve, no nível morfológico da taxinomia, ao estabelecimento de esquemas binários. Ao mesmo tempo, enquanto operação de contradição, consiste, no nível sintático, em negar um dos termos do esquema e em afirmar seu termo contraditório. A sintaxe narrativa, por sua vez, consiste em operações feitas a partir dos termos passíveis de serem preenchidos com valores de conteúdo. Ela os transforma e os manipula, negando-os e afirmando-os. Assim, conclui-se que operações

sintáticas são orientadas, previsíveis e calculáveis. As condições de uma gramática fundamental, segundo Greimas, permitem abordar os problemas relativos à construção de uma gramática de superfície discursiva.

No *Du sens II*, livro que foi escrito 15 anos depois do *Du sens*, Greimas, na introdução, completa a discussão sobre o percurso gerativo de sentido. Greimas afirma que um passo a mais teria sido dado quando se redefiniu o acontecimento para distingui-lo da ação. A ação é o aquilo que o sujeito realiza na conquista do objeto. O acontecimento é o processo ou o momento em que no texto um determinado valor pode ser percebido pelo sujeito. Se a ação, como disse Greimas, depende apenas do sujeito que está preocupado em organizar seu fazer, o acontecimento só pode ser compreendido como a descrição desse fazer realizada por um actante exterior à ação.

Un pas de plus était fait en redéfinissant l'événement le distinguer de l'action: alors que l'action ne dépend du sujet. En s'intéressant à organiser son faire, l'événement, lui, ne peut être compris que comme la description de ce faire, étant extérieur à l'action identifiée d'abord au narrateur, mais en englobant, vu la diversité de ces tâches, en un actant observateur indépendant, accompagnant le discours tout le long de son déroulement (...) (Greimas, 1983, II, p. 8).

Segundo Greimas (1983), o reconhecimento desse desenvolvimento do discurso teve por efeito libertar o fazer do sujeito da tutela do observador, o que possibilitou uma nova interpretação do fazer, agora como ato, e da ação, como programa do fazer. Nesse texto Greimas (1983) explica a relação no discurso entre o sujeito do fazer e o sujeito do estado. Na verdade, ele diz que o fazer do sujeito teria se libertado, por isso a interpretação do fazer como programa do fazer. O programa do fazer dentro do texto é o processo de manipulação

entre os sujeitos, no sentido de criar condições para que performances sejam realizadas. Programas de fazer constroem a narrativa por meio de micro-narrativas estabelecendo uma relação entre actantes do discurso. A sintaxe semionarrativa, desse modo, ficou diferenciada da proposta de Vladimir Propp em que há a disputa entre dois sujeitos. A partir da refação ser e fazer dos sujeitos, uma estrutura organizada por um contrato fiduciário de crer e de fazer crer elementar foi criada, uma relação polêmico-contratual entre dois sujeitos que disputam e necessariamente se cruzam na narrativa.

Greimas (1983) não propõe exemplos na introdução desse texto, mas supondo que você leitor tenha assistido aos filmes *Senhor dos anéis*, deve se lembrar mocinhos e bandidos naquele filme enfrentam-se para dominar a Terra-média e que usam magia para manipular e dificultar a existência um do outro. Uma situação concreta, na primeira história, quando Gandalf tenta passar com o grupo que acompanha Frodo e o anel pela montanha, o mago inimigo Saruman cria eventos de desmoronamentos e avalanches para impedir que eles prossigam pela travessia. A manipulação dá certo e eles desistem e pegam outro caminho, ainda mais perigoso. O fazer manipulador de Saruman e da montanha faz Frodo acreditar na intimidação e que seria melhor recuar e escolher outro caminho. O fazer do sujeito Saruman e do sujeito *montanha* faz os sujeitos do ser Frodo e Gandalf acreditarem que a manipulação por intimidação era verdadeira.

Está se falando da relação de junção. No caso da narrativa de *O senhor dos anéis*, o que está em disputa é o anel do poder, que permanece em conjunção com Frodo, sujeito que deve realizar a performance de destruí-lo. Saruman e seus comparsas monstros o querem, porque o anel tem origem nas forças do mal, as quais eles representam. Eles estão em disjunção com o anel e devem assim permanecer para que o lado positivo da narrativa prevaleça.

Greimas (1983) explica que a circulação dos objetos se configura como uma sequência de conjunções e disjunções do objeto com os sucessivos sujeitos, ou como uma comunicação entre sujeitos, dado que estes em junção com os objetos são definidos essencialmente como sujeitos de estado. O anel nunca deixa de estar em conjunção com a personagem Frodo, somente em pequenos momentos isso acontece, um deles é no momento da destruição do anel, quando seu verdadeiro dono, Gollum, o toma de Frodo, deixando ele em disjunção com o anel, objeto disputado, por outro lado, deixa Frodo em conjunção com a vida, porque o anel certamente o mataria, como matou Gollum.

Quanto às modalizações, Greimas (1983) diz que três séries de modalizações distribuem em quatro modalidades: querer, dever, poder, saber. Elas são concebidas do seguinte modo: modalizações do enunciado, modalizações do sujeito de fazer e modalizações do sujeito de estado. Evidentemente o querer se coloca como a principal modalização, coordenada pela escolha que os sujeitos fazem. Às vezes, o dever pode se sobrepôr ao querer, por não saber ou não poder não querer. É o caso das narrativas de violência, em que o querer sobreviver, ou mesmo o dever sobreviver, se impõem ao não querer se submeter. Na narrativa “Senhor dos anéis”, o filme, a personagem Frodo não quer o anel do poder, mas deve ficar com ele, porque deve levá-lo ao poço de lava onde o anel pode ser destruído.

Desse modo criam-se os modos de descrever os encadeamentos semiótico. Sujeito e objeto, destinador e destinatário, os actantes semióticos da narrativa. De maneira formal demonstram a estrutura actancial, segundo Greimas (1983), o ponto de partida para a construção da semiótica narrativa. Esse jogo entre destinador e destinatário faz uso extremo das modalidades e de suas combinações. Desse ponto em diante, segundo Greimas (1983), a semiótica ganhava novos contornos e se constituía como uma teoria concreta para a interpretação da significação textual.

04

Da matéria ao texto

INTRODUÇÃO

O mundo deve ser para os órgãos do sentido um texto. Sendo um texto, o mundo sempre tem uma forma material, que antecede a substância psíquica, responsável pela significação. A forma material se coloca dentro da realidade do mundo como o objeto a ser lido. Dessa leitura será constituída uma reflexão. A leitura é feita pelos sentidos do corpo fisiológico humano, e dela surgirá uma atualização da significação, memórias próprias e particulares, sempre cultura linguística individual. A leitura recai sobre a forma material, que estimula as sensações, ou as substâncias que o pensamento, pela reflexão, transforma nas ideias que conhece. As ideias foram adquiridas através de formas materiais dos textos ao longo das experiências individuais e são associadas como conteúdo a múltiplos textos.

Deve-se partir da ideia de que o mundo é somente matéria, ou seja, sem matéria nada pode existir. Se alguém disser que teve a sensação de algo, isso aconteceu porque entrou em contato com uma matéria. Para que algo possa ter sentido, precisa ser sentido. Os órgãos do sentido animal captam estímulos materiais, logo, todo texto para um indivíduo é, em primeiro lugar, matéria física, depois sensação que se transforma na substância do pensamento e na forma da língua. Desse modo, um conteúdo substancial pode ser imagem psíquica de diferentes formas materiais. Do mesmo modo, uma forma material ao ser convertida em substância psíquica pode construir diferentes conteúdos, para um mesmo sujeito e para sujeitos diferentes. Sem a matéria o mundo dos seres humanos não existe, porque são seres materiais que

dependem da matéria do planeta Terra para existir. Assim, um texto só é texto se estiver convertido numa matéria existente no planeta. Como uma matéria para ser texto depende da leitura linguística feita por um ser humano, o mundo, pensado como o planeta Terra, só pode existir no formato de texto, lido por um ser humano.

Os seres humanos nunca produzem nada, sempre são leitores, passam a vida aprendendo a ler, até mesmo quando são o agente da construção do texto, estão na condição inicial de leitores. É assim que quem não sabe ler, também não sabe escrever; quem não ouve, não consegue falar; quem não enxerga, não consegue desenhar ou pintar, nem mesmo escrever. O ser humano é sempre leitor, porque o espaço a sua volta é um texto, cuja forma material é sempre sincrética e exige muitas habilidades. Notadamente, poucos entre todos conseguem ler toda a significação e muitos vivem diante de desafios que os mantêm no limiar do caos.

Em Platão encontra-se a oposição básica de construção da cultura, um mundo de objetos, seres materiais, que precisam de nomes. Foi o desafio de Deus para Adão, está na Bíblia, dar nomes aos seres. Supondo que esse mundo seja descendente de Adão e de Platão, o mundo material dos seres existe, os seres são nomeados um a um por cada um dos seres humanos que venha a habitar esse mundo. Parece estranho, mas de fato é assim que acontece, cada um dos seres humanos não inventa nomes para todos os seres, entretanto, aprende os nomes dos seres com que entra em contato. Esse processo ocorre um a um para os seres humanos, exatamente como Adão tivera feito. Sem nome, nenhum ser, qualidade ou circunstância, pode existir para o indivíduo. Existindo os nomes, ou melhor, existindo a língua, tudo o que não for linguagem materializada numa forma da língua não existe para o pensamento.

Desse modo, o que existe é aquilo que está relacionado ao pensamento do ser humano. O sistema é circular, porque se aprende a

língua como uma estrutura e, tudo mais, como estrutura construída que se repete em forma de texto, enfim nenhum ser humano escapa a essa repetição. Há, então, uma produção e reprodução do mesmo sistema, criado pelo exercício individual de pensar. Pensar é, na verdade, repetir a fórmula do que já foi pensado. Voltando a Platão, existe uma matéria a ser nomeada. Toda forma linguística é nome, isto é, matéria física, para uma matéria psíquica. De acordo com Wilhelm von Humboldt (1836), só existe o que tem forma, porque o pensamento só compreende o que tem forma. A língua é a forma psíquica, e toda forma psíquica é inicialmente estimulada por uma matéria física. Inicialmente, toda forma linguística, ou signos da língua, é matéria física, transformada da matéria fisiológica, ou seja, das sensações dos sentidos, e concomitantemente das ideias substanciais do pensamento.

Toda forma linguística tem origem fora da psiquê humana. Todas as ideias são originadas das sensações captadas pelos sentidos, por isso toda forma psíquica tem origem fora do indivíduo, como estímulo material. No circuito da fala de Ferdinand de Saussure (1916), a relação da matéria com o signo ficou evidenciada: ninguém poderia saber do pensamento do outro sem que esse pensamento fosse materializado em som articulado, portanto, todo signo é matéria física antes de ser matéria psíquica. Desse modo, fica-se de acordo com Wilhelm von Humboldt, toda forma está oposta a uma matéria: “Der Form steht freilich ein Stoff gegenüber; um aber den Stoff der Sprachform zu finden, mufs man über die Gränzen der Sprache hinausgehen” (1836 : 45).

O mundo físico existe necessariamente, porque sem ele os seres humanos não existiriam. Ele é matéria amorfa, que o pensamento em uma língua coloca formato de nome. O pensamento formata o mundo físico em sociedade, assim, existem os recursos naturais: hídricos, minerais, florestais etc., os quais são avaliações socioculturais

constituídas linguisticamente. O planeta Terra já foi sem fim e cheio de monstros nos oceanos; já foi redondo e inexpugnável; ainda é oval e cheio de coisas comestíveis, com oceanos cujas profundezas são cheias de surpresas; e, recentemente, estão dizendo que é plano, “pois, pois”! Em todas as nomeações, a matéria sensível é transformada em matéria psíquica e só tem existência desse modo, como uma forma para o pensamento. Todos os indivíduos nascem sem nenhuma memória e ela será preenchida pelos elementos da linguagem. A repetição da estrutura constituirá a ordem e essa ordem se reproduzirá no novo participante da sociedade.

4.1 A FUNÇÃO SEMIÓTICA PARA A MEMÓRIA

A função semiótica acontece no encontro, na mente do indivíduo, de uma cadeia de significantes com uma cadeia de significado (Hjelmslev,[1943]). Isso acontece de acordo com o processo descrito no item anterior, ou seja, uma forma material, ou texto, estimula os sentidos, daí resultam as sensações, que são transformadas em ideias substanciais, que fazem reconhecer uma significação existente na memória. Todas as vezes que acontece a função semiótica para uma forma material, pode-se verificar o *status* do indivíduo na construção do sentido: ser único, insubstituível e permanente. A função semiótica estaria realizada no ato psíquico de pensar em uma língua. Nesses termos, pensamento e língua são exatamente iguais e completamente perfeitos. O fato é que o texto deve ter uma realidade, e a comunicação depende da realidade do texto, que está em alguma forma mais ou menos próxima da perfeição.

A língua é forma, como disse Saussure. Também, segundo Saussure, o pensamento é amorfo e ganha forma através da língua. Nos dizeres de Hjelmslev, quando falava sobre os conceitos de Saussure, o pensamento é a substância e a língua é a forma para o plano de conteúdo. Por meio das articulações: cognitiva, primeira

articulação, e motora, segunda articulação, pensamento e língua viram texto, uma forma material. Há uma questão a ser esclarecida, todo texto só existe quando é lido, logo essa descrição está invertida, a forma material estimula os sentidos e as sensações são convertidas em pensamento, que reconhece aquele estímulo como texto. O que ocorre primeiro é o reconhecimento da materialidade do texto e depois as significações. Lida-se aqui com o fato de o indivíduo-sujeito ser sempre leitor. Considerando que o pensamento só entende o que tem forma, e que ele se realiza sempre nas formas concretas e materiais da língua-cultura, como descreveram os pensadores, logo, a língua é a construtora da ordem. De muitas maneiras, na cultura-sociedade, forma e ordem são sinônimos, logo, colocar ordem e dar forma, em se tratando da leitura de um texto, constitui uma mesma essência.

Ao se pensar na totalidade da existência de um ser humano, desde seu nascimento, percebe-se que sua instrução é quase completamente feita com textos linguísticos, perdura assim por toda vida. Na primeira infância é completamente linguístico, depois, alguns dos textos com que se aprende, bem poucos, têm algo de não linguísticos. A língua é a instituição social mais importante, a primeira que se assimila, já afirmara Ferdinand de Saussure (1916), logo, sem o aprendizado linguístico nada pode ser lido. Nos dizeres de Wilhelm von Humboldt (1836), a língua transforma um ser humano nascido grotesco em um cidadão com sentimentos sublimes. A língua possibilitou a constituição da sociedade e a sociedade tirou o ser humano da brutalidade, segundo Aristóteles. Nesse sentido, pode-se dizer que ao aprender a língua, o ser humano aprende a ordem, aprende a rejeitar os instintos grotescos do animal e a praticar a sublimação do espírito angelical. Pode-se dizer também que o ser humano deseja ardentemente ser puro e perfeito como os deuses e rejeita ardentemente as condições brutescas e imperfeitas do animal, que come e destrói tudo o que encontra e que também defeca.

Para exemplificar, para alguns fãs é inaceitável que seus ídolos tenham de fazer ou satisfazer, como todos os seres humanos, necessidades fisiológicas, como comer ou ir ao banheiro defecar. De todo modo, o ser humano sabe quando está sendo grotesco ou sublime de acordo com sua cultura, porque aprende isso com os textos de sua língua. Nas palavras de Aristóteles, também nas de Humboldt, a língua compõe o indivíduo em sujeito. Ao adquirir a língua-cultura, sendo elas a mesma instituição, a individualidade se transforma em subjetividade, continua tendo a liberdade do corpo individual, mas está submetido aos deveres e à opressão da cidadania. Um outro modo de dizer essa ideia é que o ser humano aprende a ordem e a desordem ao adquirir a língua-cultura de sua sociedade nativa.

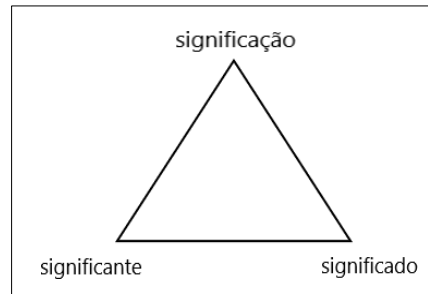
Igual ao pensamento, que só entende o que tem forma e está ordenado em uma estrutura, a língua, que é o elemento concreto da linguagem, está constituída em uma estrutura formal materializável cuja ordem pode ser facilmente verificável. O pensamento constituiu as línguas, hipotética e indubitavelmente. Ele produz os textos e se reproduz nos textos, quando transforma sensações em ideias e nomes. Produziu a estrutura que pode ser sentida na sociedade. A partir das sensações que os indivíduos humanos percebem do mundo, refratam a estrutura evidente, visual na ordenação predominantemente quadrilátero dos espaços urbanos e nas formas residenciais imóveis; circulares na ordenação relacionada ao ar. Preferencialmente alisadas com relação ao tato, o áspero tende a ser desconfortável para os textos táteis e o alisado tende a ser confortável; tende a ser, porque uma lixa é necessariamente áspera, apesar de ser desconfortável ao tato. Os textos auditivos, para além da fala, confortável é o que é harmonizado e desconfortável é o que é atravessado de ruídos. De todo modo que se observe a estrutura ordenada dos elementos de uma sociedade, percebe-se a forma e a ordem como elementos mínimos desejados e seu oposto como os elementos rejeitados.

O fato é que todos esses aprendizados ocorrem por meio da língua. Ela é a ordem primordial e sem a qual nenhuma ordem poderia existir. Ela tem as formas linguísticas virtuais para substituir as formas físicas materiais, é um mundo perfeito produzido pelo pensamento, a qual retorna para ele reforçando sua instrução inicial de ordenar tudo. Assim a língua de uma sociedade é sua ordem e sua forma, estar fora dela é também estar fora da sociedade e impossibilitado de pensar. Todos os textos estão previstos na língua e todos eles nascem de um pensamento que se ajusta as formas e a ordem produzidas nela. Não há como reconhecer uma sensação, produzida por um texto, como conteúdo, se o texto não puder ser traduzido na ordem e na forma da língua, seria somente uma sensação estranha.

A ordem surge do pensamento. O fato mais importante é que o pensamento é alimentado pelas estruturas externas ao indivíduo. Na medida didática que se possa separar memória e pensamento, a composição da memória, que é quem provém ao pensamento os recursos para que ele se desenvolva, é feita por recursos retirados da sociedade, dos textos presentes nessa sociedade. A forma mais presente no início da vida dos seres humanos é a língua oral. A memória se enche de língua, de sua estrutura, e é como todas as coisas são registradas. Outro fato importante é que seres humanos adultos têm na visão o sentido que lhes traz o maior volume de informação, mesmo em se tratando de língua, porque os textos linguísticos mais importantes, para a maioria, são os escritos. Os outros textos sociais que são visuais são muitos, os mais proeminentes são os espaços físicos geográficos, sobretudo os urbanos, que são abarrotados de informação.

O pensamento como ideias memorizadas fica com estruturas prontas, derivadas das sensações coletadas nos textos disponíveis na sociedade. As informações são lidas das formas dispostas numa ordem e repetidas a partir de memorizações antigas, presentes nas ideias mais antigas.

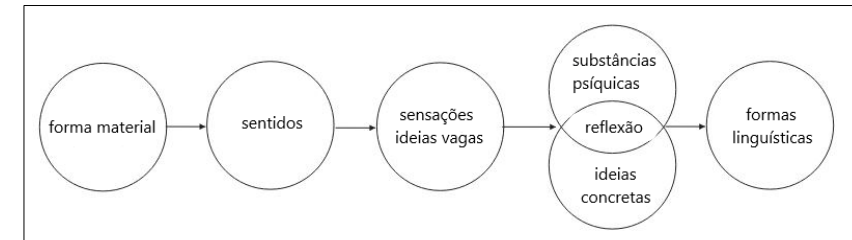
A leitura, de acordo com as ideias memorizadas, é sempre subjetiva. Parte da forma material, captada pelos sentidos como sensação, a qual a reflexão faz fundir com uma significação. A significação resulta em significado para a forma, porque está filtrada pelo acúmulo de memória e pela vontade do sujeito. Modalizado assim, o significado é uma criação subjetiva, certamente com algumas partes semelhantes entre os indivíduos. Desse modo, cada sujeito tem uma leitura subjetiva para todos os textos: visuais, auditivos, olfativos, gustativos e táteis. Considerando a proeminência da visão na leitura, todas as vezes que se sente um cheiro ou se ouve um som, procura-se uma confirmação visual da causa. Os espaços são, portanto, textos em que todos os seres humanos, como leitores, praticam diuturnamente como exercício do aprendizado de interpretação.



4.2 SOBRE A MEMÓRIA E O PENSAMENTO

Todos os textos são matéria que se tornam forma por meio das significações presentes na memória. O desafio metodológico é estabelecer os níveis de memória, ou a sintaxe, que preenchem a forma material com significações. Toda forma material tem significação para todos os leitores, mas em diferentes níveis, de acordo com as possibilidades de cada sujeito. Os textos são adquiridos pelo pensamento através dos sentidos, que percebem sensações, as quais são substâncias para o pensamento, que as transforma em ideias culturais e formas linguísticas de acordo com o volume de informação que a memória tem sobre aquela forma textual. Intentaremos estabelecer esses níveis de leitura, sempre lembrando que sujeitos diferentes têm resultados de leitura diferentes.

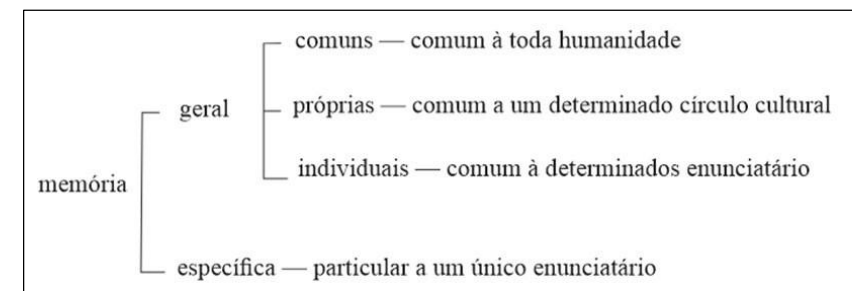
FIGURA 1 - Percurso do fazer linguístico do leitor



Pensadamente, repetidas vezes, encontramos esses quatro níveis de preenchimento por significação pela memória:

- 1) Memórias gerais comuns: são aquelas que qualquer ser humano teria sobre o texto;
- 2) Memórias gerais próprias da cultura: são aquelas que são próprias da cultura em que o texto foi enunciado.
- 3) Memórias gerais particulares: são aquelas originadas da interação de um leitor com o texto: experiência e análise; e,
- 4) Memórias específicas: são aquelas que são frutos de uma vivência única, inacessível a outros, acidental ou planejada.

FIGURA 2 - Níveis de especificidade da memória



4.2.1 Memória geral comum

Como participantes do mundo, todos os seres humanos, com raríssimas exceções (deixemos modalizado) tem experiências que são comuns. Pode-se exemplificar com a ideia de um edifício, ou construções civis, típicas em todas as culturas. Assim, ao ver a fotografia de um prédio, em qualquer lugar do mundo, qualquer ser humano adulto, seria capaz de dizer que se trata de uma construção civil: um prédio. É possível que até em culturas muito afastadas, como indígenas da Amazônia ou esquimós do Ártico, pessoas adultas seriam capazes de dizer que se trataria de uma construção ou um prédio. Essa ideia se aplicaria também a um Iglu, nesse caso os seres humanos diriam que é uma construção de gelo. Também se fosse de madeira, todos diriam é uma casa, esse é um tipo de construção que existe em quase todos os lugares do mundo, somente nos lugares muito gelados não têm árvores para se produzir tábuas e vigas.

Pode-se exemplificar também como a ideia de língua falada ou escrita. Mesmo que não se saiba uma língua de um outro lugar do mundo, ao ouvir sons da voz de um falante, se saberá que se trata de sons linguísticos ou humanos, pelo menos. No caso da escrita, quase todos os seres humanos do planeta têm conhecimento dos caracteres de escrita. Os tipos de caracteres não são muitos e apresentam características semelhantes ou parecidas, ao ver um texto escrito em um lugar ou folha de papel, mesmo não sabendo a significação, se saberá que é uma língua que é ou foi falada. A memória dos seres humanos tem informação do que são esses sons ou desenhos e que eles têm significados, mais gerais, vinculados aos textos verbais falados ou escritos.

Fotografia de animais ou mesmo um vídeo de um animal correndo, as informações mais gerais todos os seres humanos têm.

Também é possível que todos os seres humanos consigam dizer que se trata de um animal quadrúpede ou bípede e que seja ou não uma ave. Às vezes, os animais são muito estranhos, mas assim mesmo todos seriam capazes de dizer que é um animal. Isso também pode ser dito dos vegetais, diferenciar um dos outros pode ser tarefa difícil, mas qualquer ser humano tem conhecimento do que seja uma árvore, ou uma planta, ou uma fruta, ou um peixe. Logo, se o animal vive na água é peixe, de maneira bem comum; às vezes, não o é, mas isso depende de outro nível de memória. Mesma coisa diferenciar uma árvore de um arbusto, ou um capim de um vegetal comestível por seres humanos.

4.2.2 Memória geral própria

Diante de um texto, depois das memórias gerais comuns, ele apresentará sentido para quem tenha relação com a cultura em que ele foi produzido. A mesma fotografia do edifício, para aqueles que convivem dentro da cultura em que ele esteja, os cidadãos serão capazes de dizer o local onde fica, para que serve. Estou falando de monumentos, mas isso também se aplicaria a um edifício residencial qualquer em uma cidade. Monumentos como o Congresso Nacional brasileiro para os brasileiros, ou a Casa Branca para os estadunidenses, ou o Kremlin para os Russos, Igreja de São Pedro para os católicos, a Casa Rosada para os argentinos, torre Eiffel para os franceses, os palácios centrais de cada país, muitos outros. Dentro de cada cultura, esses edifícios seriam reconhecidos como Brasília, Washington, Moscou, Vaticano, Buenos Aires, Paris, são memórias comuns aos cidadãos e conhecedores daquela cultura. Certamente, fora dessas nações ou culturas, as pessoas comuns não reconheceriam memórias gerais próprias vinculadas a esses textos.

Os outros exemplos também seguiriam a mesma metodologia. Um lobo-guará seria para um alemão comum ou um japonês comum um animal terrestre, quadrúpede, talvez ainda dissessem que se trataria de um canino, mas dificilmente passariam disso. Entretanto, para um habitante do cerrado brasileiro, certamente viria o nome à fala: é um lobo-guará. Ou um ipê-amarelo florido, certamente deixaria um russo esbabacado com sua beleza, mas um brasileiro saberia de que se trata de uma árvore típica do Brasil. Podemos citar a fotografia de um cipreste, típico dos jardins públicos franceses, que certamente um brasileiro comum não saberia que árvore seria, mas que um francês certamente saberia o nome. Poderíamos falar de fotografias de cajueiros para brasileiros ou outros povos, frutas como mirtilo, para italianos ou para pessoas da América do Sul. Dentro das culturas em que esses textos representam coisas, as pessoas teriam além das memórias comuns a todos os seres humanos, memórias próprias daquela cultura, portanto, muito mais complexas.

Um texto falado terá significação para quem é falante da língua. Nas memórias gerais comuns textos falados serão identificados como língua. No nível das memórias próprias da cultura, estabelecem-se as significações culturais, significação das palavras, reconhecimento da estrutura sintática, segmentação dos signos, reproduzir o texto como canto ou declamação. Pode-se reconhecer o tipo do texto, quando ele está dentro de um estilo muito marcado, e a significação geral também em textos de registro popular. Numa conversa corriqueira entre falantes da língua, a significação pode estar inteiramente compreendida pelos leitores, ficando evidenciado que a compreensão total da significação de um texto nunca é alcançada e só é possível pela análise se chegar próximo da totalidade. Em se tratando do texto escrito, existem outras dificuldades, como ser alfabetizado, mas, no nível da memória própria da cultura, a compreensão será semelhante ao texto falado.

4.2.3 Memórias gerais particulares

A partir do nível da memória própria da cultura, somente a análise e o estudo metodológico do texto poderão aprofundar a significação. Isso dependerá de o leitor ser capaz de manobrar a cultura do texto profundamente. Deve-se pela leitura ser capaz de dividir o texto em partes significativas e compreender as significações figurativizadas por metáforas, pressuposições e subentendidos. O leitor capaz de acionar memórias gerais particulares é treinado metodologicamente, com certeza teve oportunidade de refletir sobre os assuntos da cultura. Desse modo, textos poéticos ou falas políticas, ou conversas com amigos, com pessoas, poderão alcançar graus filosóficos e compreender verdades culturais importantes. Muitas vezes, nesse nível de memória encontram-se os valores subjetivos de inclinações passionais e identitárias.

A análise pode ser feita por diferentes metodologias, pode ser simplesmente pela revisão das significações uma a uma, num debate oral, ou pode ser por meio de uma metodologia acadêmica, como a análise gramatical, ou uma semiótica, ou a pragmática etc., em qualquer circunstância a significação encontrada, por mais rigorosa e imparcial que seja a aplicação da metodologia, será sempre de caráter subjetivo e sempre outros leitores poderão apresentar leituras diferentes, ou complementárias, ou opostas, ou divergentes. A análise tocará em conteúdos sempre mais profundos e obtidos pela inclinação que a enunciação do leitor atualizada preferir.

Desse modo, o lobo-guará será um animal do cerrado, ameaçado de extinção, que tem comportamentos solitários, que vive em territórios específicos de caça, que tem sofrido muito com a ocupação humana de suas áreas de sobrevivência, porque ele caça animais pequenos e não incomum atacar galinheiros e todos os tipos

de animais domésticos. Do mesmo modo, um pé de ipê-amarelo será uma árvore de uma espécie brasileira, que espalha sementes em grande quantidade, que apresentam alto índice de germinação, também que é muito usada na arborização das cidades brasileiras. Além disso, pode-se descobrir a grande qualidade e utilidade da madeira das árvores do ipê. Essa descoberta alcançaria todas as informações disponíveis em manuais ou de pessoas que fossem especializadas nesses assuntos.

O mesmo modo de análise poderia ser aplicado aos monumentos arquitetônicos, que possuem histórias vinculadas aos materiais utilizados, aspectos estilísticos da arquitetura, qualidade do material utilizado, reformas previstas e urgentes. Além desses elementos básicos, pode-se estudar a planta baixa original e verificar a fidelidade da construção ao projeto original. Isso resultaria em uma atualização de significações quase infinitas, e diferentes leitores produziram diferentes significações a partir de suas atualizações de memória.

4.2.4 Memórias específicas

Diferentes das memórias anteriores, as memórias específicas somente alguns as têm, porque são aquelas, frutos da interação com o texto. Assim, qualquer brasileiro consegue reconhecer os prédios do Congresso Nacional como sendo Brasília e a sede do poder legislativo. Em um determinado texto fotográfico, os prédios vão simbolizar centralidade, beleza, utopia, ou uma crítica. Se algum brasileiro tiver ido ao Congresso Nacional antes dos anos de 1990, pode ter experimentado subir no terraço dos prédios e ter caminhado entre a Câmara e o Senado, agora não é mais possível por motivos de segurança. Essa é uma memória que certamente quem a teve se lembraria ao ver uma fotografia daqueles prédios. Talvez ocorresse até mesmo

numa conversa com alguém, falando sobre Brasília. Memórias específicas são aquelas que um sujeito experimentou sozinho, traumáticas ou felizes.

Pensando nos outros exemplos, ter a oportunidade de ver um lobo-guará com filhotes livres, ou flagrá-lo atacando o galinheiro. Ter um pé de ipê-amarelo no quintal e descobrir o quando é difícil retirar as flores do chão ou o quanto fica bonito o chão quando as flores caem. Essas memórias muitas vezes são as mais importantes para os sujeitos, mas, em geral, ficam omitidas por serem comprometedoras ou por serem proibidas. Às vezes, ao ver uma fotografia, uma pessoa verte lágrimas sem dizer palavras, ou simplesmente fica feliz, são memórias que surgiram na interação com o texto, conteúdos individuais, que podem ser ditos ou mostrados, porém muitas vezes não são.

CONCLUSÃO

Não pode haver dúvidas de que as significações pertencem à língua e à cultura e estão na memória individual, e que por isso são subjetivas. A língua é atualizada por meio de textos, seu objeto concreto e o modo como os seres humanos se relacionam com o mundo material. Esse é o lado social, mas o que é social somente existe porque os seres humanos individualmente existem. A língua é aprendida individualmente e é utilizada individualmente também. O que permite ao ser humano isso é a capacidade de memória. Ao considerar a memória como o provedor das significações da língua, tem-se a perspectiva do quanto a língua também é individual.

Aprendem-se todas as coisas individualmente. Ninguém ensina nada a ninguém. Pessoas mais experientes facilitam a aquisição da língua e de determinados conceitos, mas o aprendizado e o posterior uso dessas informações são completamente subjetivos. O texto,

objeto material, seja ele produzido numa ou noutra estrutura, será sempre um mundo de possibilidades significativas, na verdade, infinitas, quando se considera paixões, conhecimento intelectual, experiências individuais; todas essas informações estão na memória dos indivíduos, e cada um conhece a sua.

Se o pensamento cria a ordem, os sentidos executam. Logo, o que está em desordem é rejeitado tanto pelos sentidos quanto pelo pensamento. A ordem é desejada e a desordem é rejeitada. A prática da leitura encherá a memória com informações recorrentes. A repetição institui um conteúdo para uma expressão, e a ordem constitui a repetição da expressão para o conteúdo. Dessa forma, as estruturas tendem a ser iguais e o que pareceria criatividade é mera repetição de conteúdo e expressão memorizados. O mundo é uma estrutura e se repete infinitamente. A evolução dos textos acontece pela adaptação e aceitação de arranjos dos elementos já existentes. Assim, a criatividade está nos discursos, individuais e articulados cognitivamente, a continuidade está nos textos, subjetivos e articulados. Enquanto o pensamento pode, como constituição amorfa, se libertar infinitamente em eloquentes e criativos discursos, a realização dos textos depende da materialidade e da ordem para que eles sejam aceitos e terem plano de expressão e plano de conteúdo.

As oposições mínimas são *ordenado vs caótico*. Tudo que está caótico ou desordenado não pode ser compreendido. Entretanto, o caos e a ordem são partes do mesmo pensamento. Numa situação nova, para quem não entendeu o espaço e o tempo, como na letra da canção Sampa¹, tudo é caos, mas o exercício de se embrenhar no caos leva o pensamento a encontrar uma ordem. Em princípio, o pensamento sempre se encontra no caos, é a condição frequente

1 Item 5.4

humana de sempre procurar situações novas; ou a condição de se sentir desafiado sempre que se depara com um novo trabalho, um novo lugar, um novo amor. Assim, o que ainda não é conhecido, sempre apresenta uma deformidade, em casos em que o ser humano desconhece completamente o novo, o pensamento se encontra no caos.

A experiência de ver uma obra de arte pela primeira vez sempre põe o pensamento no caos. Ao insistir no exercício de separar as partes e colocá-las em grupos de formas e arranjar as sensações de acordo com significações, faz com que o pensamento saia do estágio do caos para uma situação cada vez mais ordenada. Algumas obras são tão intrincadas e mirabolantes que a cada nova mirada o pensamento encontra mais sensações novas e avança para fora do caos, mas nunca sai completamente. Quanto mais o órgão do sentido que estiver sendo utilizado for treinado naquela matéria expressa, mais as sensações alcançarão significados na memória, logo, mais fácil o pensamento avança para fora do caos.

A individualidade e a coletividade misturadas no texto

5.1. LÍNGUA E FALA

Serão mostrados nesse momento as definições para alguns conceitos de língua e fala que foram pronunciados nos séculos XIX e XX. As escolhas são arbitrárias a partir de informações prévias coletadas em livros de história da linguística, como os de Joaquim Mattoso Câmara Jr. e R. H. Robins. O início sendo o século XIX é porque Ferdinand de Saussure aponta como o início das teorias linguísticas a Gramática Comparada, “A Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos (...) contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto” (Saussure, 1971, p. 11). As escolhas dos autores, então, recaem sobre Wilhelm von Humboldt, August Schleicher, William D. Whitney e Ferdinand de Saussure.

Pela ordem cronológica, para Wilhelm von Humboldt (1836), na língua alemã, a língua nasce de si mesma, não há interrupção e surgimento de um novo sistema. A língua governa sua atividade por si só e sua estrutura é tão perfeita e fechada num círculo completo, que parece ter uma liberdade divina. Para além dessa ideia de língua interna, nomeada por Whitney de *langage*, existe a língua. Então, deve-se pensar em duas possibilidades, as línguas se desenvolvem a partir de um início e continuam reproduzindo a si mesmas, replicando o sistema interno e aplicando sua chave de criação no pensamento dos sujeitos falantes. Por outro lado, as línguas são sociais, estão atreladas a um contexto social, que Humboldt chamou de nação. Elas são um sistema que representa a ideia de coletividade, como cultura e como manifestação de conteúdos nas formas sonoras.

As línguas contribuem para o desenvolvimento do cidadão na medida que atualizam as ideias que neles existem. Todas as ideias estão na língua e conforme o cidadão se desenvolve em seu conteúdo torna-se mais pleno de seus deveres e direitos como cidadão. Nasce-se um indivíduo sem ideias ou sabedoria, desconhecendo as regras de convívio e leis que regem a sociedade. Ignora-se inclusive os valores morais e do bem e do mal. É através do aprendizado da língua, como disse Humboldt (1836), que um indivíduo grotesco alcança estágios cada vez mais perfeitos da condição sublime. A língua, por ser a portadora da cultura, transforma um indivíduo grotesco em um sujeito sublime. Assim, quanto mais se adquire a língua mais pleno de ideias o cidadão estará. De acordo com Humboldt (1836), língua e natureza humana procedem ambas simultaneamente e em recíproca conformidade, da profundidade inalcançável da alma. A língua é a manifestação externa da cultura do povo. A língua destes é sua cultura e sua forma de viver, e sua cultura é sua língua. Língua e cultura nacionais são impensavelmente idênticas.

A famosa distinção entre *ergon* e *energueia* de Humboldt (1836), na qual ele separa o que ele chama de língua que é a forma viva e em uso: a *energueia*, e a forma descrita ou mesmo escrita, que ele diz que não é a língua: o *ergon*. Precisamente ele diz que a língua não é uma obra, ou coisa, mas que é uma atividade, ou energia. Nessa ideia, percebe-se a concepção de Humboldt de que a língua está vinculada ao pensamento, que é a manifestação de uma cultura individual e coletiva e que pode ser reconhecida nos textos literários, como sendo eles a manifestação do pensamento de um cidadão através de sua língua nacional. “Man mufs die sprache nicht sowohl wie ein todtes Erzeugtes, sondern weit mehr wie eine Erzeugung ansehen (Humboldt, 1836, p. 39, § 8). Tem-se várias outras ideias que completam essa ideia em Humboldt, *que a língua é uma imensa trama de formas e conceitos*. Do mesmo modo, *que a língua não representa objetos, mas conceitos*. *Que a língua é quem organiza o pensamento*,

ou seja, sem a língua o pensamento não poderia ter forma e ser manifestado. E, como já se falou acima, *língua e vida não se separam*.

Como todas as obras da Gramática Comparada, Humboldt em suas obras também estudou os sons articulados. Ele disse que “a forma fônica é a expressão que a língua outorga à ideia” (1836, p.74). Porém se pode considerar também como uma espécie de construção cuja estrutura a língua também faz parte. O que é absolutamente perceptível é que a língua só se manifesta na fala, sua forma fônica. Isso corrobora os conceitos apresentados na obra de Humboldt que a língua é sempre uma obra individual e coletiva, porque depende do pensamento do indivíduo e do aprendizado da língua e da cultura nacionais.

Die Lautumformung, von der wir reden, kommt hauptsächlich in zwei, oder wenn man will, in drei Stadien der Sprachbildung vor: bei den Wurzeln, den daraus abgeleiteten Wörtern, und deren weiterer Ausbildung in die verschiedenen allgemeinen, in der Natur der Sprach liegenden Formen (Humboldt, 1836, p. 74).

A língua na obra de August Schleicher (1852 e 1869)) é uma leitura do conceito apresentado por Humboldt. Para Schleicher (1852), a atividade do pensamento, ao se manifestar, precisa da língua, absolutamente como o pensamento precisa do corpo. Segundo Schleicher (1852, p. 7), “o ser humano somente pode pensar por meio de uma língua”. A língua e o pensamento se completam da mesma forma que a natureza e o pensamento se completam também. Existe identidade entre eles, além disso, é uma união inseparável de duas fórmulas diferentes, que de muitas maneiras podem ser colocadas em oposição. Schleicher (1852) trata com profundidade da manifestação do sentido na forma fônica, como ele nomeia. Também baseado em Humboldt, ele separa na palavra a parte que traz a significação social da parte que é responsável pela forma gramatical, para a morfossintaxe do século XX: lexema e gramemas.

Schleicher (1852) disse que uma nação só seria politicamente respeitável quando tivesse desenvolvido sua língua nacional. O mais importante nessa afirmação é a relação entre língua e cultura. Dizer que a nação desenvolveu sua própria língua significa que ela tem um caráter cultural nacional estável e reconhecível e que o povo a estuda como um objeto que o torna cada vez mais inteligente. Ele disse que o “espírito nacional” produz a língua nacional e esse mesmo espírito produz a nacionalidade (1852, p. 18). Dessa forma, a língua é a portadora da cultura e ela treina o cidadão para ser patriota e também para ser um representante de si mesma, em qualquer lugar do mundo em que ele esteja.

O que mais se aproxima de uma discussão sobre a fala nos textos de Schleicher trata dos elementos fonéticos. Ele diz que eles se desdobram a partir das leis físicas dos órgãos fonadores e acústicos. Essas leis exercem muita influência sobre a organização da fala pelas assimilações e as decomposições fonéticas de todos os tipos. Então, a fala fica submetida às condições do aparelho fonador do sujeito falante e da dificuldade que certos conjuntos de fonemas implicam para serem executados. Segundo Schleicher, deve-se considerar que ele era botânico primeiramente, esta influência é semelhante àquela que os organismos mortos das plantas e dos animais sofrem da parte das leis químicas, ou seja, processos de degeneração e de decomposição. Schleicher disse (p. 30) que “a língua está para o espírito humano do mesmo modo que a natureza em geral está para o espírito em geral, os três tipos de línguas: monossilábicas, aglomerantes ou aglutinantes e flexão, estão em relação analógica com as três classes de organismos naturais: minerais, vegetais e animais”.

Languages are organisms of nature; they have never been directed by the will of man; they rose, and developed themselves according to definite laws; they grew old, and died out (Schleicher, 1869, pp. 20-21)

A língua segundo William D. Whitney (1874) não é uma posse, nenhum ser humano nasce possuindo uma língua. A linguagem, por outro lado, não é uma faculdade. Não é também o exercício imediato do pensamento. É um produto imediato deste pensamento, é um instrumento. O ser humano a possui como uma de suas características distintivas das mais marcantes, a faculdade do discurso. Whitney aponta que o ser humano nasce com uma capacidade natural para a ciência, mas nenhum homem nasce cientista, precisa ser treinado, do mesmo modo, a língua precisa ser treinada. Cada sujeito falante recomeça o trabalho de aprendizado, o caminho que todos antes dele fizeram, ou seja, nenhum ser humano pode falar se não aprendeu a falar. Cada um aprende aquela língua que, por acidente de nascimento, é falada naquela sociedade.

É o que se chamou algumas vezes de língua interna, a forma mental do pensamento, quer-se dizer o corpo de formas adaptáveis ao pensamento (...) Tem-se então na aquisição da linguagem um elemento necessário. Qualquer que seja a língua que o ser humano se apropriar ela se torna seu modo necessário de pensar e também de falar (Whitney, 1974, p.18).

A linguagem é a parte mais fundamental que o ser humano tem, a mais alta característica, o produto evidente da expressão da razão, ela é somente uma diferença de degrau. Por sua vez, a língua, segundo Whitney(1874), deve ser considerada como uma instituição, uma das que, em cada sociedade, constitui a civilização. Igualmente a todos os elementos da cultura, a língua também varia em cada povo e em cada indivíduo. Algumas sociedades têm a língua desde sua origem, outras têm a que um invasor estrangeiro implantou no seu interior, assim, como qualquer coisa a língua pode ser transferida de um lugar para outro. Ela é, segundo Whitney, um objeto externo ao ser humano, como qualquer objeto, as características físicas de um

povo não pode ser implantada ou transferida a outro, mas a língua, como a religião e a ciência, pode.

Cada sociedade humana possui uma língua, resultado de uma das capacidades do ser humano. Nenhum outro animal chegou a produzir algo semelhante, esses animais inferiores não se mostram capazes de estabelecer uma relação convencional entre sons e conceitos, ou seja, os outros animais não podem estabelecer uma civilização, mesmo que rudimentar. Segundo Whitney, entre os seres humanos os meios de comunicação são inteiramente arbitrários e convencionais, entre os outros animais sempre são instintivos. Em comparação com a ideia de convenção, Whitney disse que o que alimenta a força da linguagem é que ela é extremamente convencional. Ao pensar a expressão de um autômato, uma máquina, não existiria o sentimento. Por outro lado, importante observar que Whitney aponta que a expressão natural, de um ser humano, indica sentimento e nada mais que sentimento.

Em se tratando da fala, Whitney disse que entre os mios naturais de expressão, o gesto, a pantomima e a intonação, meios que sempre existiram disponíveis aos seres humanos, a entonação foi a escolhida porque estava mais bem adaptada, porque a voz se tornou a mais proeminente, e então foi dada à comunicação dos pensamentos de linguagem, ou jogo da língua. Whitney (1874, p. 240) disse que “não existe ligação misteriosa entre o aparelho do pensamento e o aparelho fonador. A emoção produz gritos, não articulados, mas a boca e a laringe não estão mais perto do pensamento do os movimentos voluntários das mãos, quando faz gestos. De acordo com Whitney, a língua dos surdos-mudos é a maior prova disso. Ao contrário, a analogia entre os gestos e a linguagem é uma forma muito instrutiva.

Não existe que demande uma ligação diferenciada entre o pensamento e a fala, segundo Whitney. A seleção de alguns sons não

determinada por razão etimológica. Provavelmente foram escolhidos acidentalmente, do jeito que as línguas são feitas, segundo Whitney, sobretudo os sons abertos que são fáceis de serem produzidos e fáceis de serem distinguidos uns dos outros. Desse modo, por toda parte a articulação vocal é o principal meio de expressão, e esse meio se tornou tão completamente desenvolvido que os outros recursos como os gestos e a intonação se tornaram somente acessórios. Assim, concordando que o desejo da comunicação é a causa da produção linguagem e que a voz é o principal agente, não será difícil estabelecer os outros pontos relativos ao início da comunicação humana.

Pode-se perfeitamente sustentar a opinião que emitimos neste capítulo sem prejuízo da crença na origem divina da linguagem, porque todos são livres para crer que a tendência que o ser humano possui de adquirir a linguagem foi colocada nele pelo Criador em um ato previsto e determinado. Se a linguagem era nele mesmo um dom, uma faculdade, uma capacidade especial, se poderia dizer igualmente que o ser humano a recebeu diretamente de Deus (Whitney, 1974, p. 249).

A língua para Ferdinand de Saussure (1916) é o objeto de estudo da linguística e é a parte social da estrutura de comunicação humana. Ele teve como fonte importante para suas aulas no *Curso*, o qual, como é sabido de todos, seus alunos transformaram no livro *Curso de linguística geral*, que foi o estudioso estadunidense na Universidade de Leipzig William Dwight Whitney (2012, p. 35). Saussure concebe que a comunicação humana pode ser classificada, conforme definição e nunca divisão, em linguagem, língua e fala. Assim, ele disse que “a linguagem tem um lado individual e um social, sendo impossível conceber um sem o outro (p. 40). O lado individual é a fala e o lado social é a língua, a linguagem seria uma capacidade que o ser humano traz no seu corpo físico.

Saussure afirma que a linguagem em ser um sistema estabelecido e uma evolução. Isso implica em pensar na definição que ele apresenta no *Curso* de que a língua é eminentemente histórica. Então a língua é um sistema que deve estar historicamente estabelecido na coletividade. Por outro lado, o sujeito falante é uma atualização desse sistema e toda vez que ele transforma o sistema em fala, ou seja, produz um texto, todo o sistema da língua é inteiramente revitalizado em seu pensamento e consequentemente o sistema continua revitalizado. Assim, “a linguagem é uma instituição atual e um produto do passado” (2012, p. 41); em se tratando da divisão na qual Saussure se espelhou, produzida por Whitney, a língua é o produto do passado e a fala é a atualização.

A língua é o objeto de estudo da Linguística, segundo Saussure. Na verdade somente a língua pode ser estudada, porque ela é concreta e estável. A língua deve ser tomada como norma de todas as manifestações da linguagem. Em primeiro lugar, a língua vai ser estudada em suas manifestações em texto, quando ela é um elemento concreto que pode ser segmentado exaustivamente. No texto, somente o que é social pode ser lido, porque é o que é partilhado entre os sujeitos falantes, logo, aquilo que é individual, que não puder ser convertido de significados individuais em significações sociais, não poderá ser interpretado por outros. Desse modo, Saussure afirma que “a língua é um objeto que se pode estudar separadamente”, um objeto concreto. De outro modo, quase em oposição, é que a fala é individual e a língua é social, por isso que a língua é norma para todas as manifestações da linguagem, ela representa a coletividade, aquilo que é partilhado entre todos os sujeitos falantes. Disse Saussure (2012, p. 41) que seria “necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem”.

Saussure (2012, p 41) pergunta e responde, o que seria a língua? Disse que ela não poderia ser confundida com a linguagem.

Disse que a língua é um produto social da faculdade de linguagem, logo, a língua é o produto e a linguagem é uma faculdade. A língua também seria um conjunto de convenções nos indivíduos. Então, a linguagem é a capacidade, a língua é concretização social como instituição e a fala é a parte individual, aquela que é a manifestação. Então, a linguagem, segundo Saussure (p. 41), é multiforme e heteróclita, é também física, fisiológica e psíquica e pertence ao domínio social e individual. É preciso que se pense sobre isso, a linguagem por ser parte da vida humana concentra todas as características que se possa ler na produção textual, todos os conceitos que se tenha dito ou que se venha a dizer sobre texto e sua interpretação, serão sobre a linguagem. Assim, segundo Saussure, a linguagem é social quando é a língua e individual quando é a fala e assim a língua faz a unidade da linguagem.

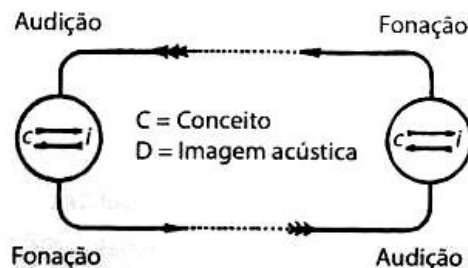
Quanto à língua, Saussure apontou um importante conceito, ela é um princípio de classificação. Ela enquanto signos ou, nas palavras de Saussure, como um dicionário, tal princípio de classificação se evidencia. Os signos sempre se constituem por meio de metáforas ou de metonímias, em todos os casos implicam em estabelecer a inclusão ou a exclusão em uma determinada significação, assim é o princípio de classificação. Saussure voltaria a falar em Whitney, para discordar de uma afirmação. Whitney disse que a língua é uma instituição social e aponta a semelhança com todas as outras instituições sociais. Saussure disse que a língua não é semelhante às outras instituições em todos os pontos, é, na verdade, apenas o principal desses sistemas (2012, p. 47), e que o que é natural no ser humano não é a linguagem, de certa forma até contraditório com outros pontos do *Curso*, mas o que é natural no ser humano é a faculdade de construir uma língua, ou seja, “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (2012, p. 42).

Circuito da fala, supõe dois indivíduos.



O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, em que os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: processo puramente físico. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. Se B, por sua vez, fala, esse novo ato seguirá - de seu cérebro ao de A - exatamente a mesmo curso do primeiro e passará pelas mesmas fases sucessivas, que corresponde como segue:

(Saussure, 2012, p. 43)



5.2 PARA A TEXTUALÍSTICA

A língua está nos indivíduos, é o modo como os indivíduos pensam. Supondo o contrário, o pensamento existe antes da língua, como disseram todos os pensadores, a língua da forma ao pensamento e ele é que apresenta a dinamicidade que se percebe nos textos, tanto falados quanto escritos. Então, tanto a língua quanto o pensamento compõem parte da vida humana, naquilo que os seres humanos se qualificam como seres inteligentes. A questão é: como a língua é social? Na verdade, como ela pode ser social, se não for no formato do texto? Quando se pensa que a manifestação da comunicação humana sempre é fala, no formato de texto, então o que é social é o texto, e ele sempre é diferente e parte do indivíduo que o produziu pela leitura, porque a língua e o pensamento são individuais. Se a língua está nos indivíduos, significa que é, acima de tudo, individual, ou seja, cada sujeito falante tem internalizada sua própria língua, na fala manifesta socialmente em cada texto a parte da língua que tem internalizada.

É impossível não pensar em William Labov ao falar nessa questão. De acordo com Daniel Marra da Silva:

Labov ressalta que a noção de “fato social”, de que a língua existe na comunidade, exterior ao indivíduo, é seu tema central, e a forma como esse “fato social” é apreendido pelo indivíduo e a maneira que ele muda, constituem o foco de sua abordagem. Depreende-se, assim, que a língua pode variar de indivíduos para indivíduos, dependendo das situações histórico-sociais em que eles a registram, mas a explicação para a variação não deve ser encontrada neles, mas na comunidade a que pertencem (Silva, 2009, p. 113).”

Quando se analisa a comunicação humana em todos os seus aspectos, percebem-se os conceitos de língua como classificação no formato de léxico, como opressão no formato do conhecimento e

como libertação no formato do discurso-texto. Assim, historicamente, a comunicação sempre foi essas três possibilidades de texto na interação entre os indivíduos. Quando o sujeito falante sabe a língua, ou seja, tem a língua individualmente, consegue pensar nela e expressar seus pensamentos, ela é sua libertação, porque ele pode mostrar sua personalidade e assumir posições. Quando não sabe a língua, ou seja, não tem o sistema de comunicação e não consegue pensar e expressar texto nenhum para aquela sociedade, ele está em completa opressão. Nas duas circunstâncias, o indivíduo se coloca em uma situação de classificação, como explicou Saussure, ou oprimido pela impossibilidade de mostrar sua classificação ou livre pela possibilidade de mostrar seus pensamentos.

Pode-se citar Saussure duas vezes nesse sentido: “a língua não constitui uma função do sujeito falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente” e “da fala o indivíduo é senhor” (2012, p. 45). Nas duas frases, Saussure mostra que a língua é um fato na mente do indivíduo. Ele registra passivamente, porque ela é apresentada a ele por outros indivíduos, que são sujeitos falantes, entretanto, esse registro não permanece passivo. Como disse Humboldt (1836), a língua transforma o indivíduo em cidadão e, em sendo um cidadão, ele pode agir no mundo através de seus textos, discursos manifestados. Da mesma forma, foi que Saussure disse que o indivíduo é senhor da fala, responsável por ela. Acima de tudo, o sujeito falante diz o que quiser dizer, porque a língua, sistema, estrutura e código, é sua posse individual, porém a fala será social e nela pode-se ler a língua e a cultura, ambas individuais daquele sujeito falante. Dessa forma, sempre que se lê um texto, pode-se atribuir a cultura ao sujeito falante que o produziu, mesma coisa quando se vê, lê, escuta, experimenta ou toca, qualquer texto: falado, musicado, fotografado, pintado, cozido, esculpido etc. Aquilo que é texto é social, pode ser atribuído como língua e cultura à enunciação, mas o leitor, o outro participante do circuito da fala é que

vai produzir a enunciação, que independe de quem seja o produtor do texto, entretanto, esse leitor criador de uma enunciação pode responsabilizar o produtor do texto pelo conteúdo dele.

Quem faz o texto é o leitor: ele ouve, vê, sente e percebe aquilo que consegue entender. Nesse sentido que os estudiosos dizem que somente a língua pode ser estudada e analisada, porque somente o que está partilhado entre os sujeitos falantes pode ser compreendido. De fato tudo no texto é individual, uma parte, muitas vezes a maior parte, são do domínio comum entre os sujeitos falantes, mas aquilo que é completamente individual não pode ser lido, pelo menos, enquanto não existir um leitor que esteja conhecedor do conteúdo que era individual. Então, invertendo o ângulo dos pensadores da linguagem, o que se encontra na individualidade é o conhecimento cultural e social do sujeito falante, isso é a parte que se poderia dizer e descrever como a língua, porque ela é o discurso, a substância e forma do conteúdo, isso baseado na descrição feita por Hjelmslev (1943). Por outro lado, a fala é manifestação do estado de conhecimento do sujeito falante, é a socialização, pode ser analisada e interpretada, porque é um texto e está partilhada como forma da expressão e forma do conteúdo, também baseado na descrição feita por Hjelmslev (1943).

Pode-se pensar em um quadro para sintetizar:

Língua	Fala
Discurso	Texto
Fonologia	Fonética / Fonêmica
Plano de conteúdo - substância e forma	Plano de expressão - substância e forma
Individualizada	Socializada
Estudável, como conteúdo exposto	Estudável, como estrutura expressa
Não pode ser lida porque é cultura individual	Pode ser lida porque é cultura partilhada

A língua é sempre fonológica. Na verdade, é mais simples pensar que ela é sempre fonêmica, como apontou Leonard Bloomfield. A estrutura se estabelece na memória do indivíduo e ele vai usá-la como sujeito falante de acordo com sua historiografia linguística. Sua composição cultural e linguística fará com que ele emita textos foneticamente atrelados à estrutura fonológica individual e partilhada com a maioria dos sujeitos falantes daquela estrutura de língua, nem todos participam de todas as formas do plano de expressão. Os fonemas da língua são as unidades mínimas da *semiosis*, suas emissão e compreensão pelos sujeitos falantes realizarão na mente dos indivíduos o conteúdo compartilhado. A emissão passará pelo sistema individual do emissor e terá as características de sua condição socio-linguística e dialetológica. Ao leitor caberá encaixar as características fonéticas do texto, quando for oral, em sua condição fonológica para retirar do texto um conteúdo. Sempre se deve manter claro na mente que o emissor também é leitor, apesar de privilegiado, precisa ouvir seu texto para saber o conteúdo que foi emitido.

A língua permite que um indivíduo da espécie humana se transforme em um cidadão da sociedade. O indivíduo nasce pleno da condição física e apto a se tornar um agente refrator da cultura de sua nação. Por meio da relação com outros cidadãos adquire a forma corriqueira da comunicação de sua comunidade e nação. Por meio da língua que se forma dentro dele, conseguirá se relacionar com os outros cidadãos e se tornar um sujeito falante e agente refrator de sua cultura. Seus textos representarão seu discurso, construído em seu pensamento, e ele e os outros cidadãos, conscientes das regras do texto, parcialmente sempre, construirão uma leitura subjetiva e única desses textos. Em síntese, o discurso é individual, representa a estrutura cultural e linguística do sujeito falante, e o texto é social, porque não pertence a ninguém e cada leitor transforma para seu pensamento um conteúdo retirado dele.

5.3 FONEMA, LÉXICO, FRASE E TEXTO

Semanticamente, as unidades gramaticais podem ser ditas como aquelas que atualizam o sentido na superfície do texto. Os sujeitos falantes dependem da precisão das unidades gramaticais para estabelecer uma conexão entre a manifestação linguística e a significação. Deve ficar claro que nenhum texto tem uma significação prévia, tem significações previstas, mas depende do leitor estabelecer a ligação entre os dois planos expressão e conteúdo. Assim, as unidades descritas na gramática são análises sistematizadas metodologicamente com o intuito de identificar essas ligações entre os planos, mas elas não estão previstas como obrigatórias para os sujeitos falantes que as desconhecem. Ou seja, não adianta analisar os fonemas para alguém que não tem ideia nenhuma da constituição fonológica da língua, entretanto, esse sujeito falante não precisa saber dos fonemas para produzir significações com seus textos. Fala-se aqui em fonema, mas poderia ser qualquer unidade mínima de um texto, como pixel, notas musicais etc.

Nas unidades mínimas, entretanto, constrói-se o sentido mais perfeito. Quanto mais qualidades elas tiverem, mais exato e agradável ao leitor o texto será. Assim, quanto mais bem pronunciado for o texto oral verbal, mais fácil será para o leitor sentir a significação. Nesse caso, do texto oral verbal, as unidades de sentido relativas ao sentimento podem estar permeadas por outras unidades mínimas, como a altura da voz, gestos e expressões faciais e corporais, quando for um debate presencial, gravado, filmado etc. Mas, em sendo um texto estático, como o escrito, uma pintura, uma fotografia ou uma música etc., dependerá da precisão das unidades mínimas na superfície do texto e do engajamento do leitor em decodificá-las. O leitor sempre está sozinho nessa situação, ele deve usar os recursos linguísticos e culturais que têm memorizados para extrair das unidades textuais os próprios sentimentos significados.

Os fonemas são as unidades mais básicas do texto manifestado oral e verbalmente. Sua precisão é tudo que o leitor terá para acessar um conteúdo presente em sua memória. Tais circunstâncias geram constantes variações nos sentimentos entre os sujeitos. No geral, quando numa conversa, caso os fonemas não estejam precisos, ou mesmo fora do alcance do leitor, face a interdição da significação, o leitor vai pedir uma nova produção dos fonemas. Tal condição de precisão atinge também os outros níveis de análise textual, se o texto estiver fora do alcance do leitor, em termos de memorização dos elementos, ele terá de pedir esclarecimentos. Sempre haverá um nível de interdição na significação, em todas as formas de comunicação, ninguém é capaz de compreender completamente um sentimento presente em um texto e ninguém é completamente incapaz, mesmo que seja numa língua desconhecida.

O léxico é a parte mais individualizada nos sujeitos falantes. Depende da memória, de quantas experiências o sujeito já teve contato sobre aquele tema, do tema de cada texto, de cada assunto etc. Isso acontece porque a maioria esmagadora dos textos concentra sua significação nas isotopias lexicais. Não incomum, ao ler um texto escrito, os sujeitos serem obrigados a recorrer ao dicionário, ali geralmente encontram as possibilidades de significação e são obrigados a internalizá-las antes de criar seu próprio significado a partir do valor que aquele item lexical tem naquele texto. Os dicionários nem sempre trazem metáforas únicas, ocorridas em textos como piadas e poemas, por isso, mesmo com uso de dicionário, é preciso fazer uma memorização e achar um significado que se adéque à significação pressuposta ou mesmo subentendida.

Nos textos sempre são formadas sequências de termos, isotopia, que formam uma significação. Cabe ao leitor encontrar esse tema e juntar todo o léxico do texto que ajuda a compreender. Nas conversas interpessoais, as divergências são comuns por causa de

uma unidade lexical que estimula um significado e no outro leitor um significado diferente. Nesses casos, a explicação de ambos os lados se fará necessária. A palestra de um professor sempre traz múltiplos casos assim organizados e as perguntas sempre se amontoam. O fato é que todos os sujeitos falantes estão a um passo ou mais de diferença de todos os outros sujeitos, quando se trata do significado de cada unidade lexical partilhada, e o conjunto de valores que se forma no texto aprofunda essas diferenças. O esforço e a boa vontade dos interlocutores acaba sendo a única solução para que os textos se tornem produtivos, porque, no geral, é preciso uma análise cuidadosa para que um significado produtivo possa ser lido em um texto.

As frases nas gramáticas são definidas como conjuntos de orações com sentido completo. A frase condensa a estrutura gramatical de uma língua, porque prevê os sujeitos e objetos e também o contexto. É sempre importante lembrar que sem as regras da língua a significação se perde, por isso todo texto pressupõe e subintende as regras descritas na sintaxe, na morfologia e na fonologia. O contexto é o responsável pelas informações culturais e individuais relativas aos falantes, dados sociolinguísticos e dialetológicos por exemplo. É bem fácil de dizer que não existe semântica sem sintaxe e vice-versa. O sentido de um texto é sempre mais intenso quanto mais bem formalizado sintaticamente ele for e também quanto mais bem ajustados contextualmente estiver. Por outro lado, textos com dificuldades ou desvios da sintaxe, da morfologia e da fonologia normativas, sobretudo os escritos, geram dificuldades de compreensão, e os leitores na impossibilidade de atribuir significação vão rejeitá-los.

Os textos são construídos semanticamente partir da distribuição fonemática, lexical e sintática. Alguns textos criam a partir das aliterações fonemáticas simulacros de onomatopeias, que podem representar a melodia de um instrumento, o berimbau por exemplo, o barulho da chuva, os sons de folhas secas sendo esmagadas, o

barulho do vento, de um carro. Também por meio das sílabas tônicas e rimas produzir uma melodia que organiza o texto e cria um processo semissimbólico, fazendo pensar em uma significação. O léxico é responsável pelas isotopias de significações. Geralmente uma unidade lexical dispara uma isotopia e faz um conjunto de signos representar um tema. Em um texto, um mesmo conjunto de signos pode representar diversos temas relacionados ou independentes, vai depender do leitor e de suas experiências para ler um ou outro significado.

Exemplos: no texto de João Cabral de Melo Neto (1920-1999), funeral de um lavrador, cena do texto Alto de natal pernambucano, a palavra “latifúndio” dispara a isotopia da propriedade da terra. No momento em que se lê esse signo, se tem certeza que é a personagem latifundiário que fala para o lavrador morto qual é sua posição naquele lugar e em relação à terra. Também faz pensar na ausência de leis estatais capazes de coibir a violência contra o trabalhador e dominação da terra por proprietários exploradores. Uma série de palavras se agrupam entorno à significação de “latifúndio”, que em princípio não estariam relacionadas: cova, terra dada e dividida.

Na letra da música “Saideira” de Samuel Rosa de Alvarenga e Rodrigo Fabiano Leão, gravada pelo grupo SKANK, o termo composto “desce mais”, usado na gíria do boteco, dispara duas isotopias, uma que está na superfície do texto, um freguês de boteco falando para o *garçon*, e a outra que está subintendida, o alcoólatra nunca sabe que é viciado, e o termo “desce mais” é uma descrição de seu estado moral e físico. O alcoolismo vai destruindo a pessoa e ela se torna um problema para sociedade. A “saideira” nome da última bebida nunca é a última, por que sempre vai ter aquela que é a primeira logo depois da última. O conjunto de termos que se organizam entorno à significação de “desce mais” é: “tomando uma gelada que se cura a bebedeira”, “Oh!, comandante, capitão, tio, *brother* é camarada, chefia, amigão”.

5.4 FORMAÇÃO DE DETERMINADO E DETERMINANTES

Os processos de formação de palavras devem ser estudados na perspectiva histórico-diacrônica e gramatical-sincrônica. O melhor nome para essa área dos estudos linguísticos é morfossintaxe. Isso porque todo sistema da língua é sempre organizado de um único jeito, para todos os tipos. De acordo com a tipologia das línguas, que são basicamente flexional, isolante ou polissíntese, a fórmula de constituição do sistema sempre vai seguir uma organização, desde a sílaba até o texto, essa organização pode ser ajustada no nível fundamental à divisão na superfície do plano de expressão em determinante e determinado e no nível do plano do conteúdo em ordem e desordem. Na língua portuguesa brasileira, língua flexional analítica, a ideia de determinante e determinado começa com a sílaba: consoante e vogal, tendo a vogal como determinada, depois os signos: radical e desinências, as palavras são assim quando estudadas sincronicamente, ou gramemas e lexemas, como morfemas, quando estudados diacronicamente, na oração a divisão básica é sujeito e predicado, logo, núcleo e complementos.

A maioria das palavras do português brasileiro está composta de radical e desinências flexionais. Mas a composição de palavras pode ser por justaposição de duas ou mais palavras, em que a unidade delas permanecem intactas. O uso contínuo dessas composições pode levar à erosão fonética, sobretudo, quando entre esses signos existem fonemas semelhantes, ou seja, que possuem um ou dois traços articulatórios semelhantes. Nesse caso, as desinências flexionais somente vão ser aplicadas ao último dos compostos, resultando em um único radical, sendo nomeadas essas palavras de composição por aglutinação. Casos assim, apresentam uma grande produtividade na língua brasileira e, como regra, em todo arquiistema língua portuguesa, porque o último composto passa a se comportar como um sufixo, muitas vezes,

perdendo sua significação individual. É possível estabelecer graus diferentes para o nível da composição, desde uma justaposição inicial até o grau de aglutinação irreversível, em que os termos se comportam como uma única unidade com uma sílaba tônica.

Nos níveis maiores dentro do texto, existem os períodos, que são organizados e apresentam uma significação em torno de um único tema ou sujeito. O parágrafo, que se organiza de um ou mais períodos, deve apresentar tópico frasal, desenvolvimento do tópico em argumentos e um fechamento conclusivo. A ordem dessa organização do parágrafo pode variar, como estando o tópico nos parágrafos anteriores ou começar pelo fechamento e terminar com o tópico etc. A organização do texto em itens ou capítulos, implica em uma divisão temática, mas dentro de um item, entre os parágrafos ou partes do texto, colocam-se os conectivos, frásicos quando organizam internamente os períodos por subordinação ou por coordenação, respectivamente com seus conectivos ou conjunções. Entre os parágrafos e as partes do texto, colocam-se os conectivos transfrásicos, os quais se apresentam na primeira casa sintática do parágrafo, quando ligam ele ao último tema do parágrafo anterior, e na segunda casa sintática quando ligam o assunto do parágrafo com o tema inteiro do texto ou o tema que se espalha pelo item anterior.

No plano do conteúdo, a ordem é sempre desejada e a desordem rejeitada. Na sociedade, a maioria trabalha para que a ordem prevaleça, aqueles que insistem em praticar a desordem serão detidos e reprimidos, a tendência é que esses sejam destruídos de um modo ou de outro. A ordem está constituída na sociedade, mas não significa que a mente individual esteja necessariamente ajustada a ordens específicas. É inevitável que ao se deparar com um arranjo social desconhecido a mente individual se sinta no desconforto da desordem. Entretanto, todo plano social é um significante construído pelo pensamento de um indivíduo ou de um grupo. Como foi

reproduzida do pensamento humano, toda instituição social poderá ser compreendida por todos os seres humanos. Aqueles que se deparam com uma situação nova progredirão no sentido do amadurecimento até chegarem no conforto da compreensão da ordem.

O texto de Caetano Veloso, sobre a cidade de São Paulo, chamado *Sampa*, descreve um exemplo dessa passagem do desconforto da desordem do desconhecido para o conforto da ordem do conhecido.

Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos mutantes
Foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vende outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso, do avesso, do avesso
(Veloso, 1978).

No trecho acima, o narrador, sujeito em adaptação, descreve a situação de não se reconhecer no volume de informações que a cidade de São Paulo apresenta para ele. Disse que chamou de mau gosto o que viu, que a sua mente se apavorou por causa daquilo que era novo. Disse também que o julgamento inevitável ao comparar São Paulo com cidades menores, que foram como sonhos felizes, classificando-a como sendo a realidade. Em outras partes da mesma letra narra-se que aos poucos as pessoas, baianos, como é narrado, passam a entender a cidade e, também, conseguem viver bem.

E os novos baianos passeiam na tua garoa
E novos baianos te podem curtir numa boa

Essa situação narrada em *Sampa* a respeito de São Paulo acontece com todos os seres humanos em uma situação em que a ordem não está evidente. A ordem é particular de cada instituição social e a mente vai precisar conhecer os elementos que a constitui como forma material para que tenha uma leitura. Chega-se à propositura inicial deste artigo que o mundo é um texto, construído pelo pensamento, reproduzindo memórias desenvolvidas durante a história. A memória é preenchida por repetição e a repetição de memórias é o conhecimento, que é social e se revela nos textos. A ordem prevalece nos textos, e existe a exigência da reflexão sobre sua forma material para que a significação seja revelada. A função semiótica exige que a substância significante, originada de uma matéria, possa ser fundida com a essência psíquica da significação, composta pelas memórias subjetivas.

Em qualquer texto, em qualquer língua, a organização do plano de expressão será em determinado e determinantes e do plano de conteúdo ordem e desordem. Como o plano de expressão, a superfície textual, é quem permite a leitura do conteúdo, qualquer desorganização do plano de expressão implicará em desordem do plano do conteúdo. A concepção desorganizada de um conteúdo causará deformidades no plano de expressão, isso em uma propositura de leitores ideais, entretanto, a língua e a cultura são individuais, por isso a concepção do plano do conteúdo e a manifestação no plano de expressão pressupõem e também subentendem graus muito variados de determinado e determinantes e de ordem e desordem. De todo modo, quanto mais próximo um texto estiver desse ideal de leitura, mais agradável e bonito ele será.

5.5 METÁFORA E METONÍMIA

A metáfora foi pela primeira vez discutida por Aristóteles. Seria uma figura de linguagem, atrelada aos recursos da língua. De acordo com Aristóteles, a metáfora surgiria do ato retórico e do fazer poético da linguagem. O sentido metafórico seria criado a partir de um sentido literal, do qual um sentido outro seria desviado por meio de comparações feitas com imagens ou expressões. Por meio desse esforço um determinado sentido seria alcançado.

A metáfora é uma leitura que se faz da significação de um signo. A metonímia é uma leitura que se faz em um signo relacionada ao corpo físico do objeto referente. No texto, todas as palavras estão usadas de alguma forma metafórica ou metonímica. As vezes, o uso está muito próximo da ideia denotativa do signo e a metáfora ou a metonímia são difíceis de serem interpretadas. As vezes, essas figuras são tão distantes da significação denotativa que causa dificuldade de recuperar sua origem. Como metáforas e como metonímias que as isotopias temáticas são criadas no texto. Os nomes são imposições sistêmicas produzidas às vezes por uma leitura analítica do objeto referente, às vezes, pela adoção de um nome de outra língua, imposta por um sujeito bilíngue, ou por uma criação metafórica e metonímica que o sujeito falante aplica ao referente, fazendo reconhecer no referente uma característica de outro referente mais conhecido.

Propõe-se aqui uma concepção em que a metáfora faça parte do discurso, e sua relação com a estrutura da língua passa antes pelo exercício cognitivo de correlacionar conteúdos metafóricos. A metáfora seria uma maneira sofisticada de fazer conhecer uma experiência, representando para o mundo percepções e consciência acessíveis. Propõe-se que a metáfora possa ser usada para modificar a visão sobre o referente, obviamente continua-se a ter no discurso o objetivo da retórica aristotélica de influenciar o destinatário. Dessa

forma, ao construir uma perspectiva diferente sobre o objeto, cria-se a necessidade de prestar atenção nele, o enunciado metafórico faz com que a atenção se volte para aquele objeto referenciado. O fato é que toda metáfora prevê que as intenções enunciadas subentendidas estejam afinadas com finalidades sociais.

Criticamente a metáfora é a combinação do uso da expressão textual com o contexto do discurso, daí surgirão as intenções do sujeito falante. Os teóricos da metáfora apontaram que essa combinação acontece pelo cruzamento das habilidades cognitivas, com o conhecimento da função poética da linguagem e a prática do ato de fazer pela fala, desse modo é possível explicar o uso e o efeito da metáfora. Isso acontece pela junção dos propósitos do sujeito falante com o contexto em que o discurso foi enunciado, identificando os efeitos da metáfora, como discurso e ideologia. Essa análise permite calcular a interferência das metáforas no interlocutor e o quanto elas atuarão nos outros recursos de produção de opinião, ou seja, na persuasão. A análise permite as identificações de ideologias e de mitos. Isso corrobora a ideia de que a metáfora é fundamental na persuasão do interlocutor.

Metáfora é uma leitura que se faz da significação de um signo. Pablo Neruda disse que tudo é metáfora. De fato é, porque o pensamento correlaciona conteúdos interseccionando as significações dos signos. Dessa maneira o significado para o significante é sempre individual, como é possível ler em Ferdinand de Saussure.

Exemplos interessantes de sentidos de nomes que já foram metáforas discursivas de um sentido literal e que, dentro do contexto de evolução linguística, foram transformados para sentidos literais. O estudo da palavra no século XIX passou por uma comparação com os estudos do corpo dos animais. Um tema comum a todos os cientistas daquele século era a evolução da humanidade ou teorias da evolução, o que fez o emparelhamento dos estudos

de muitas áreas. Em específico, o estudioso August Schleicher, que era botânico e gramático comparatista, a partir da leitura da teoria de evolução dos animais de Charles Darwin, estabeleceu uma profunda relação entre a biologia humana e a fonética diacrônica. Nomes como morfologia, aférese, apócope, diástole, sístole, próte-se, síncope etc. são usados para descrever as mudanças fonéticas que ocorrem nas palavras, e antes do emparelhamento das áreas eram nomes usados nas ciências biológicas para descrever corpos animais e procedimentos médicos.

Esse processo de comparar o corpo humano a outros corpos é uma prática popular muito eficiente para descrever a função exercida por objetos. Às vezes, a nomeação metafórica é muito eficiente e mais simples de entender que o nome padronizado, a exemplo, “coração do cacho da bananeira” é o nome dado ao engaço. Ele é roxo como a cor de um coração de um animal e é responsável pelo desenvolvimento das bananas. Tem uma função fundamental na bananeira, como o coração no corpo de um animal. Esse mesmo objeto também é nomeado de “umbigo da banana”. Ele tem uma relação umbilical com o desenvolvimento do cacho de bananas, por isso a comparação metafórica é muito eficiente.

A metáfora e a metonímia são criações de sentido que implicam na aplicação de um conhecimento memorizado. Se no texto uma determinada palavra tem em seu sentido literal aplicado um sentido subentendido de outro paradigma semântico, o efeito de sentido somente existirá para aquele leitor que for capaz de recuperar esses sentidos. Não há pressuposição de sentido metafórico, a leitura pode ou não encontrar sentidos. O fato é que a leitura depende da memória de outras experiências, por isso a interpretação é individual. É o leitor que faz o enunciado ter uma enunciação e é ele que faz o texto ter sentido, depende, portanto, do leitor a atualização do enunciado em um sentido.

No texto “Asa Branca” de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, (clip oficial disponível <https://www.youtube.com/watch?v=MhMlsfsoymg>, 08/02/2024), encontram-se muitos temas. É um texto de protesto, porque mostra uma realidade difícil para o cidadão brasileiro, que fica sem apoio das autoridades responsáveis. É preciso antes de mais discussões dizer que essa realidade não é mais assim, e o sertanejo nordestino não está mais desamparado completamente quando a seca fica muito difícil, é uma região muito produtiva que frequentemente enfrenta estiagem longa, por isso, na letra, a personagem tem esperança de voltar quando a chuva cair, lá sempre volta a chover.

Então, bastou que os governantes comessem a se preocupar com esses períodos de longa estiagem que a vida daquela população ficou menos difícil. O protesto está na descrição metafórica e metonimicamente da realidade, feita por frases como “Quando olhei a terra ardendo”, “Eu perguntei a Deus do céu, aí”, “Por que tamanha judiação?”, “Por falta d’água” etc. O título “Asa branca” é uma metonímia de um pássaro residente do sertão e muito resistente, e é também uma metáfora do sertanejo, também residente e muito resistente. Asa branca também é uma metáfora da desesperança no próximo para que venha ao seu socorro, porque faz lembrar o espírito santo, que no catolicismo é representado por uma pomba branca de asas abertas. Assim, no título “Asa branca”, têm-se os exemplos de metáfora e de metonímia.

Outros temas que aparecem no texto “Asa branca”: a seca, a terra, festa de São João, a religiosidade, o sofrimento, os animais, a solidão, a família e o amor, a agricultura e a pecuária, o retirante, a variação linguística e a educação escolar etc. A temática da seca e da terra: terra ardendo, *nem um pé de prantação, espero a chuva*; festa de São João e a religiosidade: *fogueira, Deus do céu, judiação*; o sofrimento e os animais: *judiação, perdi meu gado, morreu de sede meu alazão, asa branca, guarda contigo meu coração*,

solidão, não chore não; a família e o amor: *meu gado, meu alazão, Adeus Rosinha*; agricultura e pecuária: *nem um pé de prantação, meu alazão, meu gado*; o retirante: *asa branca bateu asa do sertão, longe muitas léguas*; variação linguística e educação escolar: *Qual foguera, perguntei, brasero, fornaia, prantação, cáí, espraia, vortá, entonces, pra mim vortá*. Por meio do léxico é possível perceber todas essas temáticas e como elas estão registradas por referentes metáforas e metonímias.

A questão é como se pode ler nos itens lexicais os significados, ou seja, como as metáforas e as metonímias são ativadas ou não para o leitor. Algumas são fáceis, esse texto é muito conhecido pelos brasileiros, então todos têm elas presentes na memória, porque esse poema é uma música gravada por muitos cantores e, sobretudo, por Luís Gonzaga (1912-1989), um dos compositores, sendo repetida muitas vezes em muitos textos populares, como a televisão, o rádio e as redes sociais. Temas como “a ausência de chuva” ou mesmo “o excesso de chuva”, no caso do sertão nordestino, local da narrativa de Asa branca, o mais comum é a falta de chuva, mas já ocorreram chuvas em excesso. O excesso de chuva é mais comum no sudeste e no sul do Brasil. Então esses temas vinculados a seca no nordeste são conhecidos de todos, como a morte dos animais, os retirantes da seca, evidentemente se o sujeito for nativo do Nordeste brasileiro terá sentimentos muito mais impactantes do que alguém de outra região do Brasil. Também são muito conhecidos os temas da religiosidade, como as festas de São João do Nordeste, famosas no país inteiro. O tema da variação linguística fica mais restrito aos estudantes de linguística, que conseguem observar as diferenças entre os falares brasileiros, apesar de nesse texto cantado por Luiz Gonzaga não ser possível observar os traços fonéticos específicos das codas silábicas dos sertanejos, porque segue aproximadamente a pronúncia do canto lírico brasileiro.

Uma metonímia muito bonita é sobre a beleza da Rosinha “quando o verde dos teus oios”. O leitor fica conhecendo o amor do sertanejo retirante pela Rosinha pela cor dos olhos dela, que é a cor da vida nas plantas e o que ele quer ver, o que fará ele nunca esquecer o sertão e ela é que o fará voltar assim que “a chuva cair de novo”. Como foi dito acima, Asa branca, o título da canção, trata-se de uma ave residente, que devido à seca, também tem de procurar outro lugar para sobreviver, e uma metáfora do sertanejo, que também resiste até máximo que pode antes de procurar outro lugar. Em “inté mesmo asa branca bateu asas do sertão”, mostra que essa ave não vai embora do sertão, mas, até ela, do mesmo modo que o sertanejo mais resistente, teve que sair de lá. Outra metáfora é “fogueira de São João”, denotativamente é a fogueira que é feita em cada festa. Em algumas cidades do Nordeste, todas as famílias fazem uma fogueira na porta de casa para São João. A fogueira na letra da canção é uma referência à terra queimada pelo sol e a falta de chuva, que gera a falta de água para os seres vivos beberem. Mas é também metáfora da imagem inventada pelo catolicismo para o inferno. Assim, Asa branca, que é uma paródia do espírito santo, foi embora, porque a fé está fraquejando, e a fogueira, que é paródia do inferno, pode ser vista por todo lado no efeito do Sol.

5.6 PARALELISMO

O paralelismo acontece nos textos quando a estrutura se repete. Isso faz como que as partes do texto constituam sinônimos estruturais, porque podem ser substituídas no sintagma. Um bom exemplo é o poema “José” de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Na primeira estrofe: “A festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou”, tem-se a mesma estrutura sintagmática, de tal forma que se tem três paradigmas, o determinante adjetivo artigo, o substantivo que é núcleo do sujeito e o verbo intransitivo, núcleo do predicado. Tanto os substantivos quantos os verbos podem ser

comutados entre si, por isso formam sinônimos estruturais. Poderia ser dito: “a luz sumiu”, “a festa esfriou”, “o povo apagou”, “a noite acabou”, hipoteticamente a perda de significação é quase nula, já que essas metáforas são usadas na fala pelos brasileiros.

No texto “Paixão e sexo juntos, porém, afastados do amor” de autoria não identificável, o paralelismo ocorre entre as quatro partes obrigatórias da dissertação: título, introdução, desenvolvimento e conclusão. São cinco parágrafos, o primeiro é introdutório, os três seguintes, segundo, terceiro e quarto, são o desenvolvimento e o último é a conclusão. O título tem a contrajunção “porém” entre vírgulas, porque é transfrástico. As duas orações do título estão construídas por oposição, e a significação fica clara pelo verbo no particípio “afastados”, mas lendo o texto percebe-se que o amor não está somente afastado da paixão e do sexo, ele é diferente porque é espiritual e porque não pode existir nesse mundo e nesse planeta. O título coloca o amor em destaque, por isso ele aparece em destaque na introdução, primeiro parágrafo, e é o primeiro a ser analisado no desenvolvimento, no segundo parágrafo.

No título a ordem é “paixão e sexo”. Nessa mesma ordem esses temas serão desenvolvidos, no terceiro parágrafo a “paixão” e no quarto o “sexo”. O quinto parágrafo, a conclusão também dá destaque para o “amor” e demonstra que o amor é diferente por mais de uma razão do sexo e da paixão, que estão juntos, porque são físicos, o amor é espiritual. Há, como pode ser notado, um paralelismo entre as partes do texto, em que os três temas aparecem na mesma ordem da significação apresentada no título. O texto também tem o tema da religiosidade espiritual como importante, porque separa o corpo físico do ser humano da suposta espiritualidade apregoada pelas religiões. Além disso, mostra que os seres humanos têm sentimentos físicos e a espiritualidade do ser humano não compreende amar, porque os exemplos de amor somente existiriam em outros mundos, parecendo ser Jesus Cristo o único exemplo nesse planeta, *parecendo*,

diga-se, nesta interpretação, porque não está dito no texto. A explicação para a não existência do amor nesse mundo e planeta é que qualquer forma de sentimento que os seres humanos nomeiem como amor, sempre tem um possessivo acompanhando: meu pai, minha mãe, meu irmão, meu filho, meu marido etc., alguns desses amores acabam muito rapidamente, às vezes.

Paixão e sexo juntos, porém, afastados do amor

O sexo, a paixão e o amor estão sempre entre as principais metas a serem alcançadas por todos os seres humanos. São assim requisitados por proporcionarem sensações agradáveis e diferentes de outras presentes na rotina de cada um.

Entre os três, porém, o amor é o único que jamais pôde ter sido experimentado por algum dos indivíduos deste mundo. Por ser espiritual, torna-se um sentimento que só os seres elevados são capazes de administrar, não havendo, então, possibilidade de se realizar neste planeta.

Já a paixão tem razões psicológicas e consequências físicas. Produz hormônios que são os responsáveis por sintomas como mãos frias, coração acelerado, ansiedade. É vivenciada diariamente pela grande parte das pessoas, sendo confundida com amor.

Também o sexo é um ato físico, possuidor de causas e efeitos físicos. Pode ou não fazer parte da paixão, pois, algumas vezes, torna-se mecânico. Porque traz prazer, é mais procurado pela maioria dos indivíduos, que buscam nele a satisfação de suas necessidades.

Assim, o sexo e a paixão são comumente encontrados juntos por se completarem e fazer com que os indivíduos que neles se realizam, possuam momentos de pura euforia. O amor, por sua vez, fica disponível, em outros mundos, apenas para aqueles que alcançaram tamanha graça, sendo privilegiados por terem concebido tão verdadeiro e divino sentimento.

5.7 POLISSEMIA, REPETIÇÃO, REITERAÇÃO E ELIPSE

A polissemia é um estado de ambiguidade de um termo. Difícil o termo que não apresente um estado polissêmico em algum texto. É claro que se está falando de palavras autônomas (Benveniste I, 2006, p. 128). Elas assumem nos textos um significado relacionado à enunciação, como as pessoas leem nos textos aquilo que estão sentido, de acordo com as memórias que têm, sempre há polissemia. Então, quando se fala em *seca* para o povo brasileiro, há muita diferença entre as regiões, no centro-oeste e no norte e na região da mata nordestina. A *seca* é um período regular do ano, no centro-oeste é entre maio e setembro em que muito raramente chove, mesmo que seja um pouquinho. No Nordeste, a *seca* está relacionada a longos períodos que a região do sertão fica sem chuva, lá chove muito pouco. No Sudeste e no Sul, não há período de seca, vez ou outra ocorre uma estiagem mais longa no período mais frio do ano. Nessas regiões, o mais comum são chuvas em grande quantidade. Por isso, o termo *seca* colocado em um texto tem diferentes efeitos de sentido para os brasileiros de acordo com suas memórias.

De outro modo, processos como hiponímia e hiperonímia geram ou podem gerar polissemia. Se em um texto estiver escrito que *as pedras rolam de mão em mão*, certamente acontecerão pensamentos em adultos variados em diamantes, esmeraldas etc., mas em uma criança acostumada a brincar de jogar pedras com estilingue ou com as mãos para derrubar frutas, não será sobre pedras preciosas seus pensamentos. Pedras preciosas também é um hiperônimo e polissêmica. Na verdade, na língua portuguesa brasileira as preposições são sempre polissêmicas: *vou de ônibus*, *vou de pé*, *fico de pé às 5:30 da manhã*, *vou para São Paulo*, *vou de carro* e *vou a cavalo*, mas *vou de cavalo*. Vai depender do texto, estas são formas normativas ou variações. Se alguém diz para outra pessoa que vai “de cavalo”, a outra

pode pensar que se trata de uma festa à fantasia, ou simplesmente que está usando o cavalo como transporte. Em relação ao ônibus e ao carro, nem há opção, essa parece ser uma expressão desenvolvida na perspectiva do motorista, o único que vai *de ônibus*, porque os outros, como se diz em francês, vão no ônibus e no carro - “en voiture” ou “en bus”.

A diferença entre a repetição e a reiteração consiste em que a repetição é quase sempre redundância e, portanto, desnecessária, enquanto a reiteração é o reposicionamento do mesmo item lexical, mas intensificando a significação. A reiteração pode acontecer por várias razões, no caso do sujeito pode ocorrer porque ele ficou longe do predicado, ou porque ele está em outro período. Na língua portuguesa brasileira o sujeito, apesar de ser desnecessário por causa da desinência do verbo, muitas vezes para desfazer ambiguidades entre as pessoas verbais, o sujeito deve ser repetido com o próprio nome ou por meio de uma proforma pronominal. No geral, no caso do sujeito, quando não precisa ser repetido nem reiterado, fica elíptico. A elipse é a substituição do item lexical por zero na casa sintática, não é a ausência, reitera-se, é a substituição por zero.

Por exemplo, o poema “Por você” que é a letra da música cantada por Frejá, do grupo musical “Barão Vermelho”, composição de Mauro Santa Cecília, tem exemplos de todos os casos discutidos. Polissemia nos termos “dançaria tango, limparia os trilhos, aceitaria a vida, viajaria a prazo pro inferno”. Nenhum desses termos e orações significa uma coisa somente. Na verdade, faz pensar em várias ideias propositadamente, porque não significa o que diz literalmente, são hipérboles de um homem tentando conquistar uma mulher. O *eu* reiterado em quase todos versos marca a necessidade de reiterar que se trata de algo que somente ele faria, e também porque o verbo na primeira pessoa é igual à terceira pessoa. Porém, no verso “Viajaria a prazo pro inferno”, o *eu* está elíptico, a reiteração nos

versos anteriores o tornou desnecessário, já que as sílabas poéticas estão em um número adequado ao canto. Também, porque ir para o inferno é uma ideia hiperbólica, baseada numa fantasia filosófica religiosa, nesse caso parece ser metáfora para o casamento.

Por você
Eu dançaria tango no teto
Eu limparia os trilhos do metrô
Eu iria a pé do Rio a Salvador
Eu aceitaria a vida como ela é
Viajaria a prazo pro inferno
Eu tomaria banho gelado no inverno

5.8 AS TEORIAS DE SINTAXE: TIPOLOGIA FLEXIONAL ANALÍTICA

A tradição gramatical ou, como disse Saussure, a gramática tradicional, vem desde a Grécia Clássica e tem a gramática normativa das línguas modernas como continuidade. Não se deve chamar essas gramáticas modernas de tradicionais, porque elas se diferem em termos metodológico das gramáticas das línguas sintéticas, e diferem também das gramáticas das línguas modernas até o século XVIII, porque essas seguiam o método de descrição do latim. Assim, existem as gramáticas do Grego e do Latim clássicos, as gramáticas das línguas modernas europeias até o século XVIII e as gramáticas do século XX, seguindo as teorias de sintaxe pós-modernas.

Essas gramáticas do século XX apresentam uma metodologia adequada ao tipo flexional analítico, nessa teoria de sintaxe é o centro da descrição, e é chamada de estrutural-funcional. A teoria estrutural-funcional é considerada a continuadora da tradição gramatical greco-latina, mas não é a gramática tradicional, até porque não existe um modelo metodológico que possa ser chamado de gramática tradicional.

Esse modelo de sintaxe estrutural-funcional surgiu dos estudos da gramática comparada, que aprofundou os estudos sobre a língua. A língua portuguesa, por exemplo, não teve novas gramáticas publicadas no século XIX, pelo menos não são encontradas facilmente. A última conhecida e reeditada foi de 1822, de Jerônimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, publicada pela Universidade de Coimbra.

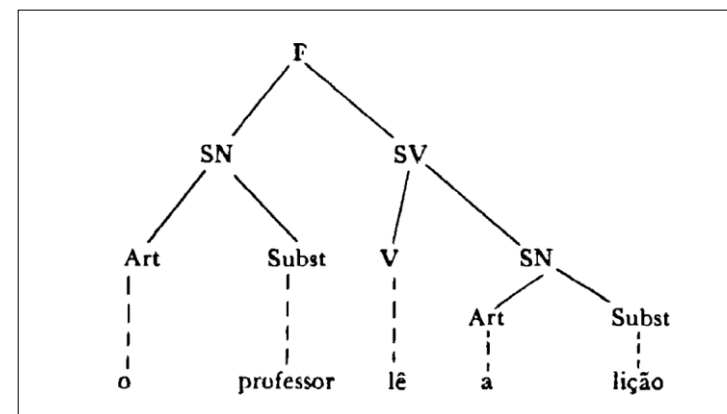
As outras teorias de sintaxe conhecidas no século XX foram a teoria gerativa e a teoria funcionalista. A teoria gerativa foi iniciada por Zaling Haris e concluída por Noam Chomsky. Chomsky publicou o livro *Teoria Gerativa* em 1957. Uma sintaxe organizada em quatro tipos de sintagmas: sintagma nominal, sintagma preposicionado, sintagma verbal e sintagma adjetival. Nesses sintagmas também estão contidas as convergências entre orações do tipo circunstancial, adjetival e substantival. Parte da composição gramatical em componentes sintático-morfológico-fonológico e semântico. Descreve a estrutura da língua nos dois eixos teorizados por Saussure, sintagma e paradigma, estabelecendo as casas sintáticas, de tal forma, que se cria uma fórmula de oração que pode ser repetida, substituindo os itens lexicais no eixo paradigmático.

Exemplo:

A vaca comeu capim.
O boi comeu capim.
O homem comeu capim.
O cachorro bebeu água.

Na estrutura, os itens lexicais se equivalem no paradigma e podem ser comutados, então, tem-se uma estrutura oracional válida em português brasileiro: art.+ substantivo + verbo + substantivo, que formam o sintagma nominal e o sintagma verbal e seu complemento, outro sintagma nominal. Por esse processo de componentes

sintáticos, pode-se descrever textos inteiros e construir uma gramática geradora de novas orações infinitamente a partir da memória individual do sujeito falante. Evidentemente, cada sujeito falante tem um conjunto de signos memorizados, estes signos constituirão os recursos de substituição no eixo paradigmático e permitirão a geração de novas orações no eixo sintagmático.



(Lopes, 1997, p. 215)

Gramática funcionalista reside na relação entre o discurso e a gramática. A língua manifesta o discurso em texto e o texto apresenta uma gramática. Os sujeitos falantes aprendem a estrutura de comunicação manifestada em textos atualizados. Tudo que for texto está permeado por uma gramática e é por esta gramática que se pode compreender o texto. Assim, a descrição que se faz do texto, relata uma gramática manifestada ali por um discurso. Qualquer leitura que se faça de um texto, deverá levar em consideração a função que cada elemento presente nele exerce, primeira advinda da intenção do sujeito falante enunciatório e de outra advinda do sujeito falante enunciatário. A relação pragmática entre as duas intenções presentes

no texto, o quanto cada um sabe sobre o outro, vai construir a comunicação entre eles.

As funções da linguagem e funcionalismo linguístico foram desenvolvidas por Karl Bühler(1879-1963), Roman Jakobson(1896-1982), Michael Halliday(1925-2018), Simon C. Dik (1940-1995), Robert van Valin, Lachlan Mackenzie, André Martinet (1908-1999), Maria Helena de M. Neves (1931-1992). Isso é uma extensão da formação teórica, que recobre o século XX inteiro.

Trata-se da função «textual», que diz respeito à criação do texto; por ela, a linguagem contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no contexto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo. Assim como a sentença é uma unidade sintática, o texto é a unidade operacional, e a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto (...) Uma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das seqüências linguísticas, os significados que estão codificados por essas seqüências. O fato de ser «funcional» significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser «gramática» significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa, e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem (Neves, revista Alfa, 38, 1994).

5.9 DÊIXIS, ANÁFORA E CATÁFORA

Nos textos existem classes de palavras que regularmente são dêiticas, ou seja, apontam para o espaço e o tempo da narrativa. O tempo, o espaço e a pessoa da narrativa já foram assuntos de muitas

obras, algumas se aprofundaram extremamente, como os livros e artigos do professor José Luís Fiorin. Verbos e advérbios são as classes gramaticais que sempre apontam para informações dêiticas. Os pronomes pessoais retos registram as pessoas do discurso-texto. No texto de Aristóteles, *As categorias*, *Eu* é a primeira pessoa, aquela que sempre fala. A segunda pessoa, *você/tu*, é o interlocutor, aquela que sempre está presente e pode assumir o turno da fala. A terceira pessoa, *ele/ela*, são o objeto de que se fala, é uma não pessoa.

O espaço e o tempo na narrativa sempre organizado a partir do *eu*, sujeito que fala. Assim, a narrativa do ponto de vista do espaço sempre será no *aqui* ou no *lá* do sujeito que fala. Do ponto de vista do tempo, será no *agora*, momento presente, ou *então*, em outro momento, passado, memórias contadas, ou futuro, previsão de acontecimentos. O tempo, além dos advérbios e orações adverbiais, fica marcado nas desinências verbais de tempo e modo. O espaço é basicamente construído por advérbios, mas pode ser organizado a partir de nomes próprios ou de adjuntos adverbiais que indicam o espaço. A pessoa verbal, na língua portuguesa brasileira, pode ser indicada por pronomes, ou pelas desinências verbais de número e pessoa. As desinências são claras na indicação da primeira do plural e na terceira do plural. Na primeira do singular em alguns tempos são desinências específicas, mas, em alguns tempos, a primeira do singular é igual a terceira do singular, por isso demanda a reiteração do sujeito.

Na língua portuguesa brasileira quase não se usa mais a segunda pessoa verbal, isso devido a inserção do pronome *você* como pronome para o interlocutor em segunda pessoa. O pronome *você*, por ser um pronome de tratamento, carrega o verbo na terceira pessoa. As consequências foram o desaparecimento dos pronomes oblíquos e os pronomes possessivos de segunda pessoa. Mesmo em variantes locais em que se usa o *tu*, o verbo aparece conjugado na terceira pessoa. Muito raro o uso do *tu* com o verbo conjugado na segunda

peessoa, assim mesmo, ocorre em situação de pessoas da mesma localidade, porque esses mesmos sujeitos falantes têm também o hábito de usar o você.

Exemplo:

Por você
Eu dançaria tango no teto
Eu limparia os trilhos do metrô
Eu iria a pé do Rio a Salvador
Eu aceitaria a vida como ela é
Viajaria a prazo pro inferno
Eu tomaria banho gelado no inverno

No trecho da letra da música «Por você», citado acima, os dêiticos de espaço e tempo são indicados por adjuntos adverbiais e adnominais e também por nomes próprios: no teto, trilhos do metrô, pro inferno, no inverno, e por nomes próprios Rio e Salvador. O tempo também vem assinalado nos verbos de maneira hipotética, porque está no futuro do pretérito, um tempo que não é nem futuro nem passado, porque não prevê uma realização. O sujeito *eu* vem reiterado, porque o verbo no futuro do pretérito não tem diferenciação nas desinências de primeira e de terceira pessoa do singular.

No poema “Travessia” de Fernando Brant (1946-2015) e Milton Nascimento, no primeiro verso “Quando você foi embora” a conjunção *quando* indica mais de uma situação dêitica, primeiro que antes do *quando*, na narrativa, existia um presente, segundo é uma situação no passado e terceiro, claro, o *eu* está num presente posterior ao «quando». O pronome *você* está sendo usado para se dirigir à segunda pessoa com o verbo conjugado na terceira pessoa. O verso termina com o advérbio *embora*, que tanto é temporal quanto espacial, porque indica um deslocamento no espaço, mas significa *em boa hora*, naquele momento. A narrativa é contada num presente, falando de

um tempo do passado. No final, pode-se entender o porquê dessa debreangem temporal. O *eu* somente consegue se expressar para o *você* depois que ele conseguiu se recuperar do choque causado pela separação: «vou seguindo pela vida, me esquecendo de você!».

Finalmente recuperado, consegue dizer que entendeu as razões do *você* ter partido. Essa idéia do tempo decorrido aparece no advérbio *hoje*, no verso *Hoje eu tenho que chorar*. Então, a narrativa começou no *quando*, esse é o momento em que ocorre o desequilíbrio. Enquanto tudo estava em equilíbrio não havia o que contar, isto é, a narrativa sempre é sobre o que está em desequilíbrio. Há muitas debreagens temporais, do *quando* para o *hoje*, porém, no *hoje* a narrativa se desloca para o tempo do *ir embora*, no qual o *eu* diz para o *você*: *Minha casa não é minha e nem é meu esse lugar*. «Minha casa» e «esse lugar» apontam para dêiticos espaciais. O pronome *esse* indica algo que está perto do interlocutor e distante do *eu*, então, na narrativa, a casa e o lugar pertencem ao *você* e quem saiu ou teve que sair foi o *eu*.

Quando você foi embora,
Fez-se noite em meu viver.
Forte eu sou, mas não tem jeito,
Hoje eu tenho que chorar.
Minha casa não é minha
E nem é meu esse lugar.
Estou só e não resisto
Muito tenho prá falar.

Anáfora e catáfora são substituições de nomes ou expressões por outras formas linguísticas de expressão existentes nas línguas. A forma mais comum é substituir um nome por um pronome. Mas pronomes podem substituir orações e frases, até parágrafos e ideias inteiras presentes no texto. Pode ser uma expressão que substitua

outras formas de expressão etc. A substituição se chama anáfora quando a expressão substituída veio antes da forma substituta e catáfora quando for ao contrário. As substituições podem ser por vários motivos, para evitar repetição do mesmo termo, causando redundância, para inserir uma informação a mais que não estava na expressão principal, para esconder o nome próprio ou uma expressão pejorativa etc. A substituição pode ser por zero, ou seja, ocorre uma elipse da expressão, as vezes, quase sempre, porque já está no contexto, ou porque ocorreria redundância mesmo sendo uma substituição pronominal.

No exemplo acima, a letra da canção “travessia”, os pronomes *eu* e *você* substituem os nomes das pessoas que viveriam a narrativa. Obviamente isso acontece porque trata-se de um discurso direto,

alguém falando para outro a história que estava vivendo depois da separação dos dois. Em duas circunstâncias diferentes o verbo *tenho* aparece com o pronome *eu*, como sujeito, e sem o *eu*, como elipse do sujeito. No primeiro caso *Hoje eu tenho que chorar* e no segundo caso *Muito tenho pra falar*, trata-se da solução das sílabas poéticas, uma redondilha maior. Isso também acontece em *Estou só e não resisto*.

No poema *José*, de Carlos Drummond de Andrade, na segunda estrofe, ocorrem múltiplas substituições do nome *José*, que podem ser recuperadas, de uma maneira que faz o conteúdo das expressões ficarem cada vez mais profundo.

você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

O poema se chama *José* e tudo no texto é sobre o *José*. Assim,

“José que é sem nome”. O *que*, pronome relativo, também é uma substituição, primeiramente do *você* e secundamente do *José*, logo, “José José é sem nome”. *Sem nome* é um predicativo do *você*, que é uma anáfora do *José*, *sem nome* é, portanto, um substituto perfeito para *José*. Assim, o verso ficaria se não ocorressem as substituições: “José José é José”. O pronome relativo *que* aparece no segundo, no terceiro e no quarto versos, sempre substituições anafóricas de *você*, e respectivamente do *José*. *Zomba dos outros*, *faz versos*, *ama* e *protesta* são predicativos do *você* e respectivamente do *José*. Por isso, a estrofe inteira é uma reiteração do título do poema *José*. No verso *protesta?*, tem a elipse de *você que*, substituição por zero forma do *José José*. Então, a estrofe inteira pode ser substituída por José:

você que é sem nome,	<i>José José é José,</i>
que zomba dos outros,	<i>José José dos José(s),</i>
você que faz versos,	<i>José José José,</i>
que ama, protesta?	<i>José José, protesta?</i>
e agora, José?	<i>e agora, José?</i>

o *você* é sempre anáforas do título: *você que é sem nome*, igual a

5.10 PRESSUPOSIÇÃO E SUBENTENDIDO

No texto há sempre dois sentidos, um que está pressuposto e outro que está subentendido. Numa síntese bem ampla, a pressuposição se concentra no leitor que produz o texto, e o subentendido no leitor que recebe o texto. O texto apresenta informações que são obrigatórias para lê-lo, como saber a língua, se for falado ou se escrito, ser alfabetizado e conhecer os fonemas. Muitas informações estão pressupostas, por exemplo, uma pessoa diz para outra: o Sebastião vai fazer a palestra hoje! A outra pergunta: quem é Sebastião? O que aconteceu é que a pessoa que afirmou pressupôs que a outra soubesse quem era Sebastião. Na pergunta ficou subentendido que a outra

não sabia quem era Sebastião. De fato a informação pressuposta continua a existir tanto na negação, quanto na afirmação, como na interrogação e na exclamação.

Assim, o pressuposto é uma informação que deve estar conhecida antes do sentido do texto, e que será ativada para que o texto tenha o valor esperado. Sem essa informação, o texto só será parcialmente eficiente e algumas vezes totalmente ineficiente. Dessa forma, todas as vezes que alguém fala com outra pessoa ela pressupõe que seu interlocutor saiba a significação das palavras e conheça a temática da qual se está falando. Inevitavelmente, também se está pressupondo que o interlocutor não saiba tudo sobre aquilo, ou não saiba a opinião de quem está falando, ou o texto não teria razão para ser dito, o texto estaria faltando com a lei da informatividade, ou seja, como explica Fiorin (2002, P. 34) «só se enunciem coisas que a pessoa a quem se fala não conheça». Assim, estão pressupostas e subentendidas ao mesmo tempo que o interlocutor possua informações suficientes para estabelecer interlocução, ou seja, não fere a lei da exaustividade, e que ele não saiba ou não tenha a informação que está sendo exposta, ou seja, não fere a lei da informatividade.

O texto é feito para colocar em contato dois seres humanos. Um ser humano com sua inteligência produz um pensamento e formata pela língua-cultura em uma forma, está pressuposto um ser humano leitor que teve o pensamento e formatou o texto, frequentemente chamado de enunciação. O texto é o enunciado posto, a partir dele, outro ser humano leitor dá vida para a enunciação, esse leitor chamado de enunciatário, está sempre subentendido no texto. O texto, dessa forma, está construído por uma enunciação pressuposta e uma enunciação subentendida, que precisa de dois seres humanos para terem forma.

5.11 MODALIZAÇÃO LEXICAL E ORACIONAL E VERBOS MODAIS

Modalizações são mecanismos de tornar os textos mais agradáveis. Muitos neologismos surgem como mecanismos de modalizar situações em que a informação direta pode ser agressiva e, sobretudo, chocante. Eufemismos como falecimento, boa-vida, cheinho, gordinho, fofinho, terceira idade, estrassada/o, secretária do lar, não ser feliz na prova, entorpecentes, desvio de verbas públicas, dormir junto, países emergentes, atualizações das tarifas, fazer amor, classe baixa etc., são fórmulas linguísticas de amenização da realidade. O objetivo é não ofender usando palavras como gordo, velho, agressivo, doméstica, burro (pouco inteligente), drogas, roubo, fazer sexo, pobres, transar etc. Modalizações podem ser feitas também usando verbos e tempos verbais, dizer «Gostaria que você não falasse tanto», «Gostaria que você abrisse a janela» são fórmulas performativas eufemísticas para não dizer uma verdade para a pessoa ou dar uma ordem sem ser imperativa.

São verbos modalizadores narrativos *poder, saber, dever e querer*, os quais são muito debatidos na semiótica. De acordo com os textos religiosos, o querer é o modalizador universal, chamado de livre-arbítrio. Na estrutura de análise dos programas narrativos de fazer na sintaxe semiótica, a relação entre os sujeitos actantes se desenvolve pelo processo de competência para realizar o ato de performance. Assim, o sujeito *pode fazer, deve fazer, sabe fazer, quer fazer* o ato de performance, sempre por uma mistura desses sentidos. Um pedido de casamento é realizado a partir de um querer fazer, que se desdobra por um poder fazer e um saber fazer. Se alguém estende a mão em cumprimento a outro, fez o gesto por um querer fazer e um dever fazer, que gera no outro um dever fazer que vai insidir em um querer fazer.

Na letra da música *Por você*, o sujeito impelido por um querer fazer faz promessas que não pode, não sabe ou não deve fazer.

O sujeito alvo da manipulação não julga se a performance será ou não executada, mas julga se o querer fazer das promessas são paixões verdadeiras, e deve decidir, por cortesia, se quer, se pode e se deve acreditar na verdade das paixões, já que as promessas não são verdadeiras enquanto atos performativos, mas podem ou não serem verdadeiras como performances passionais. Os verbos no futuro do pretérito já está modalizado como um performativo de algo que não é verdadeiro, que deve ser interpretado como um sentido passional, ou seja, subentende um sentimento na enunciação e pressupõe uma competência no interlocutor para corresponder ao sentimento subentendido. Num exemplo corriqueiro: *gostaria que essa janela estivesse aberta*, pressupõe que o interlocutor possa e saiba como abrir a janela e subentende uma situação do enunciador não poder ou não saber abrir a janela, ou até mesmo a intenção de ordenar que a janela seja aberta.

O conceito de verdade tem sido debatido desde Aristóteles, a verdade depende de se acreditar que a proposição seja verdadeira. Em Aristóteles a verdade depende de se acreditar no discurso e em quem profere o texto do discurso. Na semiótica o texto deve ser julgado entre o parecer verdadeiro e o ser verdadeiro. Então se o texto é apresentado parecendo verdadeiro e é verdadeiro, então é verdade, mas se parece e não é verdadeiro, então é mentiroso. Se o texto não parece e é verdadeiro, ele subentende um segredo. Se não parece e não é verdadeiro, então é falso. Assim, o discurso sempre é pressupostamente verdadeiro, o texto pode parecer ou não verdadeiro, pode ser ou não verdadeiro. No texto *Por você*, o texto não parece verdadeiro, mas o discurso é verdadeiro, por isso o sujeito manipulando acredita na verdade do discurso e sanciona positivamente o texto, acreditando no querer fazer do sujeito do fazer.

5.12 FUNÇÕES DA LINGUAGEM NA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA

Karl Bühler, antes de Jakobson, descreveu três funções para a linguagem: informativa, expressiva e a estética. A função expressiva está vinculada à primeira pessoa verbal. A função informativa se refere ao texto como referência e como contexto. A função estética se refere às condições do texto, o modo como ele está produzido, como gênero e como forma. Depois das funções de Bühler, Jakobson desenvolveu suas seis funções da linguagem, baseado nos seis componentes do texto: emissor, mensagem, receptor, canal, código e referente. André Martinet (1980, capítulo 01) desenvolveu a função comunicativa. Explicou que a comunicação acontece na relação entre os sujeitos, assim, no contexto ocorre as adaptações em função da melhor comunicação.

As funções da linguagem segundo Roman Jakobson (2003, p. 129) são a emotiva, centrada na primeira pessoa, a conativa, centrada na segunda pessoa, a referencial, centrada na terceira pessoa. A função lírica, vinculada a função emotiva, também está centrada na primeira pessoa. A metalingüística se refere ao próprio texto, o exemplo mais típicos é a necessidade de saber se o outro entendeu o raciocínio proposto pelo texto: *você me entendeu?*, *vocês entenderam?* etc. A função poética é a central na arte verbal, está ligada às outras funções na organização do texto. A função fática se coloca entre os sujeitos do texto, porque se refere ao veículo em que o texto está sendo produzido, significa fórmulas para manter o canal de comunicação aberto, se é um texto falado ou escrito, os recursos de manutenção da comunicação são diferentes.

Na letra da cação ganhadora do Oscar *Best that you can do* de Christopher Cross, abaixo, há uma referência ao próprio texto *I know it's crazy, but it's true*. Esse verso tem função metalingüística. É uma cantiga de amor, logo, está centrada na função emotiva e

na função lírica. A poesia descreve estados passionais vinculados à paixão do desejo. O desejo é sem dúvida um estado em que a razão não prevalece, por isso o texto traz frases com sentidos absurdos, típicos de alguém que está pensando e imaginando eventos fora da realidade física.

... When you get caught between the Moon and New York City
I know it's crazy, but it's true
If you get caught between the Moon and New York City
The best that you can do
The best that you can do is fall in love
(Best that you can do - Christopher Cross, 1981)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as questões semânticas a serem desenvolvidas que discutem os traços de significação no texto. As teorias de análise do texto, que são muitas, desenvolveram diferentes técnicas para, a partir da estrutura física do texto, encontrar significações. Algumas já foram citadas aqui, mas a lista é funcionalismo, gerativismo, estruturalismo, linguística textual, retórica, nova retórica, estilística, semiologia, teoria poética, pragmática etc., todas elas juntadas na semântica e na teoria literária.

Nos 12 itens acima, foram apresentados alguns desses conceitos, os quais se misturam em todas essas propostas de examinar o texto. Algumas dessas questões estão ligadas diretamente ao texto verbal, mas a maioria vale para os textos não verbais também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aristóteles. *Organon: Catégories e de l'interprétation*. Paris: J. Vrin, 1946.
- Benveniste, Emile. *Problemas de linguística geral I e II*. Campinas: Pontes, 2006.
- Bühler, Karl. *Teoria da linguagem*. Campinas: Kirion, 2020.
- Condillac, Étienne Bônot. *Traité des sensations*. Paris: 1754.
- Floch, Jean-Marie. *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit*. Paris: Hadès Bejamins, 1985.
- Greimas, Algirdas Julien. *Du SENS: ESSAIS SÉMIOTIQUES*. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- Greimas, Algirdas Julien. *Du sense II*. Paris: Seuil, 1980 .
- Hjelmslev, Louis Troller. *Prolegomena to a theory of language*. Baltimore: University Publications, 1953.
- Hjelmslev, Louis T. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Humboldt, Wilhelm. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*, Könoglichen Academie der Wissenschaften, Berlin: 1836.
- Jakobson, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- Locke, John. *Tratado sobre o entendimento humano*. Coleção os Pensadores.
- Lopes, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1997.

Martinet, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colins, 1980.

Milani, Sebastião Elias. *Indivíduo língua sujeito*. São Paulo: Paco, 2020.

Neves, Maria Helena de Moura. “Uma visão geral da gramática funcional”. São Paulo: Revista Alfa, nº 38, 1994.

Platão. *Diálogos: Teeteto - Crátilo*. Belém: UFPA, 1973.

Platão. *Diálogo: Fedro*. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

Propp, Vladimir. *A morfologia do conto maravilhoso*.

Saussure, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.

Saussure, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

Saussure, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, [1916] 1967.

Saussure, Ferdinand de. *Memoire sur le sytème primitif des voyelles dans le langues indo-europeénnes*. Leipzig: Leipzick, 1879.

SILVA, Daniel Marra. *Origem e desenvolvimento das idéias lingüísticas de William Labov*. Goiânia: inédita, 2009. Disponível na forma digital.

Volochinov, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2012.

Whitney, William D. *The born and the growth of language*. Nova York: 1874.

Whitney, William D. *La vie du language*. Paris: Gemmer Baillièrre, 1880.

